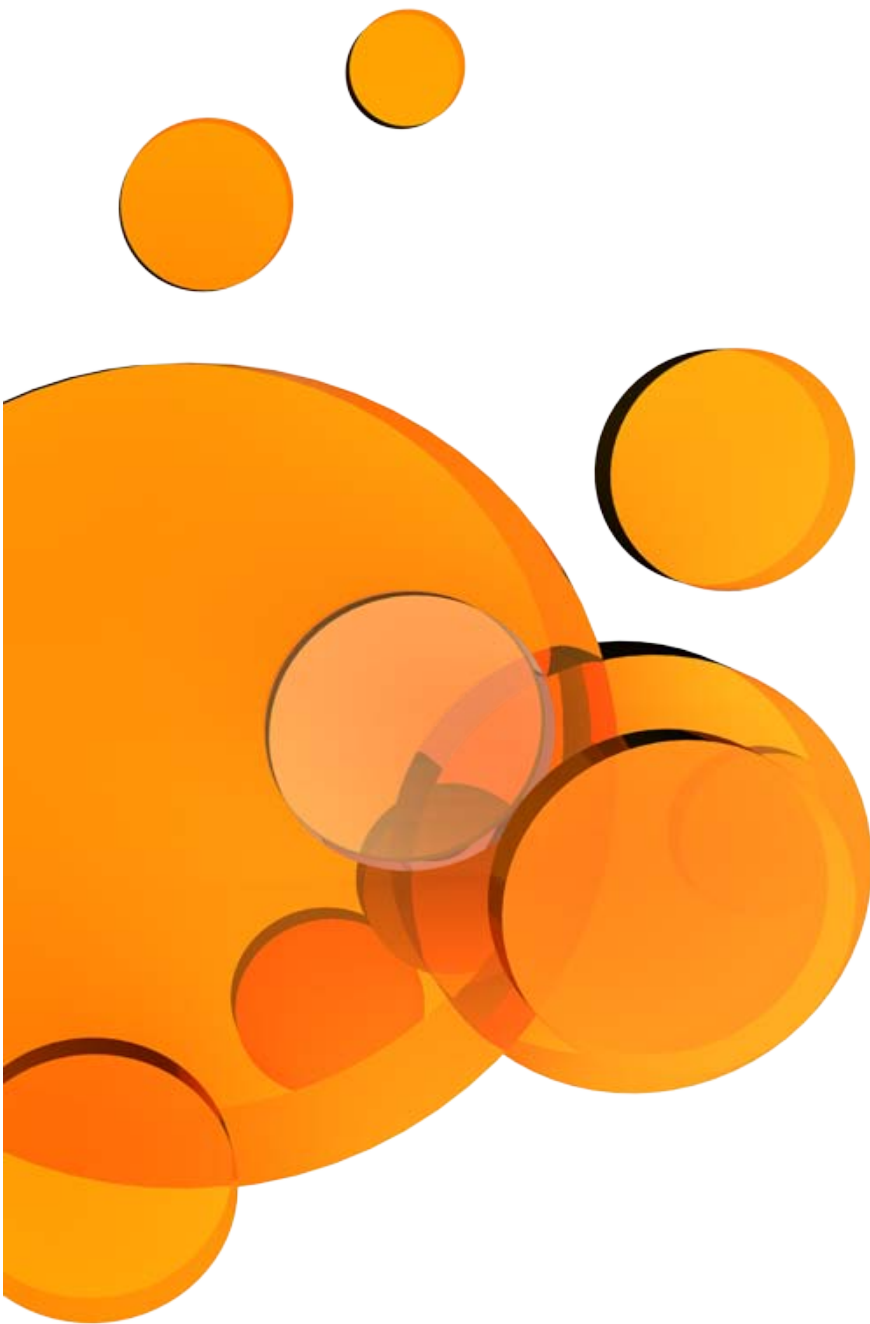


Relatório e Contas Consolidadas

1T10





Nota:

A informação financeira consolidada contida neste reporte é não-auditada e está baseada em Demonstrações Financeiras preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IAS/IFRS"), emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB"), tal como adoptadas pela União Europeia.

EBITDA Consolidado de €47,9m, +5.6% face ao 1T09, apesar do fim da assimetria nas MTR's
Resultado Líquido de €8,2m no 1T10, reforçando a tendência positiva dos últimos trimestres
FCF Consolidado de €1,3m, uma melhoria de €47,2m vs. o 1T09
Base de Subscritores do Móvel a crescer, alcançando 3,45 milhões clientes, +7,1% face ao 1T09
Receitas de Clientes no Móvel a crescer sustentadamente, 1,3% acima do 1T09
Receitas de Dados a representar 29,6% das Receitas de Serviço no Móvel, +2,1pp vs. o 1T09
SSI aumenta a presença internacional, com as receitas internacionais da WeDo Technologies +15,0% acima do 1T09

Mensagem de Ângelo Paupério, CEO da Sonaecom

Num contexto macroeconómico desafiante, acreditamos que o sector das telecomunicações continuará a demonstrar a sua resiliência. Mais ainda, acreditamos que este sector terá um papel relevante na recuperação económica global, uma vez que estimula a eficiência e o crescimento nos restantes sectores de actividade.

Os resultados da Sonaecom no 1T10 demonstram, claramente, a qualidade da nossa execução, ao mesmo tempo que permitem reforçar a confiança na estratégia de longo prazo que definimos.

Ao nível das Receitas, alcançámos um desempenho consistente, assente no crescimento das Receitas de Clientes no segmento Móvel e das Receitas de Clientes da divisão de Software e Sistemas de Informação (SSI), apesar do fim da assimetria nas Tarifas de Terminação Móvel e da desaceleração do programa *E-escolas*. Adicionalmente, os esforços na optimização da estrutura de custos permitiram obter um crescimento de 5,6% face ao 1T09 no EBITDA Consolidado. Com uma gestão criteriosa ao nível do CAPEX, a nossa rede continua a ser reconhecida, desta vez pela ANACOM, em termos de capacidade e cobertura.

A nossa performance em termos de Free Cash Flow, que melhorou significativamente em cerca de 47,2 milhões de euros face ao 1T09, permitiu reforçar a já confortável estrutura de capital. Este desempenho continua a assegurar à Sonaecom os rácios de estrutura de capital mais conservadores do sector, uma vantagem particularmente relevante dados os elevados níveis de risco e incerteza nos mercados financeiros.

A nossa eficiência continua a assegurar rentabilidade de forma sustentada

No negócio das Telecomunicações, a Optimus continuou a colher os benefícios da sua estratégia de integração e convergência. A eficiência operacional permitiu atingir margens de rentabilidade assinaláveis, ao mesmo tempo que continuámos a crescer no segmento Móvel, quer em número de Subscritores, quer em Receitas de Clientes. Já no negócio Fixo, nomeadamente no segmento Fixo Residencial, continuamos focados na criação de valor, através do crescimento da base de subscritores de FTTH nas nossas áreas de cobertura, assentes quer em infra-estrutura própria quer em parcerias.

As Receitas de Clientes no Móvel continuaram a crescer positivamente, atingindo 114,3 milhões de euros, 1,3% acima das receitas obtidas no 1T09. O EBITDA do Móvel manteve a tendência de crescimento, aumentando cerca de 6,0% face ao período homólogo, para 46,4 milhões de euros. Ao nível da respectiva margem EBITDA, verificou-se um crescimento de 2,8pp, para 32,6%, o que constitui uma referência em termos de eficiência no negócio móvel.

Em matéria de Regulação, a ANACOM publicou uma decisão preliminar, anunciando o novo plano de Tarifas de Terminação Móvel, que prevê uma redução de tarifas para 0,060 euros em 1 de Fevereiro de 2010 e para 0,055 euros em 1 de Abril de 2010 e um decréscimo trimestral até Abril de 2011 para 0,035. Consideramos que esta proposta está bastante aquém do que julgamos adequado para o mercado Português, especialmente tendo em conta os planos bastante mais ambiciosos em alguns países Europeus – a Áustria com 0,0251 euros em 2011, a Bélgica com 0,0107 em 2013, o Reino Unido com 0,0058 euros em 2014 – com o objectivo de assegurar maior concorrência e, consequentemente, mais benefícios para os consumidores.

Crescimento em novos sectores, expansão de portfólio e intensificação da actividade internacional

A SSI continuou a expandir a sua actividade internacional. A WeDo Technologies prosseguiu com a implementação da sua estratégia de crescimento, procurando reforçar a liderança no mercado global de Revenue Assurance, alargando a sua actividade ao desenvolvimento de soluções de gestão de fraude e à exploração de novos sectores de actividade. As receitas da SSI diminuíram no 1T10 cerca de 18,8%, para 32,4 milhões de euros, em resultado da expectável desaceleração do programa *E-escolas*. No entanto, dado o nível actual de encomendas na WeDo Technologies, acreditamos que as receitas de Serviços da SSI continuarão a crescer nos próximos trimestres.

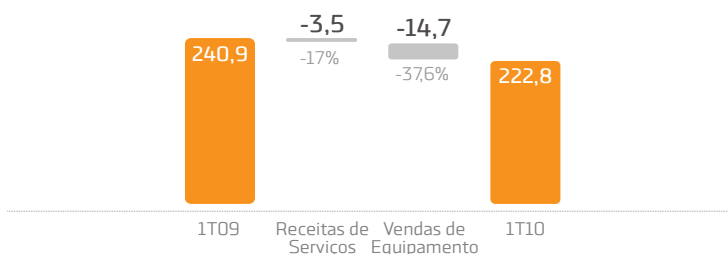
Enfrentamos o futuro com confiança

Ao longo de 2010, continuaremos a explorar as nossas vantagens competitivas estruturais, na entrega de serviços inovadores aos nossos clientes, suportados na nossa rede de última geração, estabelecendo a Optimus como o melhor operador integrado de Telecomunicações em Portugal. Estou convicto de que temos a estratégia certa e confiante de que a nossa performance, reflectida nos resultados deste primeiro trimestre de 2010, é a melhor forma de continuar a gerar valor para os nossos accionistas.

1. Resultados Consolidados

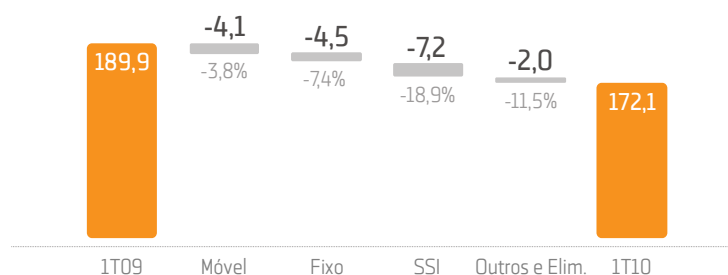
Volume de Negócios

O Volume de Negócios Consolidado ascendeu a 222,8 milhões de euros no 1T10, 7,5% abaixo do valor registado no 1T09, devido à redução de 1,7% das Receitas de Serviços e à redução de 37,6% nas vendas de Equipamentos, consequência da desaceleração do programa *E-Escolas*. O decréscimo das Receitas de Serviços deveu-se, principalmente, à redução das tarifas de terminação Móvel. É de referir que as Receitas de Clientes no Móvel continuaram a evoluir positivamente, estando 1,3% acima do nível verificado no período homólogo.



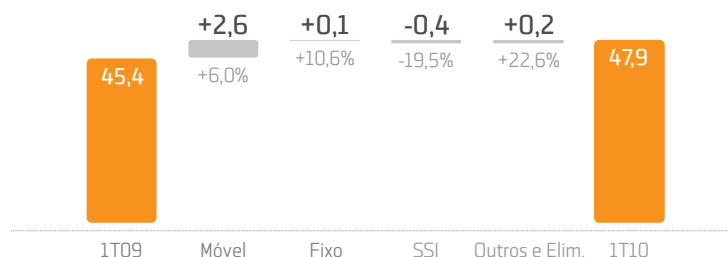
Custos Operacionais

O total de Custos Operacionais ascendeu a 172,1 milhões de euros, um decréscimo de 9,4% face ao 1T09, representando cerca de 77,2% do Volume de Negócios. Mais uma vez, trata-se de um claro sinal de que as medidas de controlo de custos continuaram a surtir efeito em todas as áreas de negócio.



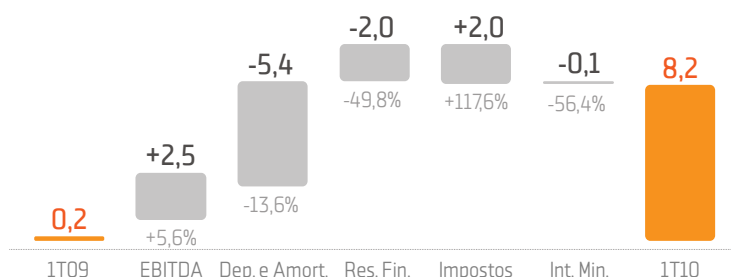
EBITDA

Em resultado do nosso desempenho positivo, o EBITDA Consolidado aumentou no 1T10 5,6%, para 47,9 milhões de euros, impulsionado, principalmente, pelo nosso negócio Móvel, apesar do fim da assimetria nas tarifas de terminação móvel. No que respeita à margem EBITDA, a Sonaecom gerou uma margem de 21,5%, superior em 2,7pp à verificada no 1T09.



Resultado Líquido

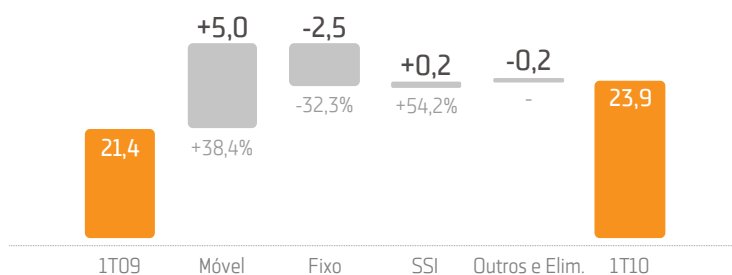
O Resultado Líquido atribuível ao grupo foi positivo em 8,2 milhões de euros no 1T10, o que compara com um resultado positivo de 0,2 milhões de euros no 1T09, devido à melhoria substancial de desempenho ao nível do EBITDA e à diminuição dos encargos com Depreciações e Amortizações. Comparativamente com o 1T10, os encargos financeiros líquidos diminuíram 49,8%, para 2,0 milhões de euros, reflectindo: i) redução dos Custos Financeiros em cerca de 2,2 milhões de euros, em virtude da diminuição, no 1T10, do nível médio da Dívida Bruta e da redução do custo médio da dívida, reflexo dos movimentos das taxas de juro de mercado; e ii) redução dos Proveitos Financeiros em 0,2 milhões de euros, devido a um nível médio de liquidez mais baixo no 1T10.



A rubrica de Impostos apresentou, no 1T10, um custo de 3,7 milhões de euros que compara com um custo de 1,7 milhões de euros no 1T09, resultante, essencialmente, de um melhor desempenho ao nível do Resultado Antes de Imposto (de 2,1 milhões euros positivos para 11,9 milhões de euros positivos).

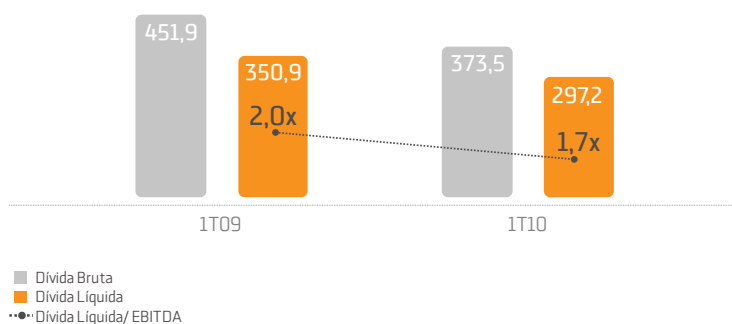
CAPEX Operacional

No 1T10, o CAPEX Operacional atingiu os 23,9 milhões de euros, 12,0% acima do 1T09. O CAPEX Operacional como percentagem do Volume de Negócios passou de 8,9% para 10,7%. O aumento do investimento no negócio móvel é explicado por melhorias contínuas ao nível da cobertura e da capacidade da rede de acesso, garantindo que a Optimus possui a melhor rede integrada em Portugal. Tal como em 2009, o nível de investimento continuou a ser criteriosamente gerido, seguindo, no negócio Fixo, uma estratégia "capital light".



Estrutura de Capital

A Dívida Bruta Consolidada totalizava, no final do 1T10, 373,5 milhões de euros, uma redução de 78,4 milhões de euros face ao 1T09, e o montante relativo a linhas de crédito disponíveis e não utilizadas totalizavam 299,3 milhões de euros. É importante referir que, actualmente, a totalidade de linhas de crédito ascende a 574,0 milhões de euros.



A Dívida Líquida Consolidada, no final do 1T10, ascendia a 297,2 milhões de euros, uma redução de 15,3% face a 1T09, reflectindo o FCF positivo gerado entre as duas datas, apesar da alocação de 20 milhões de euros à amortização da operação de securitização.

Apesar de um ambiente macroeconómico adverso, as amortizações de dívida previstas para 2010 encontram-se já assegurados, não estando previstas necessidades de refinanciamento adicionais até meados de 2012. De salientar que a maturidade média da dívida do grupo Sonaecom é, actualmente, de aproximadamente 3,1 anos.

Em termos de evolução dos principais indicadores financeiros, o rácio da Dívida Líquida face ao EBITDA atingiu os 1,7x no 1T10, o que representa uma melhoria de 0,4x face ao final do 1T09, sendo que o rácio de Cobertura de Juros melhorou de 8,2x, no 1T09, para 11,3x no final do 1T10.

FCF

O FCF Consolidado, no 1T10, foi positivo em 1,3 milhões de euros, 47,2 milhões acima do valor registado no 1T09, em resultado do nível de EBITDA-CAPEX Operacional e uma melhor performance ao nível da gestão do Fundo de Maneio, demonstrando uma tendência de crescimento consistente que evidencia o nosso desempenho positivo.

2. Telecomunicações



Durante o 1T10, o nosso negócio de telecomunicações passou a estar gerido sob a marca única Optimus, reconhecida pela sua presença em todos os segmentos de mercado.

2.1. Negócio Móvel

Conseguindo gerar valor em todas as linhas de negócio, o segmento Móvel continuou a evoluir positivamente, não só em termos de número de Subscritores mas também em Receitas de Clientes. Tal como evidenciado pelo crescimento do peso das Receitas de Dados no Total das Receitas de Serviço, temos vindo continuamente a suplantar os nossos objectivos ao nível de crescimento de Dados.

2.1.1. Indicadores Operacionais

NEG. MÓVEL - INDIC. OPERACIONAIS	1T09	1T10	Δ 10/09	4T09	Δ T/T
Clientes (EoP) ('000)	3.219,8	3.449,8	7,1%	3.432,6	0,5%
Adições Líquidas ('000)	28,2	17,2	-38,8%	105,7	-83,7%
Dados como % Receitas de Serviço	27,4%	29,6%	2,1pp	29,2%	0,4pp
Total #SMS/mês/Cliente	46,4	48,2	3,8%	50,9	-5,2%
MOU ⁽¹⁾ (min.)	127,6	134,4	5,3%	136,5	-1,5%
ARPU ⁽²⁾ (euros)	14,9	13,7	-8,1%	14,3	-3,9%
Cliente	12,1	11,4	-5,7%	11,8	-3,7%
Interligação	2,8	2,3	-18,5%	2,4	-4,7%
ARPM ⁽³⁾ (euros)	0,12	0,10	-12,8%	0,10	-2,4%

(1) Minutos de Utilização por Cliente por mês; (2) Receita Média mensal por Utilizador; (3) Receita Média por Minuto.

Base de Clientes

Mantendo a tendência de crescimento dos últimos trimestres, a nossa base de clientes alcançou, no 1T10, cerca de 3,45 milhões de subscritores, aumentando 7,1% face ao 1T09, um excelente resultado tendo em consideração a maturidade do mercado Móvel Português.

O número de clientes pós-pagos continua a ganhar peso na nossa base de clientes, representando, no 1T10, cerca de 32,0% do total dos clientes no negócio Móvel, um aumento de 1,3pp face ao período homólogo de 2009.

No 1T10, a receita média mensal ("ARPU") por cliente do Móvel foi de 13,7 euros, menos cerca de 1,2 euros relativamente ao mesmo período de 2009, em resultado da combinação de menores Receitas de Interligação (que diminuíram de 2,8 euros para 2,3 euros) e menor nível de facturação média por cliente (que diminuiu de 12,1 euros para 11,4 euros), apesar do aumento de 5,3% no nível de minutos de utilização por cliente por mês.

Dados e Banda Larga Móvel

Conseguimos manter um crescimento significativo ao nível da utilização de Dados, através da promoção do nosso produto "Kanguru", baseado em tecnologia HSPA, e da introdução de ofertas pós-pagas apelativas, especialmente desenhadas de forma a incentivar a penetração de *smartphones* no segmento Residencial.

Durante o 1T10, as Receitas de Dados representaram cerca de 29,6% das Receitas de Serviço, um acréscimo de 2,1pp face ao 1T09. As Receitas de Serviços de Dados (excluindo receitas de SMS) continuaram a aumentar o seu peso nas Receitas de Serviço, representando, no 1T10, aproximadamente 74,6% das Receitas de Dados, em comparação com 73,0% no 1T09.

2.1.2. Indicadores Financeiros

Milhões de Euros	1T09	1T10	Δ 10/09	4T09	Δ T/T
NEGÓCIO MÓVEL - DEM. RESULTADOS					
Volume de Negócios	146,8	142,5	-3,0%	153,7	-7,3%
Receitas de Serviço	139,3	137,4	-1,3%	140,4	-2,1%
Receitas de Clientes	112,8	114,3	1,3%	116,5	-2,0%
Receitas de Operadores	26,5	23,2	-12,4%	23,9	-2,9%
Vendas de Equipamento	7,5	5,0	-33,5%	13,3	-62,2%
Outras Receitas	8,7	8,3	-4,4%	11,0	-24,3%
Custos Operacionais	108,3	104,2	-3,8%	128,4	-18,8%
Custos com Pessoal	14,0	13,0	-7,3%	13,8	-6,1%
Custos Directos de Serviços Prestados ⁽¹⁾	43,0	44,9	4,3%	43,2	3,8%
Custos Comerciais ⁽²⁾	24,5	20,4	-16,7%	42,2	-51,5%
Outros Custos Operacionais ⁽³⁾	26,8	26,0	-3,1%	29,3	-11,3%
EBITDAP	47,2	46,6	-1,4%	36,3	28,4%
Provisões e Perdas de Imparidade	3,5	0,2	-94,2%	0,9	-77,7%
EBITDA	43,8	46,4	6,0%	35,4	31,1%
Margem EBITDA (%)	29,8%	32,6%	2,8pp	23,0%	9,5pp
CAPEX Operacional ⁽⁴⁾	12,9	17,9	38,4%	28,7	-37,7%
CAPEX Oper. como % Volume Negócios	8,8%	12,5%	3,7pp	18,7%	-6,1pp
EBITDA - CAPEX Operacional	30,9	28,5	-7,6%	6,7	-
CAPEX Total	13,7	18,0	31,8%	29,0	-38,0%

(1) Custos Directos de Serviços Prestados = Interligação e conteúdos + Circuitos Alugados + Outros Custos de Operação de Rede; (2) Custos Comerciais = Custos das Mercadorias Vendidas + Custos de Marketing e Vendas (3) Outros Custos Operacionais = Serviços Subcontratados + Despesas Gerais e Administrativas + Outros Custos; (4) Capex Operacional exclui Investimentos Financeiros e Provisões para desmantelamento de sites e outros investimentos não operacionais.

Volume de Negócios

No 1T10, as Receitas de Clientes continuaram a evoluir de forma positiva, aumentando de 112,8 milhões de euros, no 1T09, para 114,3 milhões de euros, no 1T10. No entanto, em termos do Volume de Negócios, registou-se uma diminuição para, aproximadamente, 142,5 milhões de euros, devido a uma descida nas Receitas de Operadores, totalmente motivada pela redução das tarifas de terminação e pelo menor nível de Vendas de Equipamento. É de realçar que, em matéria de Tarifas de Terminação, se mantiveram as tarifas em vigor no último trimestre de 2009.

Custos Operacionais

Os Custos Operacionais diminuíram face ao 1T09, de 108,3 milhões de euros para 104,2 milhões de euros. É importante referir que esta redução foi conseguida apesar da Optimus ter aumentado o seu nível de actividade. Este desempenho positivo é explicado, em parte, pelas sinergias que temos vindo a obter pelo facto de gerirmos o negócio sob uma única marca: Optimus. É de referir que, não obstante o crescimento da nossa infra-estrutura de rede e um maior nível de tráfego, os Custos Directos de Serviços Prestados aumentaram apenas 4,3%, apesar do nível mais baixo de tarifas de interligação.

EBITDA

No 1T10, o EBITDA manteve um desempenho positivo, alcançando 46,4 milhões de euros, um aumento de 6,0% face ao 1T09, devido essencialmente a uma diminuição de 3,8% no nível de Custos Operacionais. A margem EBITDA teve um aumento significativo de 2,8pp, para um nível recorde de 32,6%.

2.2. Negócio Fixo

Neste trimestre, as divisões de *Wholesale* e *Corporate* e *PMEs* continuaram a alcançar resultados positivos. No que diz respeito ao mercado Residencial, a dinâmica competitiva manteve-se bastante desafiante. Neste sentido, continuámos a focar-nos em criar valor na nossa base de subscritores e em alavancar a nossa infra-estrutura através de parcerias.

2.2.1. Indicadores Operacionais

NEG. FIXO - INDIC. OPERACIONAIS	1T09	1T10	Δ 10/09	4T09	Δ T/T
Total de Acessos	554.486	463.853	-16,3%	483.613	-4,1%
Acessos Directos	442.085	385.533	-12,8%	403.212	-4,4%
Voz	238.589	207.285	-13,1%	214.865	-3,5%
Internet de Banda Larga	180.499	131.611	-27,1%	146.349	-10,1%
Outros	22.997	46.637	102,8%	41.998	11,0%
Acessos Indirectos	112.401	78.320	-30,3%	80.401	-2,6%
Centrais Desagregadas c/ Transmissão	186	203	9,1%	198	2,5%
Centrais Desagregadas com ADSL2+	173	182	5,2%	179	1,7%
Acesso Directo em % Receitas Clientes	77,6%	73,4%	-4,2pp	75,9%	-2,6pp
Receita Média por Acesso - retalho	22,9	23,5	2,6%	23,8	-1,4%

Base de Clientes

No 1T10, o segmento de *Corporate* e *PMEs* aumentou a sua presença no mercado, com o número de Acessos a evoluir positivamente. Apesar desta evolução positiva, o Total de Acessos diminuiu cerca de 16,3%, para 463,9 mil Acessos. Esta diminuição é totalmente explicada pela conjuntura actual do mercado Residencial e deve-se a diminuições, quer no nível de Acessos Directos quer Indirectos (12,8% e 30,3%, respectivamente).

É de realçar que a tendência negativa verificada ao nível das adições líquidas nos Acessos Directos registou, neste trimestre, sinais de abrandamento.

2.2.2. Indicadores Financeiros

Milhões de Euros	1T09	1T10	Δ 10/09	4T09	Δ T/T
NEGÓCIO FIXO - DEM. RESULTADOS					
Volume de Negócios	64,3	60,9	-5,3%	58,7	3,7%
Receitas de Serviço	63,9	60,8	-4,9%	58,5	4,0%
Receitas de Clientes	37,3	31,8	-14,7%	33,6	-5,3%
Receitas de Acesso Directo	29,0	23,4	-19,4%	25,5	-8,5%
Receitas de Acesso Indirecto	7,3	6,5	-11,5%	6,7	-2,8%
Outros	1,0	2,0	93,9%	1,4	40,8%
Receitas de Operadores	26,6	28,9	8,9%	24,8	16,6%
Vendas de Equipamento	0,3	0,1	-73,1%	0,3	-65,3%
Outras Receitas	0,0	0,1	-	2,0	-94,8%
Custos Operacionais	61,2	56,7	-7,4%	56,3	0,7%
Custos com Pessoal	1,5	1,0	-32,7%	1,2	-17,8%
Custos Directos de Serviços Prestados ⁽¹⁾	40,5	39,4	-2,7%	36,7	7,5%
Custos Comerciais ⁽²⁾	5,8	4,3	-24,6%	5,2	-17,3%
Outros Custos Operacionais ⁽³⁾	13,5	11,9	-11,4%	13,1	-9,2%
EBITDAP	3,0	4,3	42,0%	4,5	-3,5%
Provisões e Perdas de Imparidade	2,4	3,6	50,4%	2,2	61,3%
EBITDA	0,6	0,7	10,6%	2,2	-68,5%
Margem EBITDA (%)	1,0%	1,2%	0,2pp	3,8%	-2,7pp
CAPEX Operacional ⁽⁴⁾	7,8	5,3	-32,3%	18,0	-70,8%
CAPEX Oper. em % Volume Negócios	12,1%	8,7%	-3,5pp	30,7%	-22,1pp
EBITDA - CAPEX Operacional	-7,1	-4,6	36,1%	-15,8	71,1%
CAPEX Total	7,8	5,3	-32,3%	18,0	-70,8%

(1) Custos Directos de Serviços Prestados = Interligação e conteúdos + Circuitos Alugados + Outros Custos de Operação de Rede; (2) Custos Comerciais = Custos das Mercadorias Vendidas + Custos de Marketing e Vendas; (3) Outros Custos Operacionais = Serviços Subcontratados + Despesas Gerais e Administrativas + Outros Custos; (4) Capex Operacional exclui Investimentos Financeiros e Provisões para desmantelamento de sites e outros investimentos não operacionais.

Volume de Negócios

O Volume de Negócios diminuiu face ao 1T09 para, aproximadamente, 60,9 milhões de euros, em resultado de uma diminuição de 14,7% no nível das Receitas de Clientes, totalmente explicada pela conjuntura actual do mercado Residencial. É importante referir que o nível de Receitas de Operadores evoluiu positivamente, aumentando 16,6% quando comparado com o trimestre anterior e 8,9% quando comparado com o 1T09.

Custos Operacionais

O nível de Custos Operacionais diminuiu face ao 1T09, de 61,2 milhões de euros para 56,7 milhões de euros, devido, essencialmente, a uma redução nos Custos Comerciais e Outros Custos Operacionais, consequência directa da nossa estratégia de redução de custos, especialmente visível nas áreas de IT e Rede.

No que diz respeito ao nível de Provisões, dado o adverso ambiente macroeconómico, decidimos, por prudência, reforçar o nível de Provisões para Incobráveis.

EBITDA

O EBITDA do negócio Fixo foi de 0,7 milhões de euros no 1T10, aumentando 10,6% quando comparado com o 1T09, em resultado do crescimento verificado nas divisões de *Wholesale* e de *Corporate* e *PMEs*, apesar da redução nas Receitas de Clientes verificada no segmento Residencial.

Relativamente à margem EBITDA, o negócio Fixo alcançou no 1T10 uma margem de 1,2%, aumentando 0,2pp face à margem de 1,0% verificada no 1T09.

3. Software e Sistemas de Informação (SSI)



Durante o 1T10, a WeDo Technologies continuou a aumentar a sua presença internacional, através da abertura de três novos escritórios em Singapura, Chile e Panamá. Outro sinal da expansão internacional da WeDo Technologies está relacionado com o reforço das receitas no mercado internacional, um indicador que cresceu cerca de 15,0% face ao mesmo período do ano anterior. É de assinalar que nos dois primeiros meses do ano os níveis de actividade estiveram abaixo do habitual em termos de vendas, tendo o mês de Março já apresentado sinais de recuperação. Adicionalmente, o total de encomendas aumentou 12,1% face ao ano anterior, um bom indicador da actividade futura.

As restantes três empresas, Mainroad (IT Management, Segurança e Continuidade), Bizdirect (Comercialização de soluções multi-marca de equipamentos IT) e Saphety (Serviços de automatização de processo de negócio, facturação electrónica e segurança nas transacções B2B), apresentaram resultados em linha com as expectativas.

3.1. Indicadores Operacionais

SSI - INDICADORES OPERACIONAIS	1T09	1T10	Δ 10/09	4T09	Δ T/T
Receitas Serv. IT/Colaboradores ⁽¹⁾ ('000euros)	28,2	29,2	3,6%	32,2	-9,3%
Vendas Equipamento em % Vol. Negócios	61,2%	52,1%	-9,1pp	51,5%	0,6pp
Vendas Equipam./Colaborador ⁽²⁾ ('000 euros)	1.448,3	739,7	-48,9%	843,4	-12,3%
EBITDA/Colaborador ('000 euros)	3,9	2,9	-26,2%	4,9	-40,9%
Colaboradores	502	534	6,4%	522	2,3%

1) Excluindo colaboradores dedicados a Vendas de Equipamento; (2) Bizdirect

No 1T10, as Receitas de Serviço por Colaborador atingiram os 29,2 mil euros, um valor superior em 3,6% ao registado no 1T09, tendo as Vendas de Equipamentos por colaborador diminuído 48,9% face ao ano anterior. Este último indicador evoluiu negativamente, devido a um nível inferior de Vendas de Equipamentos, conforme esperado em face da desaceleração do programa *E-escolas*. O número total de colaboradores, no final do 1T10, aumentou para 534, representando um crescimento de 6,4% face ao 1T09. Este aumento é maioritariamente explicado pela necessidade adicional de consultores para suportar o crescimento do nível de actividade das subsidiárias da SSI e pela crescente internacionalização da WeDo Technologies: o número de colaboradores que se encontram fora de Portugal é de 162 no 1T10 vs. 147 no 1T09, representando um aumento de 10,2%. O EBITDA por colaborador atingiu 2,9 mil euros, uma diminuição de 26,2% face ao 1T09, devido a um EBITDA inferior ao do ano anterior e a um maior número de colaboradores.

Desenvolvimentos Corporativos

Durante o 1T10, os mais importantes desenvolvimentos corporativos alcançados por cada uma das empresas da SSI foram:

- WeDo Technologies: lançou a sua mais recente versão do RAID – Business Assurance RAID 6.0 – a sua plataforma de Business Assurance que está já a ser utilizada por mais de 60 Operadores de Telecomunicações em todo o mundo.
- Mainroad: renovou a sua certificação de SAP Hosting Partner.
- Bizdirect: ganhou vários contratos com entidades tais como Inatel, Universidade Católica e Instituto Politécnico de Leiria para a gestão do contrato “Microsoft Enterprise Agreement”.
- Saphety: foi seleccionada pelo maior distribuidor de papel e material de escritório de Portugal, para a implementação de uma solução de compra electrónica para os seus clientes.

3.2. Indicadores Financeiros

Milhões de Euros	1T09	1T10	Δ 10/09	4T09	Δ T/T
SSI CONSOLIDADO- D. RESULTADOS					
Volume de Negócios	39,92	32,43	-18,8%	34,33	-5,5%
Receitas de Serviço	15,49	15,53	0,2%	16,65	-6,8%
Vendas de Equipamento	24,43	16,91	-30,8%	17,68	-4,4%
Outras Receitas	0,25	0,11	-53,7%	-0,08	-
Custos operacionais	38,11	30,92	-18,9%	31,56	-2,0%
Custos com Pessoal	7,02	7,43	5,9%	6,93	7,3%
Custos Comerciais ⁽¹⁾	24,34	16,64	-31,6%	17,35	-4,1%
Outros Custos Operacionais ⁽²⁾	6,75	6,84	1,3%	7,28	-6,0%
EBITDAP	2,06	1,63	-20,9%	2,70	-39,5%
Provisões e Perdas de Imparidade	0,08	0,04	-53,6%	0,07	-44,5%
EBITDA	1,98	1,59	-19,5%	2,62	-39,4%
Margem EBITDA (%)	4,9%	4,9%	0pp	7,6%	-2,7pp
CAPEX Operacional ⁽³⁾	0,46	0,70	54,2%	1,37	-48,8%
CAPEX Oper. como % Volume Negócios	1,1%	2,2%	1pp	4,0%	-1,8pp
EBITDA - CAPEX Operacional	1,52	0,89	-41,6%	1,25	-29,1%
CAPEX Total	0,46	0,70	54,2%	1,37	-48,8%

(1) Custos Comerciais = Custos das Mercadorias Vendidas + Custos de Marketing e Vendas; (2) Outros Custos Operacionais = Serviços Subcontratados + Despesas Gerais e Administrativas + Outros Custos; (3) Capex Operacional exclui Investimentos Financeiros e Provisões para desmantelamento de sites e outros investimentos não operacionais.

Volume de Negócios

No 1T10, o Volume de Negócios da SSI diminuiu cerca de 18,8%, comparativamente com o mesmo período do ano anterior, para 32,4 milhões de euros. Esta evolução negativa é resultado de um decréscimo de 30,8% nas Vendas de Equipamentos, totalmente explicado pela diminuição registada na Bizdirect com a desaceleração do programa *E-escolas*.

Custos Operacionais

O total de Custos Operacionais diminuiu cerca de 18,9% comparativamente com o 1T09, devido a uma diminuição de 31,6% dos Custos Comerciais. É importante referir que o aumento registado nos Custos com Pessoal se deve ao crescimento do nível de actividade em todas as subsidiárias e à expansão internacional da WeDo Technologies.

EBITDA

No 1T10, o EBITDA da SSI foi positivo em 1,59 milhões de euros, representando uma diminuição de 19,5% face ao ano anterior, devido a um menor Volume de Negócios que não foi totalmente compensado com a diminuição registada nos Custos Operacionais. A margem EBITDA manteve-se nos 4,9%, reflectindo o crescimento internacional da WeDo Technologies, que também registou um aumento no número de contratos, não reflectido ainda inteiramente em Receitas de Serviço.



4. *Online e Media*

Além da Optimus e SSI, a Sonaecom também controla um conjunto de negócios complementares que compreende o Miau.pt, Clix.pt e Publico.pt, destacando-se o Público, um jornal diário de referência em Portugal, lançado em 1990.

Relativamente ao Público, durante o 1T10, a dinâmica de mercado continuou adversa, não só em termos de Circulação mas também em termos de Receitas de Publicidade. No entanto, o Público conseguiu aumentar em 7,9% as Receitas de Publicidade, face ao ano anterior e, no que diz respeito ao seu negócio on-line, manteve a liderança em termos de visitas únicas, dois feitos notáveis tendo em consideração a conjuntura prevalecente no sector.

No 1T10, o EBITDA de *Online e Media* foi negativo em 0,44 milhões de euros, mas com uma tendência ascendente quando comparado com o EBITDA do 1T09, negativo em cerca de 0,90 milhões de euros.

5. Principais Desenvolvimentos Regulatórios no 1T10

Apresentam-se de seguida os principais Desenvolvimentos Regulatórios ocorridos no 1T10:

- A 20 de Janeiro, o ICP-ANACOM divulgou o sentido provável das decisões relativas à análise ao mercado de terminação de chamadas vocais em redes móveis (mercado 7), onde se inclui a definição de operadores com poder de mercado significativo e a revisão das obrigações impostas, incluindo o controlo de preços aplicável. No que respeita ao controlo de preços, o glide-path proposto pelo regulador prevê uma redução trimestral de preços com entrada em vigor a 1 de Fevereiro de 2010 e um valor objectivo de €0.035, a ser atingido a 1 de Abril de 2011. Face às tarifas em vigor no final do ano de 2009 (0.065 €) a redução prevista corresponde a 46%. O glide-path proposto foi o seguinte:

	Tarifas
A 31 de Dezembro de 2009	0,065
01 Fevereiro 2010	0,060
01 Abril 2010	0,055
01 Julho 2010	0,050
01 Outubro 2010	0,045
01 Janeiro 2011	0,040
01 Abril 2011	0,035

A consulta pública encerrou a 3 de Março e continua pendente uma decisão final por parte do regulador.

- Em Fevereiro de 2010 o ICP-ANACOM publicou a decisão final relativa a alterações à Oferta de Referência de Acesso ao Lacete Local (ORALL) que é relevante para o negócio fixo da Optimus. Entre outras as alterações à ORALL definidas pelo ICP – ANACOM incluem-se:
 - Inclusão de SLA's *Premium*;
 - Reforço do esquema de penalizações;
 - Obrigação de a PT disponibilizar aos operadores alternativos informação sobre a sua rede de cobre e respectiva evolução prevista, de modo a assegurar a continuidade da prestação de serviços baseados em lacetes desagregados.

6. Principais desenvolvimentos Corporativos no 1T10

- A 6 de Janeiro de 2010, a Sonaecom recebeu uma comunicação do “Santander Asset Management – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliários, S.A.”, informando que os fundos geridos por este totalizavam, desde 20 de Outubro de 2009, 7.408.788 acções, representativas de 2,023 % do capital social e dos direitos de voto da Sonaecom.
- A 20 de Janeiro de 2010, no seguimento da decisão de concentrar todos os negócios de telecomunicações do Grupo numa só marca, a Optimus tornou-se na única marca da Sonaecom para o sector, integrando as actividades de comunicações fixas residenciais que estavam sob a marca Clix. Esta integração foi um desenvolvimento natural para a Optimus que dispõe, actualmente, de uma infra-estrutura de rede totalmente convergente.
- A 3 de Fevereiro de 2010, a Sonaecom procedeu à emissão de um empréstimo obrigacionista, no montante de 30.000.000,00 euros (trinta milhões de euros), sem garantias e pelo prazo de três anos. Esta emissão foi organizada pelo Banco Espírito Santo de Investimento. Em Março de 2010, a Sonaecom procedeu à emissão de outro empréstimo obrigacionista, no montante de 40.000.000,00 euros e organizada pelo Caixa – Banco de Investimento, S.A.. Será requerida a admissão à negociação destas obrigações à Euronext Lisbon.
- A 6 de Fevereiro de 2010, o Governo Português anunciou os resultados do Concurso Público para o desenvolvimento de Redes de Nova Geração nas zonas menos densamente povoadas de Portugal. A DST, a empresa de construção parceira da Sonaecom neste processo, ganhou o concurso público nas regiões Norte e Alentejo e Algarve que abrangem cerca de 750 mil residentes.
- A 26 de Fevereiro de 2010, o Banco Europeu de Investimento aprovou um empréstimo de 75 milhões de euros, destinado a financiar o investimento em Redes de Nova Geração da Sonaecom.
- Entre 15 e 26 de Março de 2010, a Sonaecom adquiriu, através da Euronext Lisbon Stock Exchange, 886.935 acções próprias, representativas de aproximadamente 0,24% do seu Capital Social, ao abrigo das autorizações concedidas pelas Assembleias Gerais de Accionistas realizadas em 2009. Na sequência destas aquisições, a Sonaecom detinha, a 31 de Março de 2010, 7.831.325 acções próprias, representativas de aproximadamente 2,14% do seu Capital Social. Tal como previsto no Plano de Incentivos de Médio Prazo da Sonaecom foram atribuídas, a 10 de Março de 2010, um total de 943.725 acções aos seus colaboradores.



7. Eventos Subsequentes

Na Assembleia Geral de Accionistas realizada em 23 de Abril de 2010, foram aprovadas pelos accionistas da Sonaecom os seguintes pontos:

- 1) Aprovação do Relatório de Gestão, Balanço e Contas, individuais e consolidadas, relativos ao exercício de 2009, tal como apresentados.
- 2) Aplicação do Resultado Líquido negativo do exercício de 2009, tal como apresentado.
- 3) Atribuição de um voto de louvor e confiança à actividade desempenhada pela Administração e Fiscalização da sociedade durante o ano de 2009.
- 4) Aprovação de declaração relativa à política de remuneração dos membros dos órgãos de Administração e de Fiscalização da sociedade.
- 5) Eleição de António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier para integrar o Conselho de Administração, até ao termo do mandato em curso (2008-2011).
- 6) Autorização ao Conselho de Administração para, durante um período de 18 meses e dentro dos limites legais, proceder à aquisição e alienação de acções próprias, nos termos da proposta apresentada por aquele órgão.
- 7) Autorização, pelo período de 18 meses, para aquisição de acções da própria sociedade por sociedades dela directa ou indirectamente dependentes, bem como a respectiva detenção, nos termos da proposta apresentada pelo Conselho de Administração.

8. Anexo

8.1. Demonstração de Resultados Consolidados

Milhões de Euros	1T09	1T10	Δ 10/09	4T09	Δ T/T
DEM. RESULTADOS CONSOLIDADOS					
Volume de Negócios	240,9	222,8	-7,5%	232,8	-4,3%
Móvel	146,8	142,5	-3,0%	153,7	-7,3%
Fixo	64,3	60,9	-5,3%	58,7	3,7%
SSI	39,9	32,4	-18,8%	34,3	-5,5%
Outros & Eliminações	-10,1	-13,0	-28,9%	-13,9	6,4%
Outras Receitas	0,9	1,1	24,7%	3,9	-71,1%
Custos Operacionais	189,9	172,1	-9,4%	194,9	-11,7%
Custos com Pessoal	24,8	24,5	-1,1%	24,6	-0,6%
Custos Directos Serviços Prestados ⁽¹⁾	69,8	71,1	1,8%	67,1	5,9%
Custos Comerciais ⁽²⁾	59,0	42,2	-28,5%	65,1	-35,2%
Outros Custos Operacionais ⁽³⁾	36,4	34,4	-5,5%	38,1	-9,7%
EBITDAP	51,9	51,8	-0,2%	41,8	23,8%
Provisões e Perdas de Imparidade	6,5	3,9	-40,3%	2,7	43,5%
EBITDA	45,4	47,9	5,6%	39,1	22,4%
Margem EBITDA (%)	18,8%	21,5%	2,7pp	16,8%	4,7pp
Móvel	43,8	46,4	6,0%	35,4	31,1%
Fixo	0,6	0,7	10,6%	2,2	-68,5%
SSI	2,0	1,6	-19,5%	2,6	-39,4%
Outros & Eliminações	-1,0	-0,8	22,6%	-1,1	29,7%
Depreciações e Amortizações	39,4	34,0	-13,6%	32,9	3,3%
EBIT	6,0	13,9	131,8%	6,2	123,9%
Resultados Financeiros	-3,9	-2,0	49,8%	-1,8	-10,1%
Proveitos Financeiros	1,7	1,5	-14,2%	1,6	-4,7%
Custos Financeiros	5,7	3,5	-38,9%	3,4	3,2%
EBT	2,1	11,9	-	4,4	170,0%
Imposto	-1,7	-3,7	-117,6%	-1,3	-177,9%
Resultado Líquido	0,4	8,2	-	3,1	166,6%
Atribuível ao Grupo	0,2	8,2	-	3,0	172,1%
Atribuível a Interesses Minoritários	0,1	0,1	-56,4%	0,1	-37,6%

(1) Custos Directos de Serviços Prestados = Interligação e conteúdos + Circuitos Alugados + Outros Custos de Operação de Rede; (2) Custos Comerciais = Custos das Mercadorias Vendidas + Custos de Marketing e Vendas (3) Outros Custos Operacionais = Serviços Subcontratados + Despesas Gerais e Administrativas + Outros custos.

8.2. Balanço Consolidado

Milhões de Euros	1T09	1T10	Δ 10/09	4T09	Δ T/T
BALANÇO CONSOLIDADO					
Total do Activo Líquido	1.958,1	1.910,6	-2,4%	1.920,1	-0,5%
Activos não Correntes	1.492,1	1.493,7	0,1%	1.506,4	-0,8%
Imobilizações Corpóreas e Incorpóreas	840,9	847,1	0,7%	857,1	-1,2%
Goodwill	526,0	526,1	0,0%	526,1	0,0%
Investimentos	1,2	1,2	0,0%	1,2	0,0%
Impostos Diferidos Activos	124,0	119,1	-3,9%	121,9	-2,3%
Activos Correntes	466,0	417,0	-10,5%	413,7	0,8%
Clientes	164,3	143,3	-12,8%	158,9	-9,9%
Liquidez	101,0	76,3	-24,4%	83,6	-8,8%
Outros	200,7	197,4	-1,7%	171,2	15,3%
Capital Próprio	933,2	941,5	0,9%	935,6	0,6%
Grupo	932,9	941,1	0,9%	935,1	0,6%
Interesses Minoritários	0,3	0,4	33,6%	0,5	-22,0%
Total Passivo	1.024,9	969,1	-5,4%	984,5	-1,6%
Passivo não Corrente	603,2	459,9	-23,8%	444,7	3,4%
Empréstimos Bancários	416,7	328,5	-21,2%	299,1	9,8%
Provisões para outros Riscos e Encargos	33,5	31,8	-4,9%	32,2	-1,2%
Outros	153,1	99,6	-34,9%	113,4	-12,2%
Passivo Corrente	421,7	509,2	20,7%	539,7	-5,7%
Empréstimos Bancários	11,3	21,6	90,9%	59,3	-63,6%
Fornecedores	164,7	194,1	17,8%	195,3	-0,6%
Outros	245,7	293,5	19,5%	285,2	2,9%
CAPEX Operacional ⁽¹⁾	21,4	23,9	12,0%	48,1	-50,2%
CAPEX Operacional como % Volume de Negócios	8,9%	10,7%	1,9pp	20,7%	-9,9pp
CAPEX Total	22,1	24,1	8,8%	48,4	-50,3%
EBITDA - CAPEX Operacional	24,0	24,0	-0,1%	-8,9	-
Cash Flow Operacional ⁽²⁾	-36,1	12,4	-	11,3	9,9%
FCF ⁽³⁾	-45,9	1,3	-	4,3	-68,3%
Dívida Bruta	451,9	373,5	-17,4%	382,2	-2,3%
Dívida Líquida	350,9	297,2	-15,3%	298,5	-0,5%
Dívida Líquida/EBITDA últimos 12 meses	2,0 x	1,7 x	-0,4x	1,7 x	0x
EBITDA/Juros ⁽⁴⁾ últimos 12 meses	8,2 x	11,3 x	3,1x	9,8 x	1,5x
Dívida / (Dívida + Capital Próprio)	32,6%	28,4%	-4,2pp	29,0%	-0,6pp
Excluindo a operação de Securitização:					
Dívida Líquida	444,6	371,0	-16,6%	377,8	-1,8%
Dívida Líquida/EBITDA últimos 12 meses	2,6 x	2,1 x	-0,5x	2,2 x	-0,1x
EBITDA/Juros ⁽⁴⁾ últimos 12 meses	8,2 x	11,3 x	3,1x	9,8 x	1,5x

(1) Capex Operacional exclui Investimentos Financeiros, Provisões para desmantelamento de sites e outros investimentos não operacionais; (2) Cash Flow Operacional = EBITDA - CAPEX Operacional - Variação de Fundo de Maneio - Itens não Monetários e Outros; (3) FCF após Custos Financeiros e antes de Fluxos de Capitais e Custos de Emissão de Empréstimos; (4) Cobertura de Juros.

8.3. FCF

Milhões de Euros

FREE CASH FLOW ALAVANCADO	1T09	1T10	Δ 10/09	4T09	Δ T/T
EBITDA-CAPEX Operacional	24,0	24,0	-0,1%	-8,9	-
Varição de Fundo de Maneio	-67,8	-11,9	82,5%	18,9	-
Itens não monetários e Outros	7,7	0,3	-95,8%	1,3	-75,3%
Cash Flow Operacional	-36,1	12,4	-	11,3	9,9%
Investimentos Financeiros	0,0	0,0	-	0,0	-
Securitização	-5,0	-5,0	0,0%	-5,0	0,0%
Acções Próprias	-1,3	-3,0	-130,1%	-1,1	-157,5%
Resultados Financeiros	-4,2	-2,4	43,9%	-1,3	-82,5%
Impostos	0,8	-0,7	-	0,4	-
FCF	-45,9	1,3	-	4,3	-68,3%

8.4. Colaboradores

Sonaecom	1T09	1T10	Δ 10/09	4T09	Δ T/T
Total de Colaboradores	2.000	2.053	2,7%	2.013	2,0%
d.q. Telecomunicações	432	448	3,7%	432	3,7%
d.q. SSI	502	534	6,4%	522	2,3%

8.5. Online e Media

PÚBLICO - INDIC. OPERACIONAIS	1T09	1T10	Δ 10/09	4T09	Δ T/T
Circulação Média Mensal Paga ⁽¹⁾	40.151	33.377	-16,9%	34.238	-2,5%
Quota Mercado de Publicidade (%)	11,9%	10,1%	-1,8pp	12,0%	-1,9pp
Audiência ⁽²⁾ (%)	4,6%	n.a	-	4,7%	-
Colaboradores	264	256	-3,0%	257	-0,4%

(1) Valor estimado, atualizado no trimestre seguinte; (2) Em % da população; Fonte: Bareme Imprensa (inquérito não realizado nos 3º trimestres de cada ano).

Milhões de Euros	1T09	1T10	Δ 10/09	4T09	Δ T/T
ONLINE E MEDIA - D.RES. CONSOLIDADOS					
Volume de Negócios	7,41	7,38	-0,5%	7,92	-6,8%
Vendas de Publicidade ⁽¹⁾	3,13	3,08	-1,9%	3,26	-5,7%
Vendas de Jornais	3,05	3,14	2,7%	3,36	-6,7%
Vendas de Produtos Associados	1,22	1,17	-4,6%	1,30	-9,9%
Outras Receitas	0,05	0,05	-10,6%	0,14	-64,6%
Custos operacionais	8,30	7,85	-5,4%	8,48	-7,5%
Custos com Pessoal	3,05	2,65	-13,1%	2,90	-8,5%
Custos Comerciais ⁽²⁾	2,44	2,62	7,3%	2,86	-8,4%
Outros Custos Operacionais ⁽³⁾	2,81	2,58	-8,2%	2,73	-5,4%
EBITDAP	-0,84	-0,42	49,3%	-0,43	1,1%
Provisões e Perdas de Imparidade	0,07	0,02	-77,1%	-0,06	-
EBITDA	-0,90	-0,44	51,3%	-0,37	-19,9%
Margem EBITDA (%)	-12,2%	-6,0%	6,2pp	-4,6%	-1,3pp
CAPEX Operacional ⁽⁴⁾	0,15	0,13	-10,7%	0,22	-39,2%
CAPEX Oper. como % Volume Negócios	2,0%	1,8%	-0,2pp	2,8%	-1pp
EBITDA - CAPEX Operacional	-1,05	-0,57	45,6%	-0,59	2,2%
CAPEX Total	0,15	0,13	-10,7%	0,22	-39,2%

(1) Inclui conteúdos; (2) Custos Comerciais = Custos das Mercadorias Vendidas + Custos de Marketing e Vendas; (3) Outros Custos Operacionais = Serviços Subcontratados + Despesas Gerais e Administrativas + Outros Custos; (4) Capex Operacional exclui Investimentos Financeiros e Provisões para desmantelamento de sites e outros investimentos não operacionais.

Demonstrações financeiras consolidadas da Sonaecom

SONAECOM, S.G.P.S., S.A. E SUBSIDIÁRIAS

Balanços consolidados

Para os períodos findos em 31 de Março de 2010 e 2009 e para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2009

(Montantes expressos em Euros)	Notas	Março de 2010	Março de 2009	Dezembro de 2009
Activo				
Activos não correntes:				
Activos fixos tangíveis	1d), 1i) e 6	572.980.258	573.821.360	583.419.492
Activos intangíveis	1e), 1f) e 7	274.158.944	267.103.636	273.694.175
Diferenças de consolidação	1g) e 9	526.104.050	525.991.919	526.106.175
Investimentos disponíveis para venda	1h), 8 e 10	1.207.320	1.207.320	1.207.320
Outros activos não correntes	1t)	119.912	-	54.765
Impostos diferidos activos	1q) e 11	119.088.121	123.951.735	121.894.677
Total de activos não correntes		1.493.658.605	1.492.075.970	1.506.376.604
Activos correntes:				
Existências	1j)	22.608.138	25.529.767	14.034.768
Clientes	1k) e 8	143.263.731	164.310.853	158.921.462
Outras dívidas de terceiros	1k) e 8	17.864.482	38.088.970	13.417.506
Outros activos correntes	1s) e 1y)	156.917.072	137.097.585	143.726.837
Caixa e equivalentes de caixa	1i), 8 e 12	76.297.569	100.988.693	83.629.417
Total de activos correntes		416.950.992	466.015.868	413.729.990
Total do activo		1.910.609.597	1.958.091.838	1.920.106.594
Capital próprio e passivo				
Capital próprio:				
Capital social	13	366.246.868	366.246.868	366.246.868
Acções próprias	1v) e 14	(13.181.502)	(10.999.396)	(12.809.015)
Reservas	1u)	579.890.848	577.366.175	575.946.086
Resultado líquido consolidado do período		8.158.135	244.168	5.748.497
		941.114.349	932.857.815	935.132.436
Interesses minoritários		396.495	296.886	508.152
Total do capital próprio		941.510.844	933.154.701	935.640.588
Passivo				
Passivo não corrente:				
Empréstimos de longo prazo líquidos da parcela de curto prazo	1m), 1n), 8 e 15	328.501.995	416.716.966	299.139.698
Outros passivos financeiros não correntes	1i), 8 e 16	20.205.759	21.775.291	20.707.936
Provisões para outros riscos e encargos	1p), 1t) e 17	31.804.611	33.460.766	32.175.824
Titularização de créditos	8 e 18	54.488.490	74.247.453	59.374.480
Impostos diferidos passivos	1q) e 11	273.221	836.337	106.929
Outros passivos não correntes	1s), 1t) e 1y)	24.655.244	55.457.475	33.218.100
Total de passivos não correntes		459.929.320	602.494.288	444.722.967
Passivo corrente:				
Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos	1m), 1n), 8 e 15	21.562.114	11.295.493	59.256.449
Fornecedores	8	194.116.260	164.717.713	195.303.884
Outros passivos financeiros	1i), 8 e 19	3.193.156	2.099.463	3.053.364
Titularização de créditos	8 e 18	19.527.163	19.491.488	19.488.569
Outras dívidas a terceiros	8	61.479.953	25.646.864	46.979.493
Outros passivos correntes	1s) e 1y)	209.290.787	199.191.828	215.661.280
Total de passivos correntes		509.169.433	422.442.849	539.743.039
Total do passivo e capital próprio		1.910.609.597	1.958.091.838	1.920.106.594

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Março de 2010 e 2009.

O Técnico Oficial de Contas

Patrícia Maria Cruz Ribeiro da Silva

O Conselho de Administração

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo

David Charles Denholm Hobley

Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério

Frank Emmanuel Dangeard

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

Gervais Gilles Pellissier

Miguel Nuno Santos Almeida

Jean-François René Pontal

António Sampaio e Mello

Nuno Miguel Moniz Trigo Santos Jordão

Demonstrações financeiras consolidadas da Sonaecom (continuação)

SONAECOM, S.G.P.S., S.A. E SUBSIDIÁRIAS

Demonstrações consolidadas de resultados por natureza

Para os períodos findos em 31 de Março de 2010 e 2009 e para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2009

(Montantes expressos em Euros)	Notas	Março de 2010	Março de 2009	Dezembro de 2009
Vendas		24.328.737	39.015.544	141.176.555
Prestações de serviços		198.421.395	201.875.954	808.223.772
Outros proveitos operacionais		1.139.190	913.427	7.031.518
		223.889.322	241.804.925	956.431.845
Custo das vendas		(25.555.974)	(39.810.706)	(153.951.259)
Fornecimentos e serviços externos	20	(118.204.928)	(122.301.748)	(494.992.901)
Custos com o pessoal		(24.466.437)	(24.750.457)	(98.036.453)
Amortizações e depreciações	1.d), 1.e), 6 e 7	(34.044.757)	(39.402.857)	(151.774.270)
Provisões e perdas de imparidade	1.p), 1.x) e 17	(3.864.272)	(6.475.147)	(19.032.191)
Outros custos operacionais		(3.882.541)	(3.080.729)	(14.750.258)
		(210.018.909)	(235.821.644)	(932.537.332)
Outros custos financeiros	1.n), 1.o), 1.w), 1.x) e 21	(3.463.484)	(5.667.791)	(18.599.132)
Outros proveitos financeiros	1.o), 1.w) e 21	1.493.133	1.740.368	5.905.914
Resultados correntes		11.900.062	2.055.858	11.201.295
Imposto sobre o rendimento	1.q), 11 e 22	(3.691.858)	(1.696.979)	(5.124.176)
Resultado líquido consolidado do período		8.208.204	358.879	6.077.119
Atribuível a:				
Accionistas da empresa mãe	26	8.158.135	244.168	5.748.497
Interesses minoritários		50.069	114.711	328.622
Resultados por acção				
Incluindo operações em descontinuação				
Básicos		0,02	0,00	0,02
Diluídos		0,02	0,00	0,02
Excluindo operações em descontinuação				
Básicos		0,02	0,00	0,02
Diluídos		0,02	0,00	0,02

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Março de 2010 e 2009.

O Técnico Oficial de Contas

Patrícia Maria Cruz Ribeiro da Silva

O Conselho de Administração

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo

David Charles Denholm Hobley

Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério

Frank Emmanuel Dangeard

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

Gervais Gilles Pellissier

Miguel Nuno Santos Almeida

Jean-François René Pontal

António Sampaio e Mello

Nuno Miguel Moniz Trigo Santos Jordão

Demonstrações financeiras consolidadas da Sonaecom (continuação)

SONAECOM, S.G.P.S., S.A. E SUBSIDIÁRIAS

Demonstrações consolidadas do rendimento integral

Para os períodos findos em 31 de Março de 2010 e 2009

(Montantes expressos em Euros)	Notas	Março de 2010	Março de 2009
Resultado líquido consolidado do período		8.208.204	358.879
Componentes de outro rendimento integral consolidado do período, líquido de imposto		134.864	121.845
Aumento/(diminuição) do justo valor dos instrumentos financeiros de cobertura	1.o) e 20	-	105.575
Variação de reservas de conversão cambial e outros	1.w)	134.864	16.270
Rendimento integral consolidado do período		8.343.068	480.724
Atribuível a:			
Accionistas da empresa mãe		8.292.999	366.013
Interesses minoritários		50.069	114.711

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Março de 2010 e 2009.

O Técnico Oficial de Contas

Patrícia Maria Cruz Ribeiro da Silva

O Conselho de Administração

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo

David Charles Denholm Hobley

Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério

Frank Emmanuel Dangeard

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

Gervais Gilles Pellissier

Miguel Nuno Santos Almeida

Jean-François René Pontal

António Sampaio e Mello

Nuno Miguel Moniz Trigoso Santos Jordão

Demonstrações financeiras consolidadas da Sonaecom (continuação)

SONAECOM, S.G.P.S., S.A. E SUBSIDIÁRIAS

Demonstrações consolidadas das alterações no capital próprio

Para os períodos findos em 31 de Março de 2010 e 2009

(Montantes expressos em Euros)	Capital social	Ações próprias (Nota 19)	Reserva legal	Prémios de emissão de ações	Outras reservas	Reservas para Planos de Incentivo de Médio Prazo	Reservas de cobertura	Reservas de ações próprias	Reservas		Resultado líquido	Total
									Total de reservas	Interesses minoritários		
2010												
Saldo em 31 de Dezembro de 2009	366.246.868	(12.809.015)	1.985.181	775.290.377	(217.116.182)	2.977.695	-	12.809.015	575.946.086	-	5.748.497	935.132.436
Aplicação do resultado consolidado de 2009	-	-	-	-	5.748.497	-	-	-	5.748.497	-	(5.748.497)	-
Utilização da reserva legal para cobertura dos prejuízos acumulados verificados nas contas individuais	-	-	(764.178)	-	764.178	-	-	-	-	-	-	-
Rendimento integral consolidado do período findo em 31 de Março de 2010	-	-	-	-	134.864	-	-	-	134.864	-	8.158.135	8.292.999
Aquisição de ações próprias	-	(2.953.523)	-	-	(2.953.523)	-	-	2.953.523	-	-	-	(2.953.523)
Entrega de ações próprias no âmbito dos Planos de Incentivos de Médio Prazo (Notas 1.y) e 26)	-	2.581.036	-	-	1.012.560	(891.639)	-	(2.581.036)	(2.460.115)	-	-	120.921
Efeito do reconhecimento dos Planos de Incentivos de Médio Prazo (Notas 1.y) e 26)	-	-	-	-	-	521.516	-	-	521.516	-	-	521.516
Saldo em 31 de Março de 2010	366.246.868	(13.181.502)	1.221.003	775.290.377	(212.409.606)	2.607.572	-	13.181.502	579.890.848	-	8.158.135	941.114.349
Interesses minoritários												
Saldo em 31 de Dezembro de 2009	-	-	-	-	-	-	-	-	-	508.152	-	508.152
Interesses minoritários no rendimento integral	-	-	-	-	-	-	-	-	-	50.069	-	50.069
Distribuição dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(161.850)	-	(161.850)
Outras variações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	124	-	124
Saldo em 31 de Março de 2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	396.495	-	396.495
Total	366.246.868	(13.181.502)	1.221.003	775.290.377	(212.409.606)	2.607.572	-	13.181.502	579.890.848	396.495	8.158.135	941.510.844

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Março de 2010 e 2009.

Demonstrações financeiras consolidadas da Sonaecom (continuação)

SONAECOM, S.G.P.S., S.A. E SUBSIDIÁRIAS

Demonstrações consolidadas das alterações no capital próprio (continuação)

Para os períodos findos em 31 de Março de 2010 e 2009

(Montantes expressos em Euros)	Reservas											Resultado líquido	Total
	Capital social	Acções próprias (Nota 19)	Reserva legal	Prémios de emissão de acções	Reservas para Planos de Outras reservas	Incentivo de Médio Prazo	Reservas de cobertura	Reservas de acções próprias	Total de reservas	Interesses minoritários			
2009													
Saldo em 31 de Dezembro de 2008	366.246.868	(13.499.750)	1.002.287	775.290.377	(218.729.331)	-	(307.068)	13.499.750	570.756.015	-	4.998.142	928.501.275	
Aplicação do resultado consolidado de 2008	-	-	982.894	-	4.015.248	-	-	-	4.998.142	-	(4.998.142)	-	
Rendimento integral consolidado do período findo em 31 de Março de 2009	-	-	-	-	16.271	-	105.575	-	121.846	-	244.168	366.014	
Aquisição de acções próprias	-	(1.283.692)	-	-	(1.283.692)	-	-	1.283.692	-	-	-	(1.283.692)	
Entrega de acções próprias no âmbito dos Planos de Incentivos de Médio Prazo (Notas 1.º e 26)	-	3.784.046	-	-	4.406.111	(754.888)	-	(3.784.046)	(132.823)	-	-	3.651.223	
Efeito do reconhecimento dos Planos de Incentivos de Médio Prazo (Notas 1.º e 26)	-	-	-	-	-	2.148.250	-	-	2.148.250	-	-	2.148.250	
Outros	-	-	-	-	(525.255)	-	-	-	(525.255)	-	-	(525.255)	
Saldo em 31 de Março de 2009	366.246.868	(10.999.396)	1.985.181	775.290.377	(212.100.648)	1.393.362	(201.493)	10.999.396	577.366.175	-	244.168	932.857.815	
Interesses minoritários													
Saldo em 31 de Dezembro de 2008	-	-	-	-	-	-	-	-	-	452.717	-	452.717	
Interesses minoritários no rendimento integral	-	-	-	-	-	-	-	-	-	114.711	-	114.711	
Outras variações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(270.542)	-	(270.542)	
Saldo em 31 de Março de 2009	-	-	-	-	-	-	-	-	-	296.886	-	296.886	
Total	366.246.868	(10.999.396)	1.985.181	775.290.377	(212.100.648)	1.393.362	(201.493)	10.999.396	577.366.175	296.886	244.168	933.154.701	

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Março de 2010 e 2008.

Demonstrações financeiras consolidadas da Sonaecom (continuação)

SONAECOM, S.G.P.S., S.A. E SUBSIDIÁRIAS

Demonstrações dos fluxos de caixa consolidados

Para os períodos findos em 31 de Março de 2010 e 2009

(Montantes expressos em Euros)	Março de 2010		Março de 2009	
Actividades operacionais				
Recebimentos de clientes	229.229.529		249.340.133	
Pagamentos a fornecedores	(155.033.240)		(178.039.472)	
Pagamentos ao pessoal	(33.932.008)		(31.949.796)	
Fluxo gerado pelas operações	40.264.281		39.350.865	
Pagamento/recebimento de imposto sobre o rendimento	(725.609)		753.853	
Outros recebimentos/pagamentos relativos a actividades operacionais	7.837.344		(19.347.189)	
Fluxos das actividades operacionais (1)	47.376.016	47.376.016	20.757.530	20.757.530
Actividades de investimento				
Recebimentos provenientes de:				
Activos fixos tangíveis	71.459		468.024	
Juros e proveitos similares	1.081.012	1.152.471	2.065.149	2.533.173
Pagamentos respeitantes a:				
Activos fixos tangíveis	(31.857.507)		(52.501.181)	
Activos intangíveis	(4.388.863)	(36.246.370)	(3.644.447)	(56.145.628)
Fluxos das actividades de investimento (2)		(35.093.899)		(53.612.455)
Actividades de financiamento				
Recebimentos respeitantes a:				
Empréstimos obtidos	-	-	41.573.390	41.573.390
Pagamentos respeitantes a:				
Amortizações de contratos de locação financeira	(270.893)		(352.667)	
Juros e custos similares	(3.161.986)		(6.812.153)	
Dividendos	(161.850)		-	
Devolução de prestações suplementares	-		(800.395)	
Aquisição de acções próprias	(2.953.523)		(1.283.693)	
Empréstimos obtidos	(12.581.450)	(19.129.702)	(5.024.272)	(14.273.180)
Fluxos das actividades de financiamento (3)		(19.129.702)		27.300.210
Varição de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)		(6.847.585)		(5.554.715)
Efeito das diferenças de câmbio		97.626		79.082
Caixa e seus equivalentes no princípio do período		82.946.871		105.598.556
Caixa e seus equivalentes no final do período		76.196.912		100.122.923

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Março de 2010 e 2009.

O Técnico Oficial de Contas

Patrícia Maria Cruz Ribeiro da Silva

O Conselho de Administração

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo

David Charles Denholm Hobley

Ángelo Gabriel Ribeirinho Paupério

Frank Emmanuel Dangeard

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

Gervais Gilles Pellissier

Miguel Nuno Santos Almeida

Jean-François René Pontal

António Sampaio e Mello

Nuno Miguel Moniz Trigo Santos Jordão

Demonstrações financeiras consolidadas da Sonaecom (continuação)

SONAECOM, S.G.P.S., S.A. E SUBSIDIÁRIAS

Anexo às demonstrações dos fluxos de caixa consolidados

Para os períodos findos em 31 de Março de 2010 e 2009

(Montantes em euros)

1. Descrição dos componentes de caixa e seus equivalentes

	Março de 2010	Março de 2009
Numerário	519.908	400.942
Depósitos à ordem	2.897.409	4.920.224
Aplicações de Tesouraria	72.880.252	95.667.527
Depósitos à ordem (saldos credores)	(100.656)	(865.770)
Caixa e seus equivalentes	76.196.913	100.122.923
Depósitos à ordem (saldos credores)	100.656	865.770
Disponibilidades constantes do balanço	76.297.569	100.988.693

2. Informações respeitantes a actividades financeiras não monetárias

	Março de 2010	Março de 2009
a) Créditos bancários obtidos e não sacados	224.550.000	61.896.601
b) Compra de empresas através da emissão de acções	Não aplicável	Não aplicável
c) Conversão de dívidas em capital	Não aplicável	Não aplicável

3. Repartição do fluxo de caixa por ramo de actividade

Actividade	Fluxo das actividades operacionais	Fluxo das actividades de investimento	Fluxo das actividades de financiamento	Variação de caixa e seus equivalentes
Telecomunicações	61.772.734	(35.029.468)	(6.796.292)	19.946.974
Multimédia	(847.543)	(245.877)	(43.792)	(1.137.212)
Sistemas de Informação	(11.302.518)	(442.174)	(192.785)	(11.937.477)
Holding	(2.213.296)	623.620	(12.096.793)	(13.686.469)
Outras	(33.361)	-	(40)	(33.401)
	47.376.016	(35.093.899)	(19.129.702)	(6.847.585)

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Março de 2010 e 2009.

O Técnico Oficial de Contas

Patrícia Maria Cruz Ribeiro da Silva

O Conselho de Administração

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo

David Charles Denholm Hobley

Ángelo Gabriel Ribeirinho Paupério

Frank Emmanuel Dangeard

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

Gervais Gilles Pellissier

Miguel Nuno Santos Almeida

Jean-François René Pontal

António Sampaio e Mello

Nuno Miguel Moniz Trigo Santos Jordão

SONAECOM

Anexo às demonstrações financeiras consolidadas

EM 31 MARÇO 2010 E 2009
(Montantes expressos em Euros)

A SONAECOM, S.G.P.S., S.A. ("Empresa" ou "Sonaecom") foi constituída em 6 de Junho de 1988, sob a firma Sonae – Tecnologias de Informação, S.A. e tem a sua sede no Lugar do Espido, Via Norte, Maia – Portugal, sendo a empresa-mãe dum universo de empresas conforme indicado nas Notas 2, 3 e 4 ("Grupo").

Por escritura pública de 30 de Setembro de 1997, realizou-se a cisão-fusão da Pargeste, S.G.P.S., S.A., passando a Empresa a abarcar as participações financeiras das empresas ligadas ao núcleo de comunicação e tecnologias de informação da sociedade cindida.

Em 3 de Novembro de 1999, procedeu-se ao aumento de capital e alteração do pacto social, tendo a firma sido alterada para Sonae.com, S.G.P.S., S.A.. Desde então, o objecto social da Empresa é a gestão de participações sociais, tendo, na mesma data, o capital social sido redenominado para Euros, ficando este, na altura, representado por cento e cinquenta milhões de acções de valor nominal unitário de 1 Euro.

Em 1 de Junho de 2000, a Empresa foi objecto de uma Oferta Combinada de Acções, que integrou o seguinte:

- Oferta Pública de Venda de 5.430.000 acções, representativas de 3,62% do capital social, realizada no mercado nacional, dirigida: (i) aos colaboradores do Grupo Sonae; (ii) aos clientes das sociedades dominadas pela Sonaecom; e (iii) ao público em geral.
- Oferta Particular de Venda de 26.048.261 acções, representativas de 17,37% do capital social, dirigida a investidores institucionais, nacionais e estrangeiros.

Complementarmente à Oferta Combinada de Venda e nos termos a seguir indicados, teve lugar um aumento do capital social da Empresa, tendo as novas acções sido integralmente subscritas e realizadas pela Sonae, S.G.P.S., S.A. (accionista da Sonaecom, doravante designada "Sonae"). Este aumento de capital foi subscrito e realizado, na data de fixação do preço da Oferta Combinada de Venda, na modalidade de novas entradas em dinheiro, dando lugar à emissão de 31.000.000 novas acções ordinárias, escriturais e com o valor nominal unitário de 1 Euro. O preço de subscrição das novas acções foi igual ao preço fixado para a alienação das acções na referida Oferta Combinada (10 Euros).

Adicionalmente, a Sonae alienou 4.721.739 acções representativas do capital social da Sonaecom ao abrigo da opção concedida aos bancos líderes da Oferta Particular de Venda e 1.507.865 acções a gestores do Grupo Sonae e a antigos sócios de empresas adquiridas pela Sonaecom.

Por deliberação da Assembleia Geral realizada em 17 de Junho de 2002, o capital social foi aumentado de 181.000.000 Euros para 226.250.000 Euros por subscrição pública reservada aos accionistas. Foram subscritas e realizadas 45.250.000 novas acções, de valor nominal unitário de 1 Euro, ao preço de 2,25 Euros por acção.

Em 30 de Abril de 2003, por escritura pública, a designação social foi alterada para SONAECOM, S.G.P.S., S.A.

Por deliberação da Assembleia Geral de 12 de Setembro de 2005, o capital social foi aumentado em 70.276.868 Euros de 226.250.000 Euros para 296.526.868 Euros, através da emissão de 70.276.868 novas acções, de valor nominal de 1 Euro cada, e com um prémio de emissão de 242.455.195

Euros, inteiramente subscrito pelo accionista France Telecom. A escritura do aumento de capital foi celebrada no dia 15 de Novembro de 2005.

Por deliberação da Assembleia Geral de 18 de Setembro de 2006, o capital social foi aumentado em 69.720.000 Euros, de 296.526.868 Euros para 366.246.868 Euros, através da emissão de 69.720.000 novas acções, de valor nominal de 1 Euro cada, e com um prémio de emissão global de 275.657.217 Euros, subscrito pelos accionistas O93X – Telecomunicações Celulares, S.A. (EDP) e Parpública – Participações Públicas, SGPS, S.A. (Parpública). A escritura deste aumento de capital ocorreu a 18 de Outubro de 2006.

Por deliberação da Assembleia Geral de 16 de Abril de 2008, as acções escriturais ao portador foram convertidas em acções escriturais nominativas.

Os negócios do Grupo consistem, essencialmente, nas seguintes actividades:

- Operador de telecomunicações móveis;
- Operador de telecomunicações fixas e internet;
- Multimedia;
- Consultoria em sistemas de informação.

O Grupo desenvolve a sua actividade em Portugal, com algumas subsidiárias (da área de consultoria em sistemas de informação) a operar no Brasil, no Reino Unido, na Irlanda, na Polónia, na Austrália, no México, na Malásia, no Egipto e nos Estados Unidos da América.

Desde 1 de Janeiro de 2001, as empresas do Grupo sediadas na Zona Euro passaram a adoptar o Euro como moeda base nos seus processos, sistemas e registos contabilísticos.

As demonstrações financeiras consolidadas são também apresentadas em Euros, arredondados à unidade, e as transacções em moeda estrangeira são incluídas, de acordo com as políticas contabilísticas abaixo apresentadas.

1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas respeitam às demonstrações financeiras consolidadas das empresas do Grupo Sonaecom e foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação (Notas 2, 3 e 4), os quais foram preparados de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IAS/IFRS") tal como adoptadas pela União Europeia. Estas demonstrações foram preparadas tendo por base o custo histórico, excepto para a reavaliação de certos instrumentos financeiros.

Para a Sonaecom, não existem diferenças entre os IFRS adoptados pela União Europeia e os IFRS publicados pelo *Internacional Accounting Standards Board*.

A data de 1 de Janeiro de 2003 correspondeu ao início do período da primeira aplicação pela Sonaecom dos IAS/IFRS, de acordo com a SIC 8 (First time adoption of IAS).

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões aprovadas ("endorsed") pela União Europeia tiveram aplicação obrigatória nos exercícios económicos iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2010 e foram adoptadas pela primeira vez no período findo em 31 de Março de 2010:

Anexo às demonstrações financeiras consolidadas (continuação)

EM 31 MARÇO 2010 E 2009
(Montantes expressos em Euros)

Norma/Interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)	Norma/Interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)
Revisões da IFRS 1 – Adopção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro	1-Jan-10 *	IFRIC 12 – Acordos de concessão de serviços	1-Jan-10 *
<i>Esta norma foi revista no sentido de agrupar as várias emendas que foram ocorrendo desde a sua primeira versão.</i>		<i>Esta interpretação vem introduzir regras de reconhecimento e mensuração por parte do operador privado envolvido na prestação de serviços de construção de infraestruturas e de operação no âmbito de concessões do tipo público-para-privado.</i>	
IFRS 2 – Emendas (Contabilização de pagamentos baseados em acções, liquidados em dinheiro, em transações intragrupo)	1-Jan-10	IFRIC 15 – Acordos para a construção de imóveis	1-Jan-10 *
<i>Clarifica como uma subsidiária deve contabilizar determinados acordos de pagamento baseado em acções nas suas demonstrações financeiras individuais.</i>		<i>Esta interpretação vem abordar a forma para avaliar se um acordo de construção de um imóvel está no âmbito da IAS 11 – Contratos de construção ou no âmbito da IAS 18 – Rêdito e como o correspondente rêdito deve ser reconhecido</i>	
IAS 32 - Emendas (Clarificação de direitos de emissão)	1-Fev-10	IFRIC 16 – Coberturas de um investimento líquido numa unidade operacional estrangeira	1-Jun-09 *
<i>Esta emenda clarifica que quando tais direitos são emitidos numa base 'pro rata' para todos os accionistas numa mesma classe por uma quantia monetária fixa, eles devem ser classificados em capitais próprios independentemente da moeda em que o preço de exercício está denominado.</i>		<i>Esta interpretação vem fornecer orientações sobre a contabilidade de cobertura de investimentos líquidos em operações estrangeiras.</i>	
* A data de eficácia de acordo com a adopção pela UE foi posterior à data de eficácia estabelecida originalmente pela norma.		IFRIC 17 – Distribuições aos proprietários de activos que não são caixa	1-Jan-10 *
		<i>Esta interpretação fornece orientação sobre a correcta contabilização de activos que não são caixa distribuídos aos accionistas como dividendos.</i>	
		IFRIC 18 – Transferências de activos provenientes de clientes	Transferências efectuadas em ou após 01-Jul-09
		<i>Esta interpretação fornece orientação sobre a contabilização, pelos operadores, de activos fixos tangíveis "dos clientes".</i>	
		Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro – 2008	1-Jan-10 *
		<i>Este processo envolveu a revisão de 12 normas contabilísticas.</i>	

* A data de eficácia de acordo com a adopção pela UE foi posterior à data de eficácia estabelecida originalmente pela norma.

A aplicação destas normas não teve impactos significativos nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo para além do aumento da informação que é divulgada.

À data de aprovação destas demonstrações financeiras, não existem normas, interpretações, emendas ou revisões, que se encontrem já aprovadas ("endorsed") pela União Europeia, mas com aplicação obrigatória apenas em exercícios económicos futuros.

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, não foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, aprovadas ("endorsed") pela União Europeia:

Anexo às demonstrações financeiras consolidadas (continuação)

EM 31 MARÇO 2010 E 2009
(Montantes expressos em Euros)

Norma/Interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)
IFRS 1 – Emendas (Excepções adicionais na adoção pela primeira vez das IFRS's) <i>Estas emendas abordam a aplicação retrospectiva das IFRSs em situações particulares e tem como objectivo garantir que as entidades, aplicando as IFRSs, não incorram em custos ou esforços indevidos no processo de transição.</i>	1-Jan-10
IFRS 1 – Emendas (Excepções à divulgação de comparativos exigidos pela IFRS 7 na adoção pela primeira vez das IFRS's) <i>Esta emenda permite, na adopção pela primeira vez das IFRS's, a utilização das disposições transitórias introduzidas pela emenda de Março de 2009 à IFRS 7 (Melhoria das divulgações sobre Instrumentos Financeiros) para as entidades que já utilizam as IFRS's.</i>	1-Jul-10
IFRS 9 (Instrumentos Financeiros) <i>Esta norma é o primeiro passo no projecto de substituição da IAS 39, e introduz novos requisitos de classificação e mensuração de activos financeiros.</i>	1-Jan-13
Revisão da IAS 24 (Divulgações de Partes Relacionadas) <i>A norma revista aborda preocupações pelo facto dos requisitos de divulgação anteriores e a definição de entidade relacionada serem demasiado complexos e difíceis de aplicar na prática em ambientes de forte presença governamental, através de: (1) permissão de uma excepção parcial para entidades relacionadas com o Governo e (2) fornecendo uma definição revista de entidade relacionada.</i>	1-Jan-11
IFRIC 14 – Emendas (Pré-pagamento voluntário de contribuições) <i>Estas emendas corrigem uma consequência não desejada da IFRIC 14. Sem estas emendas, em determinadas circunstâncias não era permitido às entidades o reconhecimento como activo de certos pré-pagamentos voluntários de contribuições mínimas.</i>	1-Jan-11
IFRIC 19 (Extinção de Passivos Financeiros com Instrumentos de Capital Próprio) <i>Clarifica os requisitos das IFRSs quando uma entidade renegoceia os termos de um passivo financeiro com o seu credor, e este aceita acções da empresa ou outro instrumento de capital para realização completa ou parcial do passivo financeiro.</i>	1-Jul-10

A aplicação destas normas e interpretações, quando aplicáveis, não produzirá efeitos materialmente relevantes nas demonstrações financeiras consolidadas futuras do Grupo.

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adoptados pelo Grupo a 31 de Março de 2010 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2009.

Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas adoptadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas anexas foram as seguintes:

a) Investimentos financeiros em empresas do Grupo

As participações financeiras em empresas nas quais o Grupo detenha directa ou indirectamente, mais de 50% dos direitos de voto em Assembleia Geral de Accionistas ou detenha o poder de controlar as suas políticas financeiras e operacionais (definição de controlo utilizada pelo Grupo), foram incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas anexas pelo método de consolidação integral. O capital próprio e o resultado líquido destas empresas, correspondente à participação de terceiros nas mesmas, são apresentados no balanço consolidado e na demonstração de resultados consolidada, respectivamente, na rubrica "Interesses minoritários".

Quando os prejuízos atribuíveis aos minoritários excedem o interesse minoritário no capital próprio da subsidiária, o Grupo absorve esse excesso e quaisquer prejuízos adicionais, excepto quando os minoritários tenham a obrigação e a capacidade de cobrir esses prejuízos. Se a subsidiária subsequentemente relatar lucros, o Grupo apropria todos os lucros até que a parte minoritária dos prejuízos absorvidos pelo Grupo tenham sido recuperados.

Na aquisição de empresas é seguido o método da compra. Os resultados das filiais adquiridas ou vendidas durante o período estão incluídos nas demonstrações de resultados desde a data da sua aquisição (ou de tomada de controlo) ou até à data da sua venda (ou cedência de controlo). As transacções, os saldos e os dividendos distribuídos entre empresas do Grupo são eliminados.

Os encargos incorridos com a compra de investimentos financeiros em empresas do Grupo são registados como custo no momento em que são incorridos.

As empresas consolidadas pelo método de consolidação integral encontram-se descritas na Nota 2.

b) Investimentos financeiros em empresas associadas

Os 'Investimentos em empresas associadas' (geralmente, investimentos representando entre 20% a 50% do capital de uma empresa) são registados pelo método da equivalência patrimonial.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são ajustadas anualmente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos das associadas por contrapartida de ganhos ou perdas do exercício e pelos dividendos recebidos, bem como pelas outras variações patrimoniais ocorridas nas participadas por contrapartida da rubrica de 'Outras reservas'. Anualmente é efectuada uma avaliação dos investimentos em associadas, de modo a verificar se existem situações de imparidade.

Quando a proporção do Grupo nos prejuízos acumulados da associada excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é relatado por valor nulo, excepto quando o Grupo tenha assumido compromissos para com a associada, altura em que procede ao registo de uma provisão para outros riscos e encargos para esse efeito.

Anexo às demonstrações financeiras consolidadas (continuação)

EM 31 MARÇO 2010 E 2009
(Montantes expressos em Euros)

Os 'Investimentos em empresas associadas' encontram-se descritos na Nota 4.

c) Empresas controladas conjuntamente

As demonstrações financeiras das empresas controladas conjuntamente foram incluídas nestas demonstrações financeiras consolidadas pelo método da consolidação proporcional, desde a data em que o controlo conjunto foi adquirido. De acordo com este método, os activos, passivos, proveitos e custos destas empresas foram integrados nas demonstrações financeiras consolidadas anexas, rubrica a rubrica, na proporção do controlo atribuível ao Grupo.

O excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos activos e passivos identificáveis da empresa controlada conjuntamente na data de aquisição é reconhecido como diferença de consolidação (Nota 9). Caso o diferencial entre o custo de aquisição e o justo valor dos activos e passivos líquidos adquiridos seja negativo, o mesmo é reconhecido como proveito do período, após reconfirmação do justo valor dos activos e passivos identificáveis.

As transacções, os saldos e os dividendos distribuídos entre empresas do Grupo e empresas controladas conjuntamente são eliminados, na proporção do controlo atribuível ao Grupo.

A classificação dos investimentos financeiros em empresas controladas conjuntamente, entre outros aspectos, é determinada com base nos acordos parassociais que regulam o controlo conjunto.

As empresas controladas conjuntamente encontram-se descritas na Nota 3.

d) Activos fixos tangíveis

Os 'activos fixos tangíveis' encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido de amortizações acumuladas e eventuais perdas de imparidade acumuladas.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes e registadas por duodécimos, a partir da data em que os bens se encontram disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão, por contrapartida da rubrica 'Amortizações e depreciações' da demonstração de resultados.

As perdas de imparidade detectadas no valor de realização do activo fixo tangível, são registadas no ano em que se estimam, por contrapartida da rubrica 'Amortizações e depreciações' da demonstração de resultados.

As taxas anuais utilizadas correspondem à vida útil estimada dos bens, que são as seguintes:

	Anos de vida útil
Edifícios	50
Outras construções	10-20
Redes de telecomunicações	10-20
Outros equipamentos básicos	8
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	3-10
Ferramentas e utensílios	5-8
Outros activos fixos tangíveis	4-8

Durante o exercício de 2009, o Conselho de Administração do Grupo procedeu, com efeitos prospectivos, à revisão da vida útil estimada de um conjunto de activos associados às redes de telecomunicações fixa e móvel,

tendo como base, relatórios de avaliação produzidos por entidades especializadas, independentes.

As despesas correntes com reparação e manutenção do activo fixo tangível são registadas como custo no exercício em que ocorrem. As beneficiações de montante significativo que aumentam o período estimado de utilização dos respectivos bens, são capitalizadas e amortizadas de acordo com a vida útil remanescente dos correspondentes bens.

Os custos estimados de desmantelamento e remoção de bens corpóreos, em cuja obrigação o Grupo incorre, são capitalizados e amortizados de acordo com a vida útil dos correspondentes bens.

Os activos fixos tangíveis em curso representam activos fixos tangíveis ainda em fase de construção/desenvolvimento, encontrando-se registados ao custo de aquisição. Estes activos fixos tangíveis são amortizados a partir do momento em que os activos subjacentes se encontrem disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão. Boas condições em termos de cobertura de rede e/ou condições necessárias para assegurar um serviço mínimo em termos de qualidade e fiabilidade técnica são exemplos das condições avaliadas pela gestão.

e) Activos intangíveis

Os 'activos intangíveis' encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas e eventuais perdas de imparidade acumuladas. Os 'activos intangíveis' só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para o Grupo, se o mesmo possuir o poder de controlar os mesmos e se possa medir razoavelmente o seu valor.

Os 'activos intangíveis' compreendem, essencialmente, software (excluindo aquele que se encontra associado a 'activos fixos tangíveis' – software de sites de telecomunicações), propriedade industrial, encargos incorridos com as licenças de operador de rede móvel (GSM e UMTS) e de rede fixa e os encargos incorridos com a aquisição de carteiras de clientes (valor atribuído no âmbito da alocação do preço de compra em concentrações de actividades empresariais).

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, por duodécimos, durante o período estimado da sua vida útil (três a seis anos), a partir do mês em que as correspondentes despesas sejam incorridas, sendo as licenças de operador de rede móvel e de rede fixa amortizadas pelo período de tempo estimado da concessão, pelo que a licença UMTS está a ser amortizada até 2030. Custos adicionais com a licença, nomeadamente, os associados com os compromissos assumidos com a Sociedade de Informação, encontram-se a ser amortizados até ao termo estimado da licença acima indicado. As amortizações das carteiras de clientes são calculadas pelo método das quotas constantes, durante o período médio estimado de retenção dos clientes que as compõem (4 a 6 anos).

As despesas com activos intangíveis gerados internamente, nomeadamente, as despesas com investigação e desenvolvimento, são registadas como custo no momento em que são incorridas. As despesas de desenvolvimento apenas são reconhecidas como activo intangível na medida em que se demonstre a capacidade técnica para completar o activo a fim de o mesmo estar disponível para uso ou comercialização.

As amortizações do exercício dos 'activos intangíveis' são registadas na demonstração de resultados na rubrica de 'Amortizações e depreciações'.

Anexo às demonstrações financeiras consolidadas (continuação)

EM 31 MARÇO 2010 E 2009
(Montantes expressos em Euros)

f) Marcas e patentes

As marcas e patentes são registadas ao seu custo de aquisição e são amortizadas a taxas constantes durante o seu período de vida útil estimada. Nos casos em que a vida útil é indefinida, as mesmas não são amortizadas, sendo o seu valor objecto de testes de imparidade numa base anual.

O Grupo Sonaecom não detém quaisquer marcas e/ou patentes com vida útil indefinida, pelo que não é aplicável a segunda parte do parágrafo supra.

g) Diferenças de consolidação

As diferenças entre o custo de aquisição dos investimentos financeiros em empresas do grupo e associadas e o montante atribuído ao justo valor dos activos e passivos identificáveis dessas empresas à data da sua aquisição, quando positivas, são registadas na rubrica de 'Diferenças de consolidação' e, quando negativas, após uma reavaliação do seu apuramento, são registadas directamente na demonstração de resultados. Até 1 de Janeiro de 2004, as 'Diferenças de consolidação' eram amortizadas durante o período estimado de recuperação do investimento, geralmente dez anos, sendo as amortizações registadas na demonstração de resultados na rubrica de 'Amortizações e depreciações' do exercício. A partir de 1 de Janeiro de 2004, de acordo com a IFRS 3 – "Concentrações de actividades empresariais", o Grupo suspendeu a amortização das 'Diferenças de consolidação', sujeitando as mesmas a testes de imparidade (alínea x). A partir dessa data, as perdas de imparidade do exercício relativas às 'Diferenças de consolidação' são registadas na demonstração de resultados do exercício na rubrica de 'Amortizações e depreciações'.

Nas aquisições subsequentes de investimentos financeiros já detidos pelo Grupo, as diferenças de consolidação são apuradas através da diferença entre o custo de aquisição dos investimentos financeiros e o montante proporcional dos capitais próprios da empresa adquirida.

h) Investimentos

O Grupo classifica os investimentos financeiros nas seguintes categorias: 'Investimentos registados ao justo valor através de resultados', 'Empréstimos e contas a receber', 'Investimentos detidos até ao vencimento' e 'Investimentos disponíveis para venda'. A classificação depende da intenção subjacente à aquisição do investimento.

A classificação é definida no momento do reconhecimento inicial e reapreciada numa base trimestral.

(i) 'Investimentos registados ao justo valor através de resultados'

Esta categoria divide-se em duas subcategorias: 'activos financeiros detidos para negociação' e 'investimentos registados ao justo valor através de resultados'. Um activo financeiro é classificado nesta categoria se for adquirido com o propósito de ser vendido no curto prazo ou se a adopção da valorização através deste método elimine ou reduza significativamente um desfasamento contabilístico. Os instrumentos derivados são também classificados como detidos para negociação, excepto se estiverem afectos a operações de cobertura. Os activos desta categoria são classificados como activos correntes no caso de serem detidos para negociação ou se for expectável que se realizem num período inferior a 12 meses da data do balanço.

(ii) 'Empréstimos e contas a receber'

'Empréstimos e contas a receber' são activos financeiros não derivados, com reembolsos fixos ou variáveis, que não se encontram cotados em mercados

activos/ líquidos. Estes investimentos financeiros surgem quando o Grupo fornece dinheiro, bens ou serviços directamente a um devedor sem intenção de negociar a dívida.

Os 'Empréstimos e contas a receber' são registados ao custo amortizado de acordo com o método da taxa de juro efectiva e deduzidos de qualquer imparidade.

Os 'Empréstimos e contas a receber' são classificados como activos correntes, excepto nos casos em que a sua maturidade é superior a 12 meses da data do balanço, os quais se classificam como activos não correntes. Em ambos os casos, esta categoria aparece no balanço, incluída nas rubricas de 'Clientes' e 'Outras dívidas de terceiros'.

(iii) 'Investimentos detidos até ao vencimento'

Esta categoria inclui os activos financeiros, não derivados, com reembolsos fixos ou variáveis, que possuem uma maturidade fixada e relativamente aos quais é intenção do Conselho de Administração a manutenção dos mesmos até à data do seu vencimento.

(iv) 'Investimentos disponíveis para venda'

Incluem-se aqui os activos financeiros, não derivados, que são designados como disponíveis para venda ou aqueles que não se enquadram nas categorias anteriores. Esta categoria é incluída nos activos não correntes, excepto se o Conselho de Administração tiver a intenção de alienar o investimento num período inferior a 12 meses da data do balanço.

Todas as compras e vendas de investimentos financeiros são reconhecidas à data da transacção, isto é, na data em que o Grupo assume todos os riscos e obrigações inerentes à compra ou venda do activo. Os investimentos são todos inicialmente reconhecidos ao justo valor mais custos de transacção, sendo a única excepção os 'investimentos registados ao justo valor através de resultados'. Neste último caso, os investimentos são inicialmente reconhecidos ao justo valor e os custos de transacção são reconhecidos na demonstração de resultados. Os investimentos são desreconhecidos quando o direito de receber fluxos financeiros tiver expirado ou tiver sido transferido e, consequentemente, tenham sido transferidos todos os riscos e benefícios associados.

Os 'investimentos disponíveis para venda' e os 'investimentos registados ao justo valor através de resultados' são posteriormente mantidos ao justo valor.

Os 'Empréstimos e contas a receber' e os 'Investimentos detidos até ao vencimento' são registados ao custo amortizado através do método da taxa de juro efectiva.

Os ganhos e perdas, realizados ou não, provenientes de uma alteração no justo valor dos 'Investimentos registados ao justo valor através de resultados' são registados na demonstração de resultados do exercício. Os ganhos e perdas, realizados ou não, provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos não monetários classificados como disponíveis para venda, são reconhecidos no capital próprio. No momento em que esse investimento é vendido ou esteja em situação de imparidade, o ganho ou perda acumulada é registado na demonstração de resultados.

O justo valor dos investimentos é baseado nos preços correntes de mercado. Se o mercado em que os investimentos estão inseridos não for um mercado activo/líquido (investimentos não cotados), o Grupo estabelece o justo valor através de outras técnicas de avaliação como o recurso a transacções de

Anexo às demonstrações financeiras consolidadas (continuação)

EM 31 MARÇO 2010 E 2009

(Montantes expressos em Euros)

instrumentos financeiros substancialmente semelhantes, análises de fluxos financeiros e modelos de opção de preços ajustados para reflectir as circunstâncias específicas. Caso tal não possa ser utilizado, o Grupo valoriza tais investimentos pelo seu custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas de imparidade identificadas. O justo valor dos investimentos cotados é calculado com base na cotação de fecho da Euronext à data do balanço.

O Grupo efectua avaliações à data de cada balanço sempre que exista evidência objectiva de que um activo financeiro possa estar em imparidade. No caso de instrumentos de capital classificados como disponíveis para venda, uma queda significativa (superior a 25%) ou prolongada (durante dois trimestres consecutivos) do seu justo valor para níveis inferiores ao seu custo é indicativo de que o activo se encontra em situação de imparidade. Se existir alguma evidência de imparidade para 'Investimentos disponíveis para venda', as perdas acumuladas – calculadas pela diferença entre o custo de aquisição e o justo valor deduzido de qualquer perda de imparidade anteriormente reconhecida na demonstração de resultados – são retiradas do capital próprio e reconhecidas na demonstração de resultados.

i) Locação financeira e operacional

Os contratos de locação são classificados como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do activo sob locação ou como locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do activo sob locação.

As locações são classificadas como financeiras ou operacionais em função da substância e não da forma do respectivo contrato.

Os activos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o activo fixo tangível, as amortizações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual ao justo valor ou, se inferior, ao valor presente dos pagamentos em falta até ao final do contrato. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as amortizações do activo fixo tangível são reconhecidos como custos na demonstração de resultados.

Os bens cuja utilização decorre do regime de aluguer de longa duração ("ALD"), estão contabilizados pelo método de locação operacional. De acordo com este método, as rendas pagas são reconhecidas como custo, durante o período de aluguer a que respeitam.

j) Existências

As 'existências' são valorizadas ao custo de aquisição, deduzido das eventuais perdas de imparidade, o qual reflecte o seu valor estimado de realização.

As perdas acumuladas de imparidade para depreciação de existências reflectem a diferença entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido de mercado das existências, bem como a estimativa de perdas de imparidade por baixa rotação, obsolescência e deterioração.

k) Clientes e outras dívidas de terceiros

As dívidas de 'Clientes' e as 'Outras dívidas de terceiros' são registadas pelo seu valor realizável líquido e não incluem juros, por não se considerar material o efeito da sua actualização financeira.

Estes investimentos financeiros surgem quando o Grupo empresta dinheiro, fornece bens ou presta serviços directamente a um devedor sem intenção de transaccionar o montante a receber.

Os montantes destas rubricas encontram-se deduzidos de eventuais perdas de imparidade. Recuperações subsequentes de montantes anteriormente sujeitos a imparidade, são creditadas na rubrica de 'Outros proveitos operacionais' da demonstração de resultados.

l) Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica de 'Caixa e equivalentes de caixa' correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários à ordem e a prazo e outras aplicações de tesouraria para os quais o risco de alteração de valor não é significativo.

A demonstração consolidada dos fluxos de caixa é preparada de acordo com a IAS 7, através do método directo. O Grupo classifica na rubrica 'Caixa e equivalentes de caixa' os investimentos com vencimento a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante. Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica 'Caixa e equivalentes de caixa' compreende também os descobertos bancários incluídos no balanço na rubrica 'Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos'.

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em actividades operacionais, de financiamento e de investimento. As actividades operacionais englobam os recebimentos de clientes, pagamentos a fornecedores, pagamentos a pessoal e outros relacionados com a actividade operacional. Os fluxos de caixa abrangidos nas actividades de investimento incluem, nomeadamente, aquisições e alienações de investimentos em empresas subsidiárias e associadas e recebimentos e pagamentos decorrentes da compra e da venda de activos fixos tangíveis. Os fluxos de caixa abrangidos nas actividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos e a contratos de locação financeira.

Todos os montantes incluídos nesta rubrica são passíveis de ser realizados no curto prazo, não existindo qualquer montante penhorado nem dado como garantia.

m) Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo "custo amortizado". Eventuais despesas com a emissão desses empréstimos são registadas como uma dedução à dívida e reconhecidas, ao longo do período de vida desses empréstimos, de acordo com o método da taxa de juro efectiva. Os juros corridos mas não vencidos são acrescidos ao valor dos empréstimos até ao momento da sua liquidação.

n) Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como custo à medida que são incorridos. Os encargos financeiros de empréstimos obtidos relacionados com a aquisição, construção ou produção de activos fixos são capitalizados fazendo parte do custo do activo. A capitalização destes encargos inicia-se com a preparação das actividades de construção ou desenvolvimento do activo e é interrompida após o início de utilização ou no final de produção ou construção do activo ou ainda, quando o projecto em causa se encontra suspenso.

Anexo às demonstrações financeiras consolidadas (continuação)

EM 31 MARÇO 2010 E 2009
(Montantes expressos em Euros)

o) Instrumentos financeiros derivados

O Grupo utiliza derivados na gestão dos seus riscos financeiros unicamente como forma de garantir a cobertura desses riscos. Derivados para negociação (especulação) não são utilizados pelo Grupo.

Os instrumentos financeiros derivados ("cash flow hedges") utilizados pelo Grupo respeitam a "swaps" de taxa de juro para cobertura do risco de taxa de juro em empréstimos obtidos. O montante dos empréstimos, prazos de vencimento dos juros e planos de reembolso dos empréstimos subjacentes aos "swaps" de taxa de juro são em tudo idênticos às condições estabelecidas para os empréstimos contratados. A variação no justo valor dos "swaps" de cobertura de "cash-flow" é registada no activo ou no passivo por contrapartida da rubrica dos capitais próprios "Reservas de cobertura".

Nos casos em que o instrumento de cobertura se revela ineficaz, os montantes gerados por ajustamentos ao justo valor são registados directamente na demonstração de resultados.

p) Provisões e contingências

As 'Provisões' são reconhecidas quando, e somente quando, o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum evento passado e é provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e que o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a reflectir a melhor estimativa a essa data.

Provisões para reestruturações apenas são registadas caso o Grupo possua um plano detalhado e este já tenha sido devidamente comunicado às partes envolvidas.

As responsabilidades contingentes não são reconhecidas nas demonstrações financeiras consolidadas, sendo as mesmas divulgadas no anexo, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afectando benefícios económicos futuros seja remota.

Um activo contingente não é reconhecido nas demonstrações financeiras consolidadas, mas divulgado no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

q) Imposto sobre o rendimento

O 'Imposto sobre o rendimento' do período inclui o imposto corrente e o imposto diferido, de acordo com a IAS 12 – "Impostos sobre rendimento".

A Sonaecom é abrangida, desde Janeiro de 2008, pelo Regime especial de tributação dos grupos de sociedades, pelo que o imposto corrente é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação e no referido regime especial, de acordo com as regras do mesmo. O Regime especial de tributação dos grupos de sociedades engloba todas as empresas participadas directa ou indirectamente em pelo menos 90% do capital social e que sejam residentes em Portugal e tributadas em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas. Para as empresas não abrangidas pelo regime especial de tributação, o imposto corrente é calculado com base nos respectivos resultados tributáveis, de acordo com as regras fiscais em vigor no local da sede de cada empresa.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade de balanço e reflectem as diferenças temporárias entre o montante dos activos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os seus respectivos montantes para efeitos de tributação.

Os 'Impostos diferidos activos' são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses impostos diferidos activos. No final de cada exercício é efectuada uma revisão dos impostos diferidos registados, bem como dos não reconhecidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura ou registados, desde que, e até ao ponto em que, se torne provável a geração de lucros tributáveis no futuro que permitam a sua recuperação (Nota 11).

Os impostos diferidos são calculados à taxa que se espera que vigore no período em que se prevê que o activo ou o passivo seja realizado.

Nos casos em que os impostos diferidos são relativos a activos ou passivos registados directamente no capital próprio, o seu registo também é efectuado na rubrica de capital próprio. Nas outras situações, os impostos diferidos são sempre registados na demonstração de resultados.

r) Subsídios atribuídos pelo Governo

Subsídios atribuídos para financiar formação de pessoal são reconhecidos como proveitos durante o período de tempo durante o qual o Grupo incorre nos respectivos custos e são apresentados na demonstração de resultados a deduzir a esses mesmos custos.

Subsídios atribuídos para financiar investimentos são registados no balanço como proveitos diferidos e reconhecidos na demonstração de resultados, em 'Outros proveitos operacionais'. No caso dos investimentos em activos fixos tangíveis, tais subsídios são reconhecidos durante o período de vida útil estimado para os bens em causa e, no caso de outro tipo de investimentos, à medida que este vai sendo realizado.

s) Especialização de exercícios e Rédito

Os custos e os proveitos são contabilizados no período a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os custos e os proveitos cujo valor real não seja conhecido, são contabilizados por estimativa.

Nas rubricas de 'Outros activos não correntes', 'Outros activos correntes', 'Outros passivos não correntes' e 'Outros passivos correntes' são registados os custos e os proveitos imputáveis ao exercício corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em exercícios futuros, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram, mas que respeitam a exercícios futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses exercícios, pelo valor que lhes corresponde.

As receitas dos serviços de telecomunicações são reconhecidas no período em que os serviços são prestados. A facturação destes serviços é efectuada numa base mensal. Os valores não facturados, desde o último ciclo de facturação até ao final do mês, são registados por estimativa com base na valorização global do tráfego realmente ocorrido. As diferenças entre os valores estimados e os reais, que normalmente não são significativas, são registadas no período subsequente.

Os proveitos decorrentes de vendas são reconhecidos na demonstração de resultados consolidada quando os riscos e vantagens significativos inerentes à posse dos bens são transferidos para o comprador e o montante dos proveitos possa ser razoavelmente quantificado. As vendas são reconhecidas antes de impostos e líquidas de descontos.

Os proveitos relacionados com os cartões pré-pagos são reconhecidos à medida que os minutos são consumidos. No final de cada período é

Anexo às demonstrações financeiras consolidadas (continuação)

EM 31 MARÇO 2010 E 2009
(Montantes expressos em Euros)

efectuada uma estimativa dos minutos por consumir e o valor de receita associado a estes minutos é diferido.

Os encargos com os programas de fidelização de clientes através da atribuição de pontos, atribuídos pela filial Sonaecom – Serviços de Comunicações, S.A., são quantificados tendo em conta a probabilidade de exercício dos mesmos e são deduzidos à receita no momento em que são gerados por contrapartida da rubrica 'Outros passivos correntes'.

Os custos e proveitos dos projectos de consultoria, desenvolvidos na área de sistemas de informação, são reconhecidos, em cada exercício, em função da percentagem de acabamento dos mesmos.

Os activos e passivos não financeiros não correntes são registados pelo seu justo valor e, em cada exercício, a actualização financeira para o justo valor é registada na demonstração de resultados nas rubricas de 'Outros custos financeiros' e 'Outros proveitos financeiros'.

Os dividendos apenas são reconhecidos quando o direito dos accionistas ao seu recebimento já estiver devidamente estabelecido e comunicado.

t) Classificação de balanço

Os activos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano da data de balanço são classificados, respectivamente, como activos e passivos não correntes.

Adicionalmente, pela sua natureza, os 'Impostos diferidos' e as 'Provisões para outros riscos e encargos' são classificados como activos e passivos não correntes (Notas 11 e 17).

u) Reservas

Reserva legal

A legislação comercial Portuguesa estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual tem que ser destinado ao reforço da 'Reserva legal' até que esta represente pelo menos 20% do capital social. Esta reserva não é distribuível, a não ser em caso de liquidação, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, e para incorporação no capital.

Reservas de prémios de emissão de acções

Os prémios de emissão correspondem a ágios obtidos com a emissão ou aumentos de capital. De acordo com a legislação comercial portuguesa, os valores incluídos nesta rubrica seguem o regime estabelecido para a 'Reserva legal', isto é, os valores não são distribuíveis, a não ser em caso de liquidação, mas podem ser utilizados para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, e para incorporação no capital.

Reservas para Planos de Incentivo de Médio Prazo

De acordo com a IFRS 2 – "Pagamentos com base em acções", a responsabilidade com os Planos de Incentivo de Médio Prazo liquidados através da entrega de acções próprias é registada, a crédito, na rubrica de 'Reservas para Planos de Incentivo de Médio Prazo', sendo que tal reserva não é passível de ser distribuída ou ser utilizada para absorver prejuízos.

Reservas de cobertura

As reservas de cobertura reflectem as variações de justo valor dos instrumentos financeiros derivados de cobertura de "cash flow" que se consideram eficazes (Nota 1.o)), sendo que as mesmas não são passíveis de ser distribuídas ou serem utilizadas para absorver prejuízos.

Reservas de acções próprias

As 'Reservas de acções próprias' reflectem o valor das acções próprias adquiridas e seguem um regime legal equivalente ao da reserva legal.

Nos termos da legislação portuguesa, o montante de reservas distribuíveis é determinado de acordo com as demonstrações financeiras individuais da Empresa, apresentadas de acordo com as IAS/IFRS. Assim, a 31 de Março de 2010, a Sonaecom, SGPS, S.A., dispunha de reservas que, pela sua natureza, são consideradas distribuíveis no montante de cerca de 6 milhões de Euros.

v) Acções próprias

As acções próprias são contabilizadas pelo seu valor de aquisição como uma dedução ao capital próprio. Os ganhos ou perdas inerentes à alienação das acções próprias são registadas na rubrica 'Outras reservas'.

w) Moeda estrangeira

Todos os activos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para Euros utilizando as taxas de câmbio vigentes na data dos balanços.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transacções e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data do balanço, são registadas como proveitos e custos na demonstração consolidada de resultados do exercício nas rubricas de resultados financeiros.

São tratadas como entidades estrangeiras aquelas que, operando no estrangeiro, têm autonomia organizacional, económica e financeira.

Os activos e passivos das demonstrações financeiras de entidades estrangeiras são convertidos para Euros utilizando as taxas de câmbio existentes à data do balanço, sendo que os custos e proveitos dessas demonstrações financeiras foram convertidos para Euros utilizando a taxa de câmbio média do período. A diferença cambial resultante é registada no capital próprio na rubrica 'Outras reservas'.

As 'Diferenças de consolidação' e os ajustamentos de justo valor gerados nas aquisições de entidades estrangeiras com moeda funcional diferente do Euro são convertidos à data de fecho do balanço.

As cotações utilizadas para conversão em Euros das contas das filiais estrangeiras foram as seguintes:

	2010		2009	
	31 de Março	Média	31 de Março	Média
Libra inglesa	1,1239	1,1269	1,0743	1,1010
Real brasileiro	0,4159	0,4016	0,3250	0,3316
Dólar americano	0,7419	0,7235	0,7514	0,7681
Zloti (Polónia)	0,2586	0,2509	0,2133	0,2229
Dólar australiano	0,6784	0,6543	0,5204	0,5091
Pesos mexicanos	0,0600	0,0567	0,0533	0,0534
Libra Egípcia	0,1343	0,1321	7,4778	7,3073
Ringgit (Malásia)	0,2274	0,2148	0,2061	0,2117

x) Imparidade de activos

São efectuados testes de imparidade à data de cada balanço e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indique que o montante pelo qual um activo se encontra registado possa não ser recuperado. Sempre que o montante pelo qual um activo se encontra

Anexo às demonstrações financeiras consolidadas (continuação)

EM 31 MARÇO 2010 E 2009
(Montantes expressos em Euros)

registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda de imparidade, registada na demonstração de resultados na rubrica de 'Amortizações e depreciações' nos casos de Activos fixos tangíveis e intangíveis e de Diferenças de consolidação, na rubrica 'Outros custos financeiros' no caso de Investimentos financeiros e, para os outros activos, na rubrica de 'Provisões e perdas de imparidade'. A quantia recuperável é a mais alta do preço de venda líquido e do valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do activo numa transacção ao alcance das partes envolvidas, deduzido dos custos directamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do activo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada activo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de caixa à qual o activo pertence.

Evidência da existência de imparidade nas contas a receber surge quando:

- a contraparte apresenta dificuldades financeiras significativas;
- se verificam atrasos significativos no pagamento de juros e outros pagamentos principais por parte da contraparte; e
- se torna provável que o devedor vá entrar em liquidação ou em reestruturação financeira.

Para determinadas categorias de activos financeiros para as quais não é possível determinar a imparidade em termos individuais, esta é calculada em termos colectivos. Evidência objectiva de imparidade para um portfólio de contas a receber pode incluir a experiência passada em termos de cobranças, aumento do número de atrasos nos recebimentos, assim como alterações nas condições económicas nacionais ou locais que estejam correlacionadas com a capacidade de cobrança.

Para o valor das Diferenças de consolidação e de Investimentos financeiros, a quantia recuperável, calculada em termos de valor de uso, é determinada com base nos últimos planos de negócio devidamente aprovados pelo Conselho de Administração do Grupo. Para as dívidas a receber, o Grupo utiliza informação histórica e estatística, que lhe permite efectuar uma previsão dos montantes em imparidade. No caso das Existências, as imparidades são calculadas com base nos valores de mercado e em diversos indicadores de rotação das existências.

y) Planos de Incentivo de Médio Prazo

O tratamento contabilístico dos Planos de Incentivo de Médio Prazo é baseado na IFRS 2 – "Pagamento com Base em Acções".

De acordo com a IFRS 2, quando os planos estabelecidos pelo Grupo são liquidados através da entrega de acções próprias, a responsabilidade estimada é registada a crédito na rubrica de 'Reservas para Planos de Incentivo de Médio Prazo', no Capital próprio, por contrapartida da rubrica de 'Custos com o pessoal' da demonstração de resultados do exercício.

Essa responsabilidade é quantificada com base no justo valor das acções à data de atribuição do plano e reconhecida durante o período de diferimento de cada plano (desde a data de atribuição do plano até à sua data de vencimento). A responsabilidade total é calculada proporcionalmente ao período de tempo decorrido desde a data de atribuição até à data da contabilização.

Quando as responsabilidades são abrangidas por um contrato de cobertura, isto é, quando são substituídas pelo pagamento de uma verba fixa a uma entidade externa ao Grupo, que assume a responsabilidade de entrega das acções na data de vencimento de cada plano, o tratamento contabilístico acima referido, sofre as seguintes adaptações:

- (i) O valor total a pagar é registado no balanço nas rubricas 'Outros passivos não correntes' e 'Outros passivos correntes';
- (ii) A parte da responsabilidade ainda não reconhecida na demonstração de resultados (relacionada com o período ainda a decorrer até à data de exercício) é diferida e registada no balanço nas rubricas 'Outros activos não correntes' e 'Outros activos correntes';
- (iii) O efeito líquido dos registos referidos em i) e ii) anulam o impacto, acima mencionado, em Capitais próprios;
- (iv) Na demonstração de resultados, o custo referente à parte já decorrida do período de diferimento, continua a ser registado na rubrica de 'Custos com o pessoal'.

Para os planos liquidados em dinheiro, a responsabilidade estimada é registada no balanço nas rubricas de 'Outros passivos não correntes' e 'Outros passivos correntes', por contrapartida da rubrica de 'Custos com o pessoal' da demonstração de resultados do exercício, para o custo referente à parte já decorrida do período de diferimento. A responsabilidade é quantificada com base no justo valor das acções à data de cada balanço.

Quando estas responsabilidades são abrangidas por um contrato de cobertura, a contabilização é efectuada da mesma forma, mas com a responsabilidade quantificada com base no valor fixado no contrato.

Os planos liquidados através da entrega de acções da empresa-mãe são contabilizados como se se tratassem de planos liquidados em dinheiro, ou seja, a responsabilidade estimada é registada no balanço nas rubricas de 'Outros passivos não correntes' e 'Outros passivos correntes', por contrapartida da rubrica de 'Custos com o pessoal' da demonstração de resultados do exercício, para o custo referente à parte já decorrida do período de diferimento. A responsabilidade é quantificada com base no justo valor das acções à data de cada balanço.

A 31 de Março de 2010, todos os planos de acções Sonaecom em aberto estavam cobertos através da detenção de acções próprias. O impacto associado aos planos de acções dos Planos de Incentivo de Médio Prazo relativos a acções Sonaecom está contabilizado, no balanço, na rubrica de 'Reservas para Planos de Incentivo de Médio Prazo'. Na demonstração de resultados, o custo está contabilizado na rubrica de 'Custos com o pessoal'.

Em relação aos planos liquidados através da entrega de acções da empresa-mãe, com a excepção de um dos planos, o Grupo efectuou contratos de cobertura, com uma entidade externa, através dos quais fixou o preço para a aquisição das referidas acções, pelo que a responsabilidade com os mesmos se encontra registada ao preço fixado no contrato, proporcionalmente ao período de tempo decorrido desde a data de atribuição até à data da contabilização, nas rubricas de 'Outros passivos não correntes' e 'Outros passivos correntes'. Na demonstração de resultados, o custo está contabilizado na rubrica de 'Custos com o pessoal'.

Anexo às demonstrações financeiras consolidadas (continuação)

EM 31 MARÇO 2010 E 2009
(Montantes expressos em Euros)

z) Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço ("adjusting events") são reflectidos nas demonstrações financeiras consolidadas. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço ("non adjusting events"), se materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras consolidadas.

aa) Julgamentos e estimativas

As estimativas contabilísticas mais significativas reflectidas nas demonstrações financeiras consolidadas dos períodos findos em 31 de Março de 2010 e 2009 incluem:

- (i) Vidas úteis do activo tangível e intangível;
- (ii) Análises de imparidade das diferenças de consolidação e de outros activos tangíveis e intangíveis;
- (iii) Registo de ajustamentos aos valores do activo (Contas a Receber e Existências) e provisões;
- (iv) Cálculo da responsabilidade associada aos programas de fidelização de clientes.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras consolidadas e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram considerados nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data de aprovação das demonstrações financeiras consolidadas, serão corrigidas em resultados de forma prospectiva, conforme disposto pela IAS 8 – "Políticas contabilísticas, alterações em estimativas contabilísticas e erros".

As principais estimativas e os pressupostos relativos a eventos futuros incluídos na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, são descritos nas correspondentes notas anexas.

ab) Gestão do Risco Financeiro

A actividade do Grupo está exposta a uma variedade de riscos financeiros, tais como o risco de mercado, o risco de liquidez e o risco de crédito.

Este conjunto de riscos deriva da incerteza característica dos mercados financeiros, a qual se reflecte na capacidade de projecção de fluxos de caixa e rendibilidades. A política de gestão dos riscos financeiros do Grupo, subjacente a uma perspectiva de continuidade das operações no longo prazo, procura minimizar eventuais efeitos adversos decorrentes dessas incertezas, recorrendo, sempre que possível e aconselhável, a instrumentos derivados de cobertura (Nota 1. o)).

Risco de mercado

a) Risco de taxa de câmbio

O Grupo opera internacionalmente e detém subsidiárias a operar no Brasil, no Reino Unido, na Polónia, nos Estados Unidos, no México, na Austrália, no Egipto e na Malásia (sucursal), estando assim exposto ao risco de taxa de câmbio.

A política de gestão de risco de taxa de câmbio procura minimizar a volatilidade dos investimentos e operações expressos em moeda externa,

contribuindo para uma menor sensibilidade dos resultados do Grupo a flutuações cambiais.

Sempre que possível, o Grupo tenta realizar coberturas naturais dos valores em exposição, compensando os créditos concedidos e recebidos expressos na mesma moeda. Quando tal não se revele possível ou adequado, o Grupo recorre a outros instrumentos derivados de cobertura.

A exposição do Grupo ao risco de taxa de câmbio advém, maioritariamente, do facto de algumas das suas subsidiárias relatarem em moeda diferente do Euro, sendo imaterial o risco associado à actividade operacional.

b) Risco de taxa de juro

A totalidade do endividamento da Sonaecom encontra-se indexada a taxas variáveis, expondo o custo da dívida a um risco elevado de volatilidade. O impacto desta volatilidade nos resultados ou no capital próprio da sociedade é mitigado pelo efeito dos seguintes factores: (i) relativamente baixo nível de alavancagem financeira; (ii) possibilidade de utilização de instrumentos derivados de cobertura do risco de taxa de juro, conforme referido abaixo; (iii) possível correlação entre o nível de taxas de juro de mercado e o crescimento económico, com este a ter efeitos positivos em outras linhas dos resultados consolidados (nomeadamente operacionais) do Grupo, por essa via parcialmente compensando os custos financeiros acrescidos ("natural hedge"); e (iv) existência de liquidez ou disponibilidades consolidadas igualmente remuneradas a taxas variáveis.

O Grupo apenas utiliza instrumentos derivados ou transacções semelhantes para efeitos de cobertura de riscos de taxas de juro considerados significantes. Três princípios são utilizados na selecção e determinação dos instrumentos de cobertura do risco da taxa de juro:

- Para cada derivado ou instrumento de cobertura utilizado para protecção de risco associado a um determinado financiamento, existe coincidência entre as datas dos fluxos de juros pagos nos financiamentos objecto de cobertura e as datas de liquidação ao abrigo do instrumento de cobertura;
- Equivalência perfeita entre as taxas base: o indexante utilizado no derivado ou instrumento de cobertura deverá ser o mesmo que o aplicável ao financiamento/ transacção que está a ser coberta; e
- Desde o início da transacção, o custo máximo do endividamento, resultante da operação de cobertura realizada, é conhecido e limitado, mesmo em cenários de evoluções extremas das taxas de juro de mercado, procurando-se que o nível de taxas daí resultante seja enquadrável no custo de fundos considerado no plano de negócios do Grupo.

Uma vez que a totalidade do endividamento da Sonaecom (Nota 15) encontra-se indexado a taxas variáveis, swaps de taxa de juro e outros derivados são utilizados, quando tal é considerado necessário, como forma de protecção contra as variações dos fluxos de caixa futuros associados aos pagamentos de juros. Os swaps de taxa de juro contratados têm o efeito económico de converter os respectivos empréstimos associados a taxas variáveis para taxas fixas. Ao abrigo destes contratos, o Grupo acorda com terceiras partes (bancos) a troca, em períodos de tempo pré-determinados, da diferença entre o montante de juros calculados à taxa fixa contratada e à taxa variável da altura de refixação, com referência aos respectivos montantes notacionais acordados.

Anexo às demonstrações financeiras consolidadas (continuação)

EM 31 MARÇO 2010 E 2009
(Montantes expressos em Euros)

As contrapartes dos instrumentos de cobertura estão limitadas a instituições de crédito de elevada qualidade creditícia, sendo política do Grupo privilegiar a contratação destes instrumentos com entidades bancárias que formem parte das suas operações de financiamento. Para efeitos de determinação da contraparte das operações pontuais, a Sonaecom solicita a apresentação de propostas e preços indicativos a um número representativo de bancos de forma a garantir a adequada competitividade dessas operações.

Na determinação do justo valor das operações de cobertura, o Grupo utiliza determinados métodos, tais como modelos de avaliação de opções e de actualização de fluxos de caixa futuros, e utiliza determinados pressupostos que são baseados nas condições de taxas de juro de mercado prevalentes à data de Balanço. Cotações comparativas de instituições financeiras, para instrumentos específicos ou semelhantes, são utilizadas como referencial de avaliação.

O justo valor dos derivados contratados, que se qualifiquem como de cobertura de justo valor ou que não sejam considerados suficientemente eficazes na cobertura de fluxos de caixa (conforme definições da IAS 39), é reconhecido nas rubricas de empréstimos, sendo as variações do seu justo valor reconhecidas directamente na demonstração de resultados do exercício. O justo valor dos derivados de cobertura de fluxos de caixa, considerados eficazes de acordo com o definido pela IAS 39, é reconhecido nas rubricas de empréstimos e as variações registadas no capital próprio.

O Conselho de Administração da Sonaecom aprova os termos e condições dos financiamentos considerados materiais para a Empresa, analisando para tal a estrutura da dívida, os riscos inerentes e as diferentes opções existentes no mercado, nomeadamente quanto ao tipo de taxa de juro (fixo/variável). No âmbito da política acima definida, cabe à Comissão Executiva, através do acompanhamento permanente das condições e das alternativas existentes no mercado, a decisão sobre a contratação pontual de instrumentos financeiros derivados destinados à cobertura do risco de taxa de juro.

Risco de liquidez

A existência de liquidez nas empresas do Grupo implica que sejam definidos parâmetros de actuação na função de gestão dessa mesma liquidez que permitam maximizar o retorno obtido e minimizar os custos de oportunidade associados à detenção dessa mesma liquidez, de uma forma segura e eficiente.

A gestão de risco de liquidez tem um triplo objectivo: (i) Liquidez, isto é, garantir o acesso permanente e da forma mais eficiente a fundos suficientes para fazer face aos pagamentos correntes nas respectivas datas de vencimento, bem como a eventuais solicitações de fundos nos prazos definidos para tal, ainda que não previstos; (ii) Segurança, ou seja, minimizar a probabilidade de incumprimento no reembolso de qualquer aplicação de fundos; e (iii) Eficiência Financeira, isto é, garantir que as Empresas maximizam o valor / minimizam o custo de oportunidade da detenção de liquidez excedentária no curto prazo.

Os principais parâmetros subjacentes a tal política correspondem ao tipo de instrumentos permitidos, ao nível de risco máximo aceitável, ao montante máximo de exposição por contraparte e aos prazos máximos de investimento.

A liquidez existente numa determinada subsidiária deverá ser aplicada nas alternativas abaixo descritas e pela ordem de prioridade apresentada:

- (i) Amortização de dívida de curto prazo – após comparação do custo de oportunidade de amortização e o custo de oportunidade inerente aos investimentos alternativos;
- (ii) Gestão consolidada de liquidez – a liquidez existente nas empresas do Grupo, deverá ser prioritariamente aplicada em empresas do Grupo, para que de uma forma consolidada seja reduzida a utilização de dívida bancária; e
- (iii) Recurso ao mercado.

O investimento por recurso ao mercado está limitado à contratação de operações com contrapartes elegíveis, isto é, que cumpram com determinadas notações de *rating* previamente definidas pela Administração, e limitada a determinados montantes máximos por contraparte.

A definição de limites máximos por contraparte tem como objectivo garantir que as aplicações de excedentes são realizadas de uma forma prudente e em observância dos princípios de gestão de relacionamento bancário.

A maturidade das aplicações a realizar deverá coincidir com os pagamentos previstos (ou ser suficientemente líquida, no caso de investimentos em activos, para permitir liquidações urgentes e não programadas), incluindo uma margem para cobrir eventuais erros de previsão. A margem de erro necessária dependerá do grau de confiança na previsão de tesouraria e será determinado pelo negócio. A fiabilidade das previsões de tesouraria é uma variável determinante para calcular os montantes e prazos das operações de tomada de fundos/aplicações no mercado.

A análise da maturidade dos empréstimos obtidos é apresentada na Nota 15.

Risco de Crédito

A exposição do Grupo ao risco de crédito está maioritariamente associada às contas a receber decorrentes da sua actividade operacional. O risco de crédito associado a operações financeiras é mitigado pelo facto de o Grupo, no que respeita a operadores de telecomunicações, apenas negociar com entidades de elevada qualidade creditícia.

A gestão deste risco tem por objectivo garantir a efectiva cobrança dos seus créditos nos prazos estabelecidos sem afectar o equilíbrio financeiro do Grupo. O Grupo recorre a agências de avaliação de crédito e possui departamentos específicos de controlo de crédito, cobrança e de gestão de processos em contencioso, que contribuem para mitigar tal risco.

O montante relativo a clientes e outros devedores apresentado nas demonstrações financeiras, os quais se encontram líquidos de imparidades, representam a máxima exposição do Grupo ao risco de crédito.

Anexo às demonstrações financeiras consolidadas (continuação)

EM 31 MARÇO 2010 E 2009
(Montantes expressos em Euros)

2. Empresas incluídas na consolidação

As empresas do grupo incluídas na consolidação pelo método integral, suas sedes sociais, actividade principal, detentor de capital e proporção do capital detido em 31 de Março de 2010 e 2009, são as seguintes:

Firma (Marca comercial)	Sede social	Actividade principal	Detentor de capital	Percentagem do capital detido			
				2010		2009	
				Directo	Efectivo*	Directo	Efectivo*
Empresa-mãe:							
SONAECOM, S.G.P.S., S.A. ("Sonaecom")	Maia	Gestão de participações sociais.		-	-	-	-
Subsidiárias:							
Be Artis – Concepção, Construção e Gestão de Redes de Comunicações, S.A. ("Artis")	Maia	Concepção, construção, gestão e exploração de redes de comunicações electrónicas e dos respectivos equipamentos e infra-estruturas, gestão de activos tecnológicos próprios ou de terceiros e prestação de serviços conexos.	Sonaecom	100%	100%	100%	100%
Be Towering – Exploração de Torres de Telecomunicações, S.A. ("Be Towering")	Maia	Implantação, instalação e exploração de torres e outros sites para colocação de equipamentos de telecomunicações.	Sonaecom - Serviços de Comunicações	100%	100%	100%	100%
Cape Technologies Limited ("Cape Technologies")	Dublin	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	We Do	100%	100%	100%	100%
Cape Technologies (UK) Limited ("Cape UK") (a)	Cardiff	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	Cape Technologies	-	-	Dissolvida	
Digitmarket – Sistemas de Informação, S.A. ("Digitmarket" – usando a marca "Bizdirect")	Maia	Desenvolvimento de plataformas de gestão e comercialização de produtos, serviços e informação, tendo como principal suporte a internet.	Sonaecom SI	75,10%	75,10%	75,10%	75,10%
Lugares Virtuais, S.A. ("Lugares Virtuais")	Maia	Organização e gestão de portais electrónicos on-line, aquisição de conteúdos, gestão de leilões electrónicos, aquisição e disponibilização de produtos e serviços por via electrónica e quaisquer actividades conexas.	Miauger	100%	100%	100%	100%
Mainroad – Serviços em Tecnologias de Informação, S.A. ("Mainroad")	Maia	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	Sonaecom SI	100%	100%	100%	100%
Miauger – Organização e Gestão de Leilões Electrónicos, S.A. ("Miauger")	Maia	Organização e gestão de leilões electrónicos "on-line" de produtos e serviços.	Sonaecom	100%	100%	100%	100%
M3G – Edições Digitais, S.A. ("M3G")	Maia	Edições digitais, edição electrónica e produção de conteúdos na internet.	Público	100%	100%	100%	100%
Per-Mar – Sociedade de Construções, S.A. ("Per-Mar")	Maia	Compra e venda, arrendamento e exploração de bens imóveis e estabelecimentos comerciais.	Sonaecom - Serviços de Comunicações	100%	100%	100%	100%
Praesidium Services Limited ("Praesidium Services")	Berkshire	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	We Do UK	100%	100%	100%	100%
Praesidium Technologies Limited ("Praesidium Technologies") (b)	Berkshire	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	We Do UK	-	-	Dissolvida	
Público – Comunicação Social, S.A. ("Público")	Porto	Redacção, composição e edição de publicações periódicas e não periódicas.	Sonaetelecom BV	100%	100%	100%	100%

* Percentagem efectiva de capital detido pela Sonaecom

(a) Empresa dissolvida em Agosto de 2009.

(b) Empresa dissolvida em Dezembro de 2009.

Anexo às demonstrações financeiras consolidadas (continuação)

EM 31 MARÇO 2010 E 2009

(Montantes expressos em Euros)

Firma (Marca comercial)	Sede social	Actividade principal	Detentor de capital	Percentagem do capital detido			
				2010		2009	
				Directo	Efectivo*	Directo	Efectivo*
Saphety Level - Trusted Services, S.A. ("Saphety")	Maia	Prestação de serviços, formação e consultoria em comunicação, processamento, e certificação electrónica de dados; comercialização, desenvolvimento e representação de software.	Sonae com SI	86,99%	86,99%	100%	100%
Sonaecom BV	Amesterdão	Gestão de participações sociais.	Sonaecom	100%	100%	100%	100%
Sonaecom - Serviços de Comunicações, S.A. ("Sonaecom - Serviços de Comunicações")	Maia	Implementação, operação, exploração e oferta de redes e prestação de serviços de comunicações electrónicas, bem como quaisquer recursos conexos e, ainda, fornecimento e comercialização de produtos e equipamentos de comunicações electrónicas.	Sonaecom Sonae Telecom Sonaecom BV	53,54% 35,86% 10,60%	53,54% 35,86% 10,60%	53,54% 35,86% 10,60%	53,54% 35,86% 10,60%
Sonae com - Sistemas de Informação, S.G.P.S., S.A. ("Sonae com SI")	Maia	Gestão de participações sociais, no âmbito do negócio de corporate venturing e joint-ventures.	Sonaecom	100%	100%	100%	100%
Sonaecom - Sistemas de Información España, S.L. ("SSI España") (c)	Madrid	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	Sonae com SI	100%	100%	-	-
Sonae Telecom, S.G.P.S., S.A. ("Sonae Telecom")	Maia	Gestão de participações sociais, no âmbito das telecomunicações	Sonaecom	100%	100%	100%	100%
Sonaetelecom BV	Amesterdão	Gestão de participações sociais.	Sonaecom	100%	100%	100%	100%
Tecnológica Telecomunicações, LTDA. ("Tecnológica")	Rio de Janeiro	Prestação de serviços de consultoria e assistência técnica relacionados com informática e telecomunicações.	We Do Brasil	99,99%	99,90%	99,99%	99,90%
Telemilénio Telecomunicações - Sociedade Unipessoal, Lda. ("Tele2")	Lisboa	Prestação de serviços de telecomunicações, nomeadamente serviço fixo telefónico e internet.	Sonaecom	-	-	Fusionada na Sonaecom - Serviços de Comunicações	
We Do Consulting - Sistemas de Informação, S.A. ("We Do")	Maia	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação	Sonae com SI	100%	100%	100%	100%
Wedo do Brasil Soluções Informáticas, Ltda. ("We Do Brasil")	Rio de Janeiro	Comercialização de software e hardware; prestação de serviços de consultoria e assistência técnica relacionados com informática e processamento de dados.	We Do	99,91%	99,91%	99,91%	99,91%
We Do Poland Sp. Z. o.o. ("We Do Poland")	Poznan	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	Cape Technologies	100%	100%	100%	100%
We Do Technologies Americas, Inc ("We Do US")	Miami	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	Cape Technologies	100%	100%	100%	100%
We Do Technologies Australia PTY Limited ("We Do Asia")	Sidney	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	Cape Technologies	100%	100%	100%	100%
We Do Technologies BV ("We Do BV")	Amesterdão	Gestão de participações sociais.	We Do	100%	100%	100%	100%
We Do Technologies BV - Sucursal Malásia ("We Do Malásia")	Kuala Lumpur	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	We Do BV	100%	100%	100%	100%
We Do Technologies Egypt LLC ("We Do Egypt")	Cairo	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	We Do BV Sonaecom BV Sonaetelecom BV	90% 5% 5%	90% 5% 5%	90% 5% 5%	90% 5% 5%
We Do Technologies Mexico, S de R.L. ("We Do Mexico")	Cidade do México	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	Sonaecom BV We Do BV	5% 95%	5% 95%	5% 95%	5% 95%
We Do Technologies Panamá S.A. ("We Do Panamá") (c)	Cidade do Panamá	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	We Do BV	100%	100%	-	-
We Do Technologies Singapore PTE. LTD. ("We Do Singapura") (c)	Singapura	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	We Do BV	100%	100%	-	-
We Do Technologies (UK) Limited ("We Do UK")	Berkshire	Gestão de participações sociais.	We Do	100%	100%	100%	100%

* Percentagem efectiva de capital detido pela Sonaecom

(c) Empresas constituídas em Janeiro de 2010.

Anexo às demonstrações financeiras consolidadas (continuação)

EM 31 MARÇO 2010 E 2009
(Montantes expressos em Euros)

Todas estas empresas foram incluídas na consolidação, pelo método de consolidação integral, conforme estabelecido pela IAS 27 – “Demonstrações financeiras consolidadas e separadas” (maioria dos direitos de voto, sendo titular de capital da empresa).

3. Empresas controladas conjuntamente

Em 31 de Março de 2010, o Grupo controla conjuntamente e consolida pelo método proporcional a seguinte empresa (em 2009 controlava e consolidava também o seguinte agrupamento):

Firma(Marca comercial)	Sede social	Actividade principal	Detentor de capital	Percentagem do capital detido			
				2010		2009	
				Directo	Efectivo*	Directo	Efectivo*
Vipu Ace (“Sexta”) (a)	Lisboa	Optimização de meios para a actividade de edição de conteúdos para edições periódicas em papel, para suporte digital, vídeo ou TV.	Público	-	-	Dissolvida	
Unipress – Centro Gráfico, Lda. (“Unipress”)	Vila Nova de Gaia	Comércio, industria de artes gráficas e impressão de jornais.	Público	50%	50%	50%	50%

* Percentagem de capital detido pela Sonaecom

(a) Empresa dissolvida em Dezembro de 2009.

Em 31 de Março de 2010 e 2009, os principais impactos decorrentes da consolidação pelo método proporcional, das entidades acima referidas, são os seguintes (débito/(crédito)):

	2010	2009
Activos não correntes	3.101.500	3.258.587
Activos correntes	580.334	558.019
Passivos não correntes	(2.771.686)	(3.134.245)
Passivos correntes	(454.194)	(312.258)
Resultado líquido	(40.423)	(27.260)
Total de proveitos	(455.007)	(1.906.442)
Total de custos	414.584	1.879.183

4. Investimentos em empresas associadas

Em 31 de Março de 2010 e 2009, esta rubrica incluía o investimento numa empresa associada, cuja sede social, actividade principal, detentor do capital, proporção do capital detido e valor de balanço, são os seguintes:

Firma (Marca comercial)	Sede social	Actividade principal	Detentor de capital	Percentagem do capital detido					
				2010		2009		Valor de balanço	
				Directo	Efectivo*	Directo	Efectivo*	2010	2009
Empresas associadas:									
Sociedade Independente de Radiodifusão Sonora, S.A. (“S.I.R.S.” – usando a marca “Rádio Nova”)	Porto	Actividade de radiodifusão sonora.	Público	45%	45%	45%	45%	(a)	(a)
								-	-

* Percentagem efectiva de capital detido pela Sonaecom

(a) Participação que se encontra registada por um valor nulo.

A empresa associada foi incluída na consolidação, pelo método de equivalência patrimonial, conforme indicado na Nota 1. b), não tendo sido necessário efectuar qualquer ajustamento de uniformização das políticas contabilísticas da empresa associada com as políticas contabilísticas do Grupo, dado não existirem diferenças significativas.

Anexo às demonstrações financeiras consolidadas (continuação)

EM 31 MARÇO 2010 E 2009
(Montantes expressos em Euros)

Em 31 de Março de 2010 e 2009, o valor dos activos, passivos, proveitos e resultado líquido da empresa associada foi como segue:

Empresa	Activo	Passivo	Total de proveitos	Resultado líquido
2010				
Sociedade Independente de Radiodifusão Sonora, S.A.	631.620	592.996	282.438	69.288
2009				
Sociedade Independente de Radiodifusão Sonora, S.A.	596.939	594.185	286.935	3.921

5. Alterações ocorridas no Grupo

Durante os períodos findos em 31 de Março de 2010 e 2009, verificaram-se as seguintes alterações no Grupo:

a) Constituições

Participante	Participada	Data	Capital	% participação actual
2010				
We Do BV	SSI España	Jan-10	3.010 EUR	100,00%
We Do BV	We Do Panamá	Fev-10	1.000 USD	100,00%
We Do BV	We Do Singapura	Jan-10	1SGD	100,00%

b) Outras

Em 1 de Janeiro de 2009, procedeu-se à fusão por incorporação da filial Telemilénio Telecomunicações, Sociedade Unipessoal, Lda., na filial Sonaecom Serviços de Comunicações, S.A., possibilitando uma maior eficiência operacional e uma maior contenção de custos. Esta operação foi aprovada em Assembleia Geral das respectivas sociedades, ambas realizadas em 24 de Novembro de 2008.

6. Activos fixos tangíveis

Nos períodos findos em 31 de Março de 2010 e 2009, o movimento ocorrido no valor dos activos fixos tangíveis, bem como nas respectivas amortizações e perdas de imparidade acumuladas, foi o seguinte:

	2010								
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Ferramentas e utensílios	Outros activos fixos tangíveis	Activos fixos tangíveis em curso	Total
ACTIVO BRUTO:									
Saldo em 31.12.2009	1.391.593	269.275.732	955.961.416	331.913	172.948.905	1.192.268	5.302.033	99.788.541	1.506.192.401
Adições	-	127.896	997.137	20.391	4.133.906	-	79.092	14.075.027	19.433.449
Alienações	-	-	(173)	(84.175)	(117.281)	-	-	-	(201.629)
Transferências e abates	-	4.350.066	15.266.138	-	1.265.424	916	42.218	(29.936.591)	(9.011.827)
Saldo em 31.03.2010	1.391.593	273.753.695	972.224.519	268.129	178.230.954	1.193.184	5.423.343	83.926.977	1.516.412.392
AMORTIZAÇÕES E PERDAS DE IMPARIDADE ACUMULADAS:									
Saldo em 31.12.2009	-	141.241.132	627.788.784	100.943	148.814.943	1.151.389	3.675.719	-	922.772.910
Amortizações do período	-	2.813.563	17.134.890	15.481	5.657.103	4.723	159.169	-	25.784.929
Alienações	-	-	(124)	(16.310)	(102.699)	-	-	-	(119.133)
Transferências e abates	-	28.991	(5.854.880)	-	819.317	-	-	-	(5.006.572)
Saldo em 31.03.2010	-	144.083.686	639.068.670	100.114	155.188.664	1.156.112	3.834.888	-	943.432.134
Valor líquido	1.391.593	129.670.009	333.155.849	168.015	23.042.290	37.071	1.588.455	83.926.977	572.980.258

Anexo às demonstrações financeiras consolidadas (continuação)

EM 31 MARÇO 2010 E 2009
(Montantes expressos em Euros)

									2009
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Ferramentas e utensílios	Outros activos fixos tangíveis	Activos fixos tangíveis em curso	Total
ACTIVO BRUTO:									
Saldo em 31.12.2008	1.391.593	252.295.915	891.297.575	161.116	157.107.115	1.189.329	5.139.704	88.154.502	1.396.736.849
Adições	-	102.212	3.021.518	38.621	2.277.886	-	36.466	12.736.720	18.213.423
Alienações	-	(189.906)	(177.044)	(38.621)	(84.341)	-	-	-	(489.912)
Transferências e abates	-	5.951.440	23.350.189	-	1.197.551	2.902	14.870	(30.645.233)	(128.281)
Saldo em 31.03.2009	1.391.593	258.159.661	917.492.238	161.116	160.498.211	1.192.231	5.191.040	70.245.989	1.414.332.079
AMORTIZAÇÕES E PERDAS DE IMPARIDADE ACUMULADAS:									
Saldo em 31.12.2008	-	130.910.565	545.294.870	125.491	130.529.609	1.131.114	3.003.661	-	810.995.310
Amortizações do período	-	2.602.767	22.404.554	4.314	4.365.593	5.763	175.782	-	29.558.773
Alienações	-	(8.180)	(32.079)	(17)	(6.595)	-	-	-	(46.871)
Transferências e abates	-	-	1.627	-	1.880	-	-	-	3.507
Saldo em 31.03.2009	-	133.505.152	567.668.972	129.788	134.890.487	1.136.877	3.179.443	-	840.510.719
Valor líquido	1.391.593	124.654.509	349.823.266	31.328	25.607.724	55.354	2.011.597	70.245.989	573.821.360

As adições do período incluem um conjunto de activos associados à operação de UMTS (Universal Mobile Telecommunications Service), ao HSDPA (Kanguru Express), ao ULL (desagregação de Lacete Local), ao Triple Play e ao FTTH (Fibre-to-the-Home).

O custo de aquisição dos 'Activos fixos tangíveis' detidos pelo Grupo no âmbito de contratos de locação financeira, em 31 de Março de 2010 e 2009, ascendia a 28.943.984 Euros e a 29.018.836 Euros, sendo o seu valor líquido contabilístico, nessas datas, de 18.533.472 Euros e 21.298.849 Euros, respectivamente.

Em 31 de Março de 2010 os 'Activos fixos tangíveis' incluem o montante de 16,4 milhões de euros relativo ao valor líquido do equipamento de telecomunicações cedido a clientes, ao abrigo de contratos de comodato com um período pré-definido, o qual se encontra a ser amortizado durante o período de duração desses mesmos contratos.

Em 31 de Março de 2010, a rubrica de 'Activos fixos tangíveis' não inclui qualquer bem dado como penhor ou em garantia da liquidação de empréstimos ou passivos, excepção feita aos activos afectos a contratos de locação financeira.

Durante o exercício de 2009, o Conselho de Administração do Grupo procedeu a revisões da vida útil estimada de um conjunto de activos associados às redes de telecomunicações fixa e móvel. As revisões da vida útil foram registadas de forma prospectiva a partir do momento em que ocorreram, pelo que as amortizações no período são inferiores em cerca de 6 milhões de Euros, comparativamente com o que resultaria caso se tivesse utilizado as vidas úteis estimadas consideradas durante o primeiro trimestre de 2009.

O 'Activo fixo tangível em curso' apresentava, em 31 de Março de 2010 e 2009, a seguinte composição:

	2010	2009
Desenvolvimento da rede fixa	50.299.692	36.737.908
Desenvolvimento da rede móvel	25.317.954	25.873.028
Sistemas de informação	2.222.824	3.048.736
Outros projectos em curso	6.086.507	4.586.316
	83.926.977	70.245.988

Em 31 de Março de 2010, o movimento ocorrido nos valores relativos ao 'Desenvolvimento da rede fixa' referem-se, sobretudo, aos investimentos realizados no desenvolvimento da rede de fibra óptica (FTTH).

Anexo às demonstrações financeiras consolidadas (continuação)

EM 31 MARÇO 2010 E 2009
(Montantes expressos em Euros)

Em 31 de Março de 2010 e 2009, o valor dos compromissos assumidos perante terceiros respeitantes a investimentos a efectuar era como segue:

	2010	2009
Investimentos da área técnica	27.851.312	31.558.182
Investimentos em sistemas de informação	4.559.928	5.622.496
	32.411.240	37.180.678

7. Activos intangíveis

Nos períodos findos em 31 de Março de 2010 e 2009, o movimento ocorrido no valor dos activos intangíveis, bem como nas respectivas amortizações e perdas de imparidade acumuladas, foi o seguinte:

	2010			Total
	Propriedade industrial	Software	Activos intangíveis em curso	
ACTIVO BRUTO:				
Saldo em 31.12.2009	304.081.633	229.169.691	19.212.155	552.463.479
Adições	18.501	310.900	4.320.872	4.650.273
Alienações	-	(6.837)	-	(6.837)
Transferências e abates	(30)	10.422.060	(6.278.301)	4.143.729
Saldo em 31.03.2010	304.100.104	239.895.814	17.254.726	561.250.644
AMORTIZAÇÕES E PERDAS DE IMPARIDADE ACUMULADAS:				
Saldo em 31.12.2009	86.606.233	192.163.071	-	278.769.304
Amortizações do período	4.491.264	3.768.564	-	8.259.828
Alienações	-	(6.837)	-	(6.837)
Transferências e abates	(9)	69.414	-	69.405
Saldo em 31.03.2010	91.097.488	195.994.212	-	287.091.700
Valor líquido	213.002.616	43.901.602	17.254.726	274.158.944
	2009			Total
	Propriedade industrial	Software	Activos intangíveis em curso	
ACTIVO BRUTO:				
Saldo em 31.12.2008	287.617.028	214.987.219	11.249.369	513.853.616
Adições	25.519	262.861	3.633.509	3.921.889
Alienações	-	-	(5.250)	(5.250)
Transferências e abates	27.866	4.622.387	(4.402.235)	248.018
Saldo em 31.03.2009	287.670.413	219.872.467	10.475.393	518.018.273
AMORTIZAÇÕES E PERDAS DE IMPARIDADE ACUMULADAS:				
Saldo em 31.12.2008	69.111.102	171.924.626	-	241.035.728
Amortizações do período	4.170.084	5.673.999	-	9.844.083
Alienações	-	-	-	-
Transferências e abates	-	34.826	-	34.826
Saldo em 31.03.2009	73.281.186	177.633.451	-	250.914.637
Valor líquido	214.389.227	42.239.016	10.475.393	267.103.636

Em 31 de Março de 2010, a rubrica 'Propriedade industrial', do activo bruto inclui o valor de 111,5 milhões de Euros correspondente ao valor presente da responsabilidade estimada com o projecto "Iniciativas E", registados em Junho de 2008 e actualizados em Setembro de 2009.

No âmbito da atribuição da licença UMTS, a Sonaecom – Serviços de Comunicações assumiu compromissos na área da promoção da Sociedade de Informação no montante total de cerca de 274 milhões de Euros, os quais terão de ser cumpridos até ao final de 2015.

Em conformidade com o Acordo estabelecido em 5 de Junho de 2007 com o Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações ("MOPTC"), uma parte desses compromissos, até 159 milhões de Euros, tinha de ser realizado através de projectos próprios qualificáveis como contributos para a Sociedade de Informação e incorridos no âmbito da normal actividade da Sonaecom - Serviços de Comunicações (investimentos em rede e tecnologia que não derivem da

Anexo às demonstrações financeiras consolidadas (continuação)

EM 31 MARÇO 2010 E 2009

(Montantes expressos em Euros)

necessidade de cumprimento das obrigações inerentes à atribuição da licença UMTS e actividades de pesquisa, desenvolvimento e promoção de serviços, conteúdos e aplicações), os quais terão de ser reconhecidos pelo MOPTC e por entidades especialmente constituídas para o efeito. Em 31 de Março de 2010, a totalidade do valor já foi realizado e validado por aquelas entidades, pelo que relativamente a estes compromissos não existem à data responsabilidades adicionais. Estes encargos foram registados nas demonstrações financeiras anexas à medida que os respectivos projectos foram sendo realizados e os custos estimados conhecidos.

Os restantes compromissos, até ao montante de cerca de 116 milhões de Euros, serão realizados nos termos acordados entre a Sonaecom – Serviços de Comunicações e o MOPTC, através de contribuições para o projecto "Iniciativas E" (oferta de modems, descontos nas tarifas, contribuições monetárias, entre outras, afectas à generalização da utilização da Internet de banda larga para alunos e professores), contribuições essas efectuadas através do Fundo para a Sociedade de Informação, actualmente designado por Fundação para as Comunicações Móveis, constituído pelos três operadores móveis a desenvolver a sua actividade em Portugal. O sucesso deste projecto, iniciado no final do exercício de 2007, estava dependente da adesão dos beneficiários às várias Iniciativas em vigor (e-oportunidades, e-escola e e-professor) e poderia ser alvo de revisão num período de 12 meses, concluído em Junho de 2008. A 31 de Dezembro de 2007, não era assim possível estimar de forma fiável o sucesso do mesmo e logo estimar a respectiva responsabilidade a reconhecer.

Tendo em consideração o sucesso verificado ao longo de 2008, a Sonaecom considerou estarem reunidas as condições para constituir uma estimativa suficientemente segura da responsabilidade total, pelo que tal valor foi reconhecido em Junho de 2008, como um custo adicional da licença UMTS, por contrapartida das rubricas 'Outros passivos não correntes' e 'Outros passivos correntes'. Desta forma, em 31 de Março de 2010, a totalidade das responsabilidades com tais compromissos encontram-se registadas integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas anexas.

Em 31 de Março de 2010 e 2009, o Grupo mantinha registado na rubrica 'Activos intangíveis' 199.684.565 Euros e 195.139.015 Euros, respectivamente, correspondentes ao investimento, líquido de amortizações, realizado no desenvolvimento da rede UMTS, nos quais se incluem (i) 62.255.978 Euros (65.256.266 Euros, em 2009) relativos à licença, (ii) 20.802.005 Euros (21.804.511 Euros, em 2009) relativos ao contrato celebrado em 2002 entre a Oni Way e os restantes três operadores de telecomunicações móveis a operar em Portugal, (iii) 6.388.924 Euros (6.696.824 Euros, em 2009) relativos à contribuição, estabelecida em 2007, para o Capital Social da Fundação para as Comunicações Móveis no âmbito do acordo celebrado entre o Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações e os três operadores de telecomunicações a operar em Portugal e (iv) 104.918.473 Euros (95.805.882 Euros, em 2009) relativos ao programa Iniciativas E, estes dois últimos relativos aos compromissos assumidos pelo Grupo no âmbito da Sociedade de Informação.

O activo intangível em curso, em 31 de Março de 2010 e 2009, era composto, essencialmente, por desenvolvimento de software.

A aferição da existência, ou não, de imparidade para os principais valores dos activos fixos tangíveis e intangíveis para os segmentos móvel e fixo é efectuada de acordo com o descrito na Nota 9 ('Diferenças de consolidação'), na medida em que tais activos estão intimamente relacionados com a actividade global do segmento, pelo que os mesmos não podem ser analisados separadamente.

Os activos fixos tangíveis e intangíveis incluem juros suportados e outros encargos financeiros incorridos, directamente relacionados com a construção de determinados activos fixos tangíveis ou intangíveis em curso.

Em 31 de Março de 2010 e 2009, o total destes custos ascende a 19.028.165 Euros e 17.429.678 Euros, respectivamente. Os valores capitalizados nos períodos findos em 31 de Março de 2010 e 2009 foram de 517.095 Euros e 495.171 Euros, respectivamente. Para este efeito, foi utilizada uma taxa de capitalização de 1,41% em 2010 (3,78% em 2009) a qual corresponde à taxa média ponderada de remuneração dos financiamentos obtidos pelo Grupo.

Anexo às demonstrações financeiras consolidadas (continuação)

EM 31 MARÇO 2010 E 2009
(Montantes expressos em Euros)

8. Classes de instrumentos financeiros

Em 31 de Março de 2010 e 2009, as classes de instrumentos financeiros detidos pelo Grupo eram como segue:

	Empréstimos e contas a receber	Investimentos detidos até à maturidade	Investimentos disponíveis para venda	Subtotal	Outros não abrangidos pela IFRS 7	Total
2010						
Activos não correntes:						
Investimentos disponíveis para venda (Nota 10)	-	-	1.207.320	1.207.320	-	1.207.320
	-	-	1.207.320	1.207.320	-	1.207.320
Activos Correntes:						
Clientes	143.263.731	-	-	143.263.731	-	143.263.731
Outras dívidas de terceiros	12.672.287	-	-	12.672.287	5.192.195	17.864.482
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 12)	76.297.569	-	-	76.297.569	-	76.297.569
	232.233.587	-	-	232.233.587	5.192.195	237.425.782
2009						
Activos não correntes:						
Investimentos disponíveis para venda (Nota 10)	-	-	1.207.320	1.207.320	-	1.207.320
	-	-	1.207.320	1.207.320	-	1.207.320
Activos Correntes:						
Clientes	164.310.853	-	-	164.310.853	-	164.310.853
Outras dívidas de terceiros	7.280.163	-	-	7.280.163	30.808.807	38.088.970
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 12)	100.988.693	-	-	100.988.693	-	100.988.693
	272.579.709	-	-	272.579.709	30.808.807	303.388.516

Anexo às demonstrações financeiras consolidadas (continuação)

EM 31 MARÇO 2010 E 2009
(Montantes expressos em Euros)

	Derivados de cobertura	Passivos registados pelo custo amortizado	Outros passivos financeiros	Subtotal	Outros não abrangidos pela IFRS 7	Total
2010						
Passivo não corrente:						
Empréstimos de longo prazo líquidos da parcela de curto prazo (Nota 15)	-	328.501.995	-	328.501.995	-	328.501.995
Outros passivos financeiros não correntes (Nota 16)	-	-	20.205.759	20.205.759	-	20.205.759
Titularização de créditos (Nota 18)	-	54.488.490	-	54.488.490	-	54.488.490
	-	382.990.485	20.205.759	403.196.244	-	403.196.244
Passivo corrente:						
Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos (Nota 15)	-	21.562.114	-	21.562.114	-	21.562.114
Fornecedores	-	-	194.116.260	194.116.260	-	194.116.260
Outros passivos financeiros (Nota 16)	-	-	3.193.156	3.193.156	-	3.193.156
Titularização de créditos (Nota 18)	-	19.527.163	-	19.527.163	-	19.527.163
Outras dívidas a terceiros	-	-	51.171.445	51.171.445	10.308.508	61.479.953
	-	41.089.277	248.480.861	289.570.138	10.308.508	299.878.646

	Derivados de cobertura	Passivos registados pelo custo amortizado	Outros passivos financeiros	Subtotal	Outros não abrangidos pela IFRS 7	Total
2009						
Passivo não corrente:						
Empréstimos de longo prazo líquidos da parcela de curto prazo (Nota 15)	201.493	416.515.473	-	416.716.966	-	416.716.966
Outros passivos financeiros não correntes (Nota 16)	-	-	21.775.291	21.775.291	-	21.775.291
Titularização de créditos (Nota 18)	-	74.247.453	-	74.247.453	-	74.247.453
	201.493	490.762.926	21.775.291	512.739.710	-	512.739.710
Passivo corrente:						
Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos (Nota 15)	-	11.295.493	-	11.295.493	-	11.295.493
Fornecedores	-	-	164.717.713	164.717.713	-	164.717.713
Outros passivos financeiros (Nota 16)	-	-	2.099.463	2.099.463	-	2.099.463
Titularização de créditos (Nota 18)	-	19.491.488	-	19.491.488	-	19.491.488
Outras dívidas a terceiros	-	-	16.596.093	16.596.093	9.050.771	25.646.864
	-	30.786.981	183.413.269	214.200.250	9.050.771	223.251.021

Os saldos a receber e a pagar do Estado e outros entes públicos, dada a sua natureza, foram considerados como instrumentos financeiros não abrangidos pela IFRS 7. De igual forma, as rubricas de outros activos/ passivos correntes e não correntes não foram consideradas nesta desagregação por serem constituídas por saldos não abrangidos no âmbito da IFRS 7.

Anexo às demonstrações financeiras consolidadas (continuação)

EM 31 MARÇO 2010 E 2009
(Montantes expressos em Euros)

9. Diferenças de consolidação

Nos períodos findos em 31 de Março de 2010 e 2009, os movimentos ocorridos na rubrica 'Diferenças de consolidação' foram os seguintes:

	2010	2009
Saldo inicial	526.106.175	526.030.904
Outros	(2.125)	(38.985)
Saldo final	526.104.050	525.991.919

Nos períodos findos em 31 de Março de 2010 e 2009, a rubrica "Outros" inclui, essencialmente, a actualização cambial das diferenças de consolidação.

Em 31 de Março de 2010 e 2009, a rubrica 'Diferenças de consolidação' tinha a seguinte composição:

	2010	2009
Sonaecom – Serviços de Comunicações	485.092.375	485.092.375
Público	20.000.000	20.000.000
Cape	17.476.354	17.476.354
WeDo	1.971.668	1.971.668
Praesidium	1.111.169	999.038
Unipress	321.698	321.698
SIRS	72.820	72.820
Permar	47.253	47.253
Optimus Towering	10.713	10.713
	526.104.050	525.991.919

A aferição da existência, ou não, de imparidade para os principais valores de diferenças de consolidação registados nas demonstrações financeiras consolidadas anexas é efectuada com base nos últimos planos de negócio aprovados pelo Conselho de Administração do Grupo, os quais são preparados recorrendo à utilização de fluxos de caixa projectados para períodos de 5 anos. As taxas de desconto utilizadas têm por base os custos médios ponderados de capital estimados com base nos segmentos onde as empresas se inserem, conforme tabela abaixo. Na perpetuidade, são consideradas taxas de crescimento de cerca de 3%. Nas situações em que a aferição da existência, ou não, de imparidade é efectuada com base no preço de venda líquido, são utilizados valores de transacções semelhantes e outras propostas efectuadas.

	Taxa desconto
Telecomunicações	9,00%
Multimédia	9,45%
Sistemas de Informação	11,22%

Anexo às demonstrações financeiras consolidadas (continuação)

EM 31 MARÇO 2010 E 2009
(Montantes expressos em Euros)

10. Investimentos disponíveis para venda

Em 31 de Março de 2010 e 2009, esta rubrica incluía investimentos financeiros classificados como disponíveis para venda e tinha a seguinte composição:

	%	2010	2009
Altitude, SGPS, S.A.	11,54%	1.000.000	1.000.000
Lusa – Agência de Notícias e Portugal, S.A.	1,38%	197.344	197.344
Outros	-	9.976	9.976
		1.207.320	1.207.320

Em 31 de Março de 2010, estes investimentos correspondem a participações de valor imaterial em empresas não cotadas e nas quais o Grupo não detém influência significativa, pelo que o seu custo de aquisição foi considerado uma aproximação razoável do seu respectivo justo valor, ajustado, sempre que aplicável, pelas respectivas imparidades identificadas.

A aferição da existência, ou não, de imparidades para os investimentos acima descritos é efectuada recorrendo a comparações com a quota parte do valor dos capitais próprios pertencentes ao grupo e com múltiplos de vendas e de EBITDA de empresas do mesmo sector.

A informação financeira relativa a estes investimentos pode ser resumida como segue (em milhares de Euros):

	Activo	Capital próprio	Dívida Bruta	Volume de Negócios	Resultado Operacional	Resultado Líquido
Altitude, SGPS, S.A.	18.720	5.530	3.610	27.608	442	826
Lusa – Agência de Notícias de Portugal, S.A.	18.333	8.191	5.825	18.911	1.513	815

Valores em milhares de Euros reportados a 31-12-2008.

Durante os períodos findos em 31 de Março de 2010 e 2009, a rubrica de 'Investimentos disponíveis para venda' não apresentou quaisquer movimentos.

11. Impostos diferidos

Os activos por impostos diferidos em 31 de Março de 2010 e 2009, no montante de 119.088.121 Euros e 123.951.735 Euros, respectivamente, decorrem, essencialmente, de prejuízos fiscais reportáveis, de diferenças temporárias e da diferença entre o valor contabilístico e fiscal de alguns activos fixos.

O movimento ocorrido nos activos por impostos diferidos nos períodos findos em 31 de Março de 2010 e 2009 foi como segue:

	2010	2009
Saldo inicial	121.894.677	124.862.171
Efeito em resultados		
Prejuízos fiscais do período	2.407.891	(1.620.879)
Movimentos nas provisões não aceites fiscalmente e nos benefícios fiscais	(207.435)	896.373
Movimentos, líquidos, nas diferenças temporárias entre o valor contabilístico e fiscal dos activos fixos	(4.212.914)	(154.942)
Diferenças temporárias resultantes da operação de titularização de créditos (Sonaecom – Serviços de Comunicações)	(805.000)	-
Sub-total do efeito em resultados (Nota 22)	(2.817.458)	(879.448)
Outros	10.902	(30.988)
Saldo final	119.088.121	123.951.735

Anexo às demonstrações financeiras consolidadas (continuação)

EM 31 MARÇO 2010 E 2009
(Montantes expressos em Euros)

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2008, foram constituídos impostos diferidos activos no montante de 16,1 milhões de Euros, decorrentes da operação de titularização de créditos futuros concretizada em Dezembro de 2008 (Nota 18). Em resultado desta operação, e de acordo com o disposto no Decreto-Lei nº 219/2001, de 4 de Agosto, os 100 milhões de Euros foram acrescidos para efeitos do apuramento do resultado fiscal relativo ao exercício de 2008, gerando assim uma diferença temporária entre o resultado contabilístico e o resultado fiscal, tendo sido registados impostos diferidos activos na extensão em que era provável, com razoável segurança, a sua utilização. No período findo em 31 de Março de 2010, já havia sido revertido um montante de 4,2 milhões de Euros, correspondentes à reversão da respectiva diferença temporária.

Em 31 de Março de 2010 e 2009, foi efectuada uma avaliação dos impostos diferidos a reconhecer, de que decorrem, essencialmente, activos por impostos diferidos, tendo os mesmos sido registados apenas na extensão em que era provável, com razoável segurança, que lucros tributáveis futuros estariam utilizáveis e contra os quais pudessem ser utilizadas as perdas fiscais ou diferenças tributárias dedutíveis. Esta avaliação baseou-se nos últimos planos de negócio aprovados pelos respectivos Conselhos de Administração das empresas do Grupo, periodicamente revistos e actualizados.

Os principais critérios utilizados nesses planos de negócio encontram-se descritos na Nota 9.

Em 31 de Março de 2010 e 2009, a taxa de imposto utilizada para o apuramento dos impostos diferidos activos relativos a prejuízos fiscais foi de 25%. No caso dos restantes activos por impostos diferidos, a taxa usada foi de 26,5%.

De acordo com as declarações fiscais e outra informação preparada pelas empresas que registam activos por impostos diferidos, o detalhe dos mesmos em 31 de Março de 2010, por situação geradora, era como segue:

Situação geradora	Empresas excluídas do RETGS							Total	Total Grupo Sonaecom
	Empresas incluídas no RETGS	Sonaecom Serviços de Comunicações	Praesidium	Digitmarket	Saphety	Cape	We Do Brasil		
Prejuízos fiscais reportáveis:									
A serem utilizados até 2010	2.946	-	-	-	-	-	-	-	2.946
A serem utilizados até 2011	31.676	-	-	90.629	-	-	-	90.629	122.305
A serem utilizados até 2012	170.616	440.375	-	-	-	-	-	440.375	610.991
A serem utilizados até 2013	126.085	-	-	-	138.000	-	-	138.000	264.085
A serem utilizados até 2014	-	-	-	-	-	-	-	-	-
A serem utilizados até 2015	-	9.791.331	-	-	-	-	-	9.791.331	9.791.331
A serem utilizados até 2016	331.093	4.110.396	-	-	-	-	-	4.110.396	4.441.489
Sem limite de utilização	-	-	95.697	-	-	134.506	-	230.203	230.203
Prejuízos fiscais	662.416	14.342.102	95.697	90.629	138.000	134.506	-	14.800.934	15.463.350
Provisões não aceites fiscalmente e outras diferenças temporárias	(110.983)	10.108.625	-	-	-	-	-	10.108.625	9.997.642
Benefícios Fiscais (SIFIDE)	-	1.716.399	-	-	-	-	-	1.716.399	1.716.399
Ajustamentos na conversão para IAS/IFRS	-	32.433.489	-	-	-	-	196.829	32.630.318	32.630.318
Diferenças temporárias resultantes da operação de titularização de créditos	-	12.075.000	-	-	-	-	-	12.075.000	12.075.000
Diferenças entre o valor contabilístico e fiscal dos activos fixos e outros	-	47.205.412	-	-	-	-	-	47.205.412	47.205.412
Total	551.433	117.881.027	95.697	90.629	138.000	134.506	196.829	118.536.688	119.088.121

Em 31 de Março de 2010 e 2009, os valores de impostos diferidos não registados por não ser provável a existência de lucros fiscais futuros suficientes para os absorver eram como se segue:

	2010	2009
Prejuízos fiscais	53.551.188	48.889.300
Diferenças temporárias (provisões não aceites e outras diferenças temporárias)	36.133.153	33.324.192
Ajustamentos na conversão para IAS/IFRS	(345.313)	(256.572)
Total	89.339.028	81.956.920

Anexo às demonstrações financeiras consolidadas (continuação)

EM 31 MARÇO 2010 E 2009
(Montantes expressos em Euros)

Em 31 de Março de 2010 e 2009, os valores de impostos diferidos não registados, resultantes de prejuízos fiscais, têm as seguintes datas limite de utilização:

Limite de utilização	2010	2009
2009	-	1.234.660
2010	1.635.257	7.104.952
2011	11.743.719	7.205.323
2012	15.271.508	9.040.807
2013	14.927.816	15.999.687
2014	1.326.762	1.512.692
2015	3.556.694	2.631.259
2016	1.418.528	1.204.308
2017	1.771.661	1.771.661
2018	409.870	74.875
2019	73.629	-
Sem limite de utilização	1.415.744	1.109.076
	53.551.188	48.889.300

Os anos de 2017 e seguintes são aplicáveis a subsidiárias localizadas em países com um período de reporte de prejuízos fiscais superior a 6 anos.

Os passivos por impostos diferidos em 31 de Março de 2010 e 2009 no montante de 273.221 Euros e 836.337 Euros, respectivamente, resultam essencialmente de prejuízos fiscais, ajustamentos de consolidação e de ajustamentos de conversão IAS.

O movimento ocorrido nos passivos por impostos diferidos, nos períodos findos em 31 de Março de 2010 e 2009, foi como segue:

	2010	2009
Saldo inicial	(106.929)	(605.414)
Efeito em resultados		
Prejuízos fiscais	(176.772)	-
Ajustamentos de consolidação	-	(230.923)
Ajustamentos na conversão para IAS/IFRS	10.480	-
Sub-total do efeito em resultados (Nota 22)	(166.292)	(230.923)
Saldo final	(273.221)	(836.337)

A reconciliação entre o resultado antes de imposto e o imposto registado nos períodos findos em 31 de Março de 2010 e 2009 é como segue:

	2010	2009
Resultado antes de imposto	11.900.062	2.055.858
Imposto (25%)	(2.975.016)	(513.965)
Activos por impostos diferidos não registados nas contas individuais e/ou resultantes de ajustamentos de consolidação e outros ajustamentos à matéria colectável, tributação autónoma e derrama	(509.407)	(2.079.387)
Movimentos nas provisões não aceites fiscalmente e nos benefícios fiscais	(207.435)	896.373
Impostos registados no período (Nota 22)	(3.691.858)	(1.696.979)

A Administração Fiscal tem a possibilidade de rever a situação fiscal da Empresa e das empresas participadas com sede social em Portugal durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), excepto quando tenham ocorrido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais de cada exercício, desde 2006 (inclusive), poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão. É convicção do Conselho de Administração que eventuais correcções àquelas declarações de impostos não produzirão efeitos materialmente relevantes nas demonstrações financeiras anexas.

Conforme convicção do Conselho de Administração do Grupo corroborada pelos nossos advogados e consultores fiscais, não existem passivos materiais associados a contingências fiscais prováveis que não se encontrem provisionadas e que devessem ser alvo de divulgação no Anexo ou de registo de provisões nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Março de 2010.

Anexo às demonstrações financeiras consolidadas (continuação)

EM 31 MARÇO 2010 E 2009
(Montantes expressos em Euros)

12. Caixa e equivalentes de caixa

Em 31 de Março de 2010 e 2009, o detalhe de caixa e equivalentes de caixa era o seguinte:

	2010	2009
Numerário	519.908	400.942
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	2.897.409	4.920.224
Aplicações de tesouraria	72.880.252	95.667.527
Caixa e equivalentes de caixa	76.297.569	100.988.693
Descobertos bancários (Nota 15)	(100.656)	(865.770)
	76.196.913	100.122.923

Em 31 de Março de 2010 e 2009, o detalhe da rubrica 'Aplicações de tesouraria' é como segue:

	2010	2009
Sonae Investments BV	71.810.000	95.000.000
Aplicações bancárias no estrangeiro	1.070.252	667.527
	72.880.252	95.667.527

As aplicações de tesouraria acima referidas são remuneradas e, durante o período findo em 31 de Março de 2010, venceram juros a uma taxa média de 2,11% (2,89% em 2009).

13. Capital social

Em 31 de Março de 2010 e 2009, o capital social da Sonaecom estava representado por 366.246.868 acções correspondentes a acções ordinárias escriturais nominativas, com o valor unitário de 1 Euro. Nessas datas, a estrutura accionista era a seguinte:

	2010		2009	
	Número de acções	%	Número de acções	%
Sontel BV	183.374.470	50,07%	193.874.470	52,94%
Atlas Service Belgium	73.249.374	20,00%	73.249.374	20,00%
Acções dispersas em Bolsa	70.542.264	19,26%	63.022.421	17,21%
Banco Comercial Português, S.A. (BCP)	12.500.998	3,41%	-	0,00%
Sonae Investments BV	10.500.000	2,87%	-	0,00%
Acções próprias	7.831.325	2,14%	6.110.954	1,67%
Santander Asset Management	7.408.788	2,02%	-	0,00%
Sonae SGPS	838.649	0,23%	838.649	0,23%
Efanor Investimentos, S.G.P.S., S.A	1.000	0,00%	1.000	0,00%
093X (EDP)	-	0,00%	29.150.000	7,96%
	366.246.868	100,00%	366.246.868	100,00%

A totalidade das acções que representam o capital social da Sonaecom corresponde a acções autorizadas, subscritas e pagas. Todas as acções têm os mesmos direitos, correspondendo um voto a cada uma.

Anexo às demonstrações financeiras consolidadas (continuação)

EM 31 MARÇO 2010 E 2009
(Montantes expressos em Euros)

14. Acções próprias

Durante o período findo em 31 de Março de 2010, a Sonaecom entregou a colaboradores um total de 972.184 acções próprias, no âmbito do seu Plano de Incentivos de Médio Prazo.

Adicionalmente, durante o período findo em 31 de Março de 2010, a Empresa adquiriu 1.633.935 novas acções (a um preço médio de 1,81 Euros), detendo no final do período 7.831.325 acções próprias, representativas de 2,14% do seu capital social, a um preço médio de 1,68 Euros.

15. Empréstimos

Em 31 de Março de 2010 e 2009, os empréstimos obtidos tinham a seguinte composição:

a) Empréstimos de longo prazo líquidos da parcela de curto prazo:

Empresa	Denominação	Limite	Vencimento	Tipo de amortização	Montante utilizado	
					2010	2009
Sonaecom	Obrigações Sonaecom SGPS 2005	150.000.000	Jun-13	Final	150.000.000	150.000.000
SGPS	Obrigações Sonaecom SGPS 2010	40.000.000	Mar-15	Final	40.000.000	-
	Obrigações Sonaecom SGPS 2010	30.000.000	Fev-13	Final	30.000.000	-
	Encargos financeiros suportados na emissão da dívida, por amortizar	-	-	-	(2.403.388)	(2.293.926)
	Juros corridos e não vencidos	-	-	-	943.581	1.698.751
	Justo valor do Swap	-	-	-	-	201.493
					218.540.193	149.606.318
Sonaecom	Papel Comercial	150.000.000	Jul-12	-	109.500.000	150.000.000
SGPS	Papel Comercial	100.000.000	Jul-10	-	-	100.000.000
	Papel Comercial	50.000.000	Jan-11	-	-	17.000.000
	Encargos financeiros suportados na emissão da dívida, por amortizar	-	-	-	(510.822)	(621.714)
	Juros corridos e não vencidos	-	-	-	58.492	137.936
					109.047.670	266.516.222
Unipress	Empréstimo bancário	-	-	-	526.405	206.250
Saphety	Suprimentos de minoritários	-	-	-	387.727	388.176
					328.501.995	416.716.966

b) Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos:

Denominação	Denominação	Limite	Vencimento	Tipo de amortização	Montante utilizado	
					2010	2009
Sonaecom	Papel Comercial	50.000.000	Jan-11	-	21.450.000	-
SGPS	Juros corridos e não vencidos	-	-	-	11.458	-
					21.461.458	-
Sonaecom SGPS	Conta caucionada - CGD	-	-	-	-	10.429.723
Diversas	Descobertos bancários	-	-	-	100.656	865.770
					21.562.114	11.295.493

Em Julho de 2007, a Sonaecom procedeu à contratação de um Programa de Emissões de Papel Comercial, até ao montante máximo de 250 milhões de Euros com garantia de subscrição e com vigência por um prazo de cinco anos, organizado pelo Banco Santander de Negócios Portugal e pela Caixa - Banco de Investimento.

O sindicato de garantia de colocação é composto pelas seguintes instituições: Banco Santander Totta, Caixa Geral de Depósitos, Banco BPI, Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (Portugal), Banco Comercial Português e BNP Paribas (sucursal em Portugal).

Adicionalmente, a Sonaecom dispõe de dois Programas de Emissões de Papel Comercial, até ao montante de 50 milhões e 25 milhões respectivamente, contratados em Janeiro de 2005 e Março de 2010, respectivamente, com garantia de subscrição e com maturidades de até um ano, eventualmente renováveis.

A garantia de colocação é actualmente assegurada pelo Banco Comercial Português e pelo Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (Portugal), no caso do programa de 50 milhões de Euros, e pela Caja de Ahorros Y Monte de Piedad de Madrid (representação em Portugal) no caso do programa de 25 milhões de euros.

Anexo às demonstrações financeiras consolidadas (continuação)

EM 31 MARÇO 2010 E 2009
(Montantes expressos em Euros)

Estes empréstimos vencem juros a taxas de mercado, indexadas à Euribor do respectivo prazo e foram todos contraídos em Euros.

A taxa de juro média dos empréstimos obrigacionistas, no período, foi de 2,06%.

Os empréstimos acima mencionados não têm garantias associadas e o cumprimento das obrigações assumidas ao abrigo dos mesmos é exclusivamente garantido pelas actividades e capacidade de geração de fundos da respectiva empresa devedora.

Em 31 de Março de 2010 e 2009, as dívidas a instituições de crédito (valores nominais), relacionadas com empréstimos obrigacionistas e papel comercial classificadas a médio e longo prazo, tinham o seguinte plano de reembolso e pagamento de juros previsto (valores determinados com base nas últimas taxas fixadas para cada tipo de empréstimo):

	N+1	N+2	N+3	N+4	N+5
2010					
Empréstimo obrigacionista					
Amortização	-	-	30.000.000	150.000.000	40.000.000
Juros	4.846.600	4.859.878	4.064.535	1.801.945	271.285
Papel Comercial					
Amortização	-	-	109.500.000	-	-
Juros	813.380	815.608	269.641	-	-
	5.659.980	5.675.486	143.834.176	151.801.945	40.271.285
2009					
Empréstimo obrigacionista					
Amortização	-	-	-	-	150.000.000
Juros	6.115.500	6.115.500	6.132.255	6.115.500	1.357.138
Papel Comercial					
Amortização	-	17.000.000	-	250.000.000	-
Juros	2.769.844	1.964.330	1.969.712	651.189	-
	8.885.344	25.079.830	8.101.967	256.766.689	151.357.138

Apesar da maturidade das emissões de papel comercial ser de curto prazo, as contrapartes assumiram a colocação e a manutenção dos referidos limites por um prazo de cinco anos.

Os suprimentos de minoritários, não têm qualquer maturidade definida.

Anexo às demonstrações financeiras consolidadas (continuação)

EM 31 MARÇO 2010 E 2009
(Montantes expressos em Euros)

Em 31 de Março de 2010 e 2009, as linhas de crédito disponíveis pelo Grupo são como segue:

Empresa	Tipo de crédito	Limite	Montante utilizado	Montante disponível	Maturidade	
					Até 12 meses	Mais de 12 meses
2010						
Sonaecom	Papel Comercial	150.000.000	109.500.000	40.500.000		x
Sonaecom	Papel Comercial	100.000.000	-	100.000.000	x	
Sonaecom	Papel Comercial	50.000.000	21.450.000	28.550.000	x	
Sonaecom	Papel Comercial	25.000.000	-	25.000.000	x	
Sonaecom	Empréstimo obrigacionista	150.000.000	150.000.000	-		x
Sonaecom	Empréstimo obrigacionista	40.000.000	40.000.000	-		x
Sonaecom	Empréstimo obrigacionista	30.000.000	30.000.000	-		x
Sonaecom	Contas caucionadas	26.500.000	-	26.500.000	x	
Sonaecom	Descobertos autorizados	2.500.000	-	2.500.000	x	
Público	Contas caucionadas	1.500.000	-	1.500.000	x	
		575.500.000	350.950.000	224.550.000		
2009						
Sonaecom	Papel Comercial	250.000.000	250.000.000	-		x
Sonaecom	Papel Comercial	70.000.000	17.000.000	53.000.000	x	
Sonaecom	Conta caucionada	15.000.000	10.429.723	4.570.277	x	
Sonaecom	Empréstimo obrigacionista	150.000.000	150.000.000	-		x
Público	Contas caucionadas	1.496.394	-	1.496.394	x	
Público	Contas caucionadas	1.500.000	-	1.500.000	x	
Público	Descobertos autorizados	1.246.995	-	1.246.995	x	
WeDo Brasil	Contas caucionadas	82.935	-	82.935	x	
		489.326.324	427.429.723	61.896.601		

Em 31 de Março de 2010 não existem instrumentos financeiros de cobertura de taxa de juro. Os existentes em 31 de Março de 2009 e os respectivos justos valores, calculados pelo método da actualização dos fluxos de caixa futuros, eram os seguintes:

Empresa	Financiamento coberto	Montante nominal	Vencimento	Indexante base trocado	Taxa contratada	Justo valor dos
						instrumentos financeiros
2009						
Sonaecom	Empréstimo obrigacionista	75.000.000	Jun-09	Euribor 6m	4,565%	201.493
						201.493

Em Setembro de 2007, a Sonaecom contratou um swap de taxa de juro, de montante nominal de 110 milhões de Euros, pelo prazo de 18 meses e com refixações semestrais, de forma a cobrir totalmente o risco de taxa de juro de uma das tranches de papel comercial que a Sonaecom emitiu em 13 de Setembro de 2007, pelo mesmo montante de 110 milhões de Euros e pelo prazo de seis meses. O vencimento deste swap de taxa de juro ocorreu em 13 de Março de 2009.

Em Dezembro de 2007, a Sonaecom contratou um swap de taxa de juro, de montante nominal de 75 milhões de Euros, pelo prazo de 18 meses e com refixações semestrais, de forma a cobrir 50% do risco de taxa de juro do empréstimo obrigacionista que a Sonaecom emitiu em Junho de 2005, pelo montante de 150 milhões de Euros, pelo prazo de oito anos e com refixações semestrais. O vencimento deste swap de taxa de juro ocorreu em 21 de Junho de 2009.

Durante o período findo em 31 de Março de 2009, os movimentos ocorridos no justo valor dos swaps relativos ao papel comercial, no montante de 174.106 Euros negativos, e relativo ao empréstimo obrigacionista, no montante de 279.681 Euros positivos foram registados na rubrica 'Reservas de cobertura' por serem considerados eficazes, conforme definido pela IAS 39.

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, os referidos instrumentos financeiros derivados atingiram a respectiva maturidade. Desta forma, a 31 de Março de 2010 a totalidade da dívida bruta encontra-se exposta a alterações nas taxas de juro de mercado.

16. Outros passivos financeiros não correntes

Em 31 de Março de 2010 e 2009, esta rubrica era composta por saldos de fornecedores de activos fixos tangíveis relativos a contratos de leasing cujo vencimento é superior a um ano nos montantes de 20.205.759 Euros e 21.775.291 Euros, respectivamente.

Anexo às demonstrações financeiras consolidadas (continuação)

EM 31 MARÇO 2010 E 2009
(Montantes expressos em Euros)

O plano de reembolso previsto para estes saldos, a 31 de Março de 2010 e 2009 era o seguinte:

	2010		2009	
	Pagamentos de leasing	Actualização dos pagamentos de leasing	Pagamentos de leasing	Actualização dos pagamentos de leasing
2009	-	-	3.070.575	2.036.329
2010	3.819.252	2.693.536	3.087.430	2.082.908
2011	2.914.593	2.052.054	2.828.536	1.922.981
2012	2.910.798	2.076.147	2.828.835	2.011.524
2013	2.738.701	1.992.811	2.660.752	1.932.887
2014 e seguintes	18.444.227	14.584.367	17.517.841	13.888.125
	30.827.571	23.398.915	31.993.969	23.874.754
Juros	(7.428.656)	-	(8.119.214)	-
	23.398.915	23.398.915	23.874.755	23.874.754
Parcela curto prazo (Nota 19)	-	(3.193.156)	-	(2.099.463)
	23.398.915	20.205.759	23.874.755	21.775.291

Os acordos de médio e longo prazo estabelecidos com fornecedores de capacidade de rede de fibra óptica em que o Grupo tenha o direito de utilizar essa rede e esta seja considerada como um activo específico são registados como locação financeira de acordo com a IAS 17 - Locações e com a IFRIC 4 - "Determinar se um acordo contém uma locação". Estes contratos têm uma duração entre 15 e 20 anos.

17. Provisões e perdas de imparidade acumuladas

O movimento ocorrido nas provisões e perdas de imparidade acumuladas durante os períodos findos em 31 de Março de 2010 e 2009 foi o seguinte:

Rubricas	Saldo inicial	Reforço	Utilização	Redução	Saldo final
2010					
Perdas de imparidade acumuladas em contas a receber	67.838.678	4.146.029	(5.618.960)	(1.363)	66.364.384
Perdas de imparidade acumuladas em existências	12.690.082	600.000	-	-	13.290.082
Provisões para outros riscos e encargos	32.175.824	(139.178)	(32.177)	(199.858)	31.804.611
	112.704.584	4.606.851	(5.651.137)	(201.221)	111.459.077
2009					
Perdas de imparidade acumuladas em contas a receber	75.788.067	5.306.882	(1.540.516)	(90)	79.554.343
Perdas de imparidade acumuladas em existências	11.273.207	527.224	-	-	11.800.431
Provisões para outros riscos e encargos	32.205.441	1.479.816	(28.000)	(196.491)	33.460.766
	119.266.715	7.313.922	(1.568.516)	(196.581)	124.815.540

O reforço das 'Provisões para outros riscos e encargos' inclui o montante de 142.579 Euros (754.320 Euros, em 2009) relativo à provisão para desmantelamento de sites, conforme previsto na IAS 16 - "Activos fixos tangíveis" (Nota 1.d)), sendo que em 2009 incluía ainda o montante de 84.456 Euros registado, na demonstração de resultados, em 'Imposto sobre o rendimento' (Nota 22). O reforço relativo a 'Perdas de imparidade acumuladas em existências' encontra-se registado, na demonstração de resultados, em 'Custo das vendas'. Desta forma, o montante de reforço registado na demonstração de resultados na rubrica de 'Provisões e perdas de imparidade' ascende a 3.864.272 Euros (6.475.147 Euros em 2009).

Anexo às demonstrações financeiras consolidadas (continuação)

EM 31 MARÇO 2010 E 2009
(Montantes expressos em Euros)

As utilizações referem-se, essencialmente, à utilização de provisões por contrapartida das contas correntes de clientes com imparidade da filial Sonaecom – Serviços de Comunicações, integralmente objecto de perdas de imparidade já reconhecidas na demonstração de resultados.

A 31 de Março de 2010 e 2009, o detalhe das provisões para outros riscos e encargos é como segue:

	2010	2009
Desmantelamento de sites	22.351.301	21.361.461
Contingências diversas	2.938.876	4.545.379
Processos judiciais em curso	2.092.361	2.745.234
Indemnizações a liquidar	388.580	675.357
Outros	4.033.493	4.133.335
	31.804.611	33.460.766

A rubrica de contingências diversas diz respeito a passivos prováveis resultantes de transacções diversas efectuadas em exercícios anteriores e cuja saída de fundos é provável.

Relativamente às provisões constituídas para processos judiciais em curso e para outros riscos e encargos, dada a incerteza de tais processos, o Conselho de Administração não consegue estimar, com fiabilidade, o momento em que tais provisões terão de ser utilizadas, pelo que não se procedeu à actualização financeira dos mesmos.

18. Titularização de Créditos

Em 30 de Dezembro de 2008, a subsidiária Sonaecom – Serviços de Comunicações, S.A., concretizou uma operação de titularização de créditos futuros, no montante de 100 milhões de Euros (98.569.400 Euros, líquidos de custos iniciais), através da qual cedeu os créditos futuros a serem gerados por uma carteira de contratos com clientes do segmento “Corporate”, ao abrigo do regime estabelecido no Decreto-Lei n.º 453/99, de 5 de Novembro.

Esta operação foi coordenada pelo Deutsche Bank, tendo os créditos sido alocados à sociedade TAGUS – Sociedade de Titularização de Créditos, S.A. (“TAGUS”), que, para o efeito, procedeu à emissão de obrigações titularizadas denominadas “Magma No. 1 Securitisation Notes”, às quais foi atribuído, pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, o código alfanumérico legalmente exigido (200812TGSSONSXXN0031).

As receitas futuras, nos montantes necessários para assegurar a realização pela TAGUS, dos pagamentos trimestrais de juros e capitais, devidos aos obrigacionistas da emissão associada a esta transacção, bem como os outros pagamentos devidos aos demais credores desta operação, serão alocadas pela Sonaecom – Serviços de Comunicações, S.A. ao longo dos exercícios de 2009 a 2013 até ao valor máximo de 213.840.362 Euros. Nos termos da operação, o montante a alocar nos próximos 12 meses (19.527.163 Euros) foi relevado no passivo corrente e o restante, no montante de 54.488.490, registado no passivo não corrente.

Esta transacção não implicou qualquer alteração no tratamento contabilístico dos créditos subjacentes, ou na relação com os respectivos clientes.

A 31 de Março de 2010 e 2009, o valor registado em ‘Titularização de créditos’ tinha o seguinte plano de maturidade:

	N+1	N+2	N+3	N+4	N+5	Total
2010						
Titularização de créditos	19.527.163	19.679.175	19.829.822	14.979.493	-	74.015.653
2009						
Titularização de créditos	19.491.488	19.629.764	19.753.244	19.872.830	14.991.615	93.738.941

Anexo às demonstrações financeiras consolidadas (continuação)

EM 31 MARÇO 2010 E 2009
(Montantes expressos em Euros)

19. Outros passivos financeiros

Em 31 de Março de 2010, a rubrica 'Outros passivos financeiros' inclui o montante de 3.193.156 Euros (2.099.463 Euros, em 2009) relativos à parcela de curto prazo dos contratos de leasing (Nota 16).

20. Fornecimentos e Serviços Externos

Em 31 de Março de 2010 e 2009, a rubrica 'Fornecimentos e serviços externos' apresentava a seguinte composição:

	2010	2009
Custos de interligação	52.755.699	51.758.772
Trabalhos especializados	14.598.267	16.238.699
Comissões	10.383.126	12.885.477
Rendas e alugueres	8.191.700	8.719.466
Outros subcontratos	7.175.728	6.752.462
Publicidade e propaganda	6.117.485	6.327.763
Aluguer de circuitos	5.735.062	6.630.491
Electricidade	2.612.889	2.402.577
Conservação e Reparação	1.594.944	1.747.207
Comunicação	1.472.838	1.937.187
Deslocações e estadas	1.168.615	1.087.510
Honorários	818.163	1.039.484
Outros	5.580.412	4.774.653
	118.204.928	122.301.748

Os compromissos assumidos em 31 de Março de 2010 e 2009 com contratos de locação operacional são como seguem:

	2010	2009
Pagamentos mínimos de locação operacional:		
2009	-	38.343.055
2010	36.592.652	43.718.432
2011	43.761.141	40.077.448
2012	40.575.605	37.530.296
2013	36.743.194	36.075.062
2014	31.666.624	30.505.419
2015	6.570.171	21.804.202
2016	27.538.877	-
Renováveis por 1 ano	3.650.937	4.845.307
	227.099.201	252.899.221

Durante o período findo em 31 de Março de 2010 foram reconhecidos 12.551.664 Euros (12.742.961 Euros, em 2009) na rubrica de 'Fornecimentos e serviços externos' relativos a rendas de locações operacionais, repartidas entre as rubricas 'Rendas e alugueres' e 'Alugueres de circuitos'.

A partir de 2008, para além das rendas relativas ao aluguer de edifícios a empresas do Grupo e os "rentings operacionais", foram incluídos nos compromissos assumidos com contratos de locação operacional o aluguer de "Sites" e o aluguer de circuitos, dada a natureza de tais contratos.

As rendas relativas a aluguer de espaço são maioritariamente compostas pelo contrato de aluguer do edifício Sonaecom em Lisboa, realizado durante o exercício de 2007 por um prazo de 5 anos e com a possibilidade de renovação anual. A actualização das rendas ocorrerá no final do primeiro ciclo do contrato, isto é, após os primeiros cinco anos.

Anexo às demonstrações financeiras consolidadas (continuação)

EM 31 MARÇO 2010 E 2009
(Montantes expressos em Euros)

21. Resultados financeiros

Os resultados financeiros dos períodos findos em 31 de Março de 2010 e 2009, têm a seguinte composição:

	2010	2009
Outros custos financeiros:		
Juros suportados	(3.288.531)	(5.447.088)
Empréstimos bancários	(1.746.533)	(3.458.589)
Juros securitização (Nota 18)	(983.105)	(1.456.080)
Juros de leasing	(249.604)	(249.080)
Juros do swap	-	(255.562)
Outros juros	(309.289)	(283.339)
Diferenças de câmbio desfavoráveis	(55.419)	(80.481)
Outros custos financeiros	(119.534)	(140.222)
	(3.463.484)	(5.667.791)
Outros proveitos financeiros:		
Juros obtidos	1.069.378	1.510.824
Diferenças de câmbio favoráveis	423.740	268.230
Outros proveitos financeiros	15	(38.686)
	1.493.133	1.740.368

No período findo em 31 de Março de 2010 e 2009, a rubrica 'Juros obtidos' inclui, principalmente, juros relativos a aplicações de tesouraria e juros de mora associados a processos em contencioso.

22. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento reconhecido nos períodos findos em 31 de Março de 2010 e 2009 é composto como segue ((custos)/proveitos):

	2010	2009
Imposto corrente	(708.108)	(586.608)
Imposto diferido activo (Nota 11)	(2.817.458)	(879.448)
Imposto diferido passivo (Nota 11)	(166.292)	(230.923)
	(3.691.858)	(1.696.979)

Anexo às demonstrações financeiras consolidadas (continuação)

EM 31 MARÇO 2010 E 2009
(Montantes expressos em Euros)

23. Partes relacionadas

Durante os períodos findos em 31 de Março de 2010 e 2009, os saldos e transacções mantidos com partes relacionadas respeitam, essencialmente, à actividade operacional do Grupo (prestação de serviços de telecomunicações e serviços de consultoria), bem como à concessão e obtenção de empréstimos.

Os saldos e transacções mais significativos efectuados com entidades relacionadas (as quais se encontram descritas em anexo), durante os períodos findos em 31 de Março de 2010 e 2009, foram os seguintes:

	Saldos em 31 de Março de 2010			
	Contas a receber	Contas a pagar	Aplicações de tesouraria	Outros activos/ (passivos)
Sonae	47.667	1.621	-	(110.404)
Modelo Continente Hipermercados, S.A.	1.751.747	1.313.609	-	(75.351)
Worten	1.479.936	5.042	-	(1.099.671)
Sonae Investments BV	-	-	71.810.000	-
France Telecom	2.216.258	2.620.060	-	(6.712.812)
	5.495.608	3.940.332	71.810.000	(7.998.238)

	Saldos em 31 de Março de 2009			
	Contas a receber	Contas a pagar	Aplicações de tesouraria	Outros activos/ (passivos)
Sonae	112.253	23.039	-	2.759
Modelo Continente Hipermercados, S.A.	2.394.072	1.555.562	-	(184.835)
Worten	4.952.220	12.941	-	(554.026)
Sonae Investments BV	-	-	95.000.000	113.577
France Telecom	2.646.812	3.897.076	-	(14.220.675)
	10.105.357	5.488.618	95.000.000	(14.843.200)

	Transacções durante o período findo em 31 de Março de 2010			
	Vendas e prestações de serviços	Fornecimento e serviços externos	Juros obtidos/ (suportados)	Proveitos suplementares
Sonae	25.072	35.909	81.745	-
Modelo Continente Hipermercados, S.A.	1.266.695	443.032	-	28.655
Worten	786.464	553.228	-	-
Sonae Investments BV	-	-	499.837	-
France Telecom	3.688.418	3.618.113	-	-
	5.766.649	4.650.282	581.583	28.655

	Transacções durante o período findo em 31 de Março de 2009			
	Vendas e prestações de serviços	Fornecimento e serviços externos	Juros obtidos/ (suportados)	Proveitos suplementares
Sonae	69.175	504.281	(2.739)	(5.220)
Modelo Continente Hipermercados, S.A.	2.138.898	578.869	-	77.667
Worten	2.506.893	732.738	-	-
Sonae Investments BV	-	-	900.508	-
France Telecom	4.052.719	1.902.692	-	-
	8.767.685	3.718.580	897.769	72.447

As transacções efectuadas entre empresas do Grupo foram eliminadas no processo de consolidação, pelo que não são divulgadas nesta nota.

Todas as transacções acima referidas foram efectuadas a preços de mercado.

As contas a receber e a pagar a empresas relacionadas, serão liquidadas em numerário e não se encontram cobertas por garantias. Durante os períodos findos em 31 de Março de 2010 e 2009, não foram reconhecidas perdas de imparidade em contas a receber de entidades relacionadas.

Uma listagem integral das partes relacionadas do Grupo Sonae.com é apresentada em anexo ao presente relatório.

Anexo às demonstrações financeiras consolidadas (continuação)

EM 31 MARÇO 2010 E 2009
(Montantes expressos em Euros)

24. Responsabilidades por garantias prestadas

O valor das garantias emitidas a favor de terceiros, em 31 de Março de 2010 e 2009, tinha a seguinte composição:

Empresa	Beneficiário da garantia	Descrição	2010	2009
Sonaecom – Serviços de Comunicações e Sonaecom	Direcção de Contribuições e Impostos	Reembolso do IVA	9.350.818	34.033.171
Sonaecom – Serviços de Comunicações	Direcção de Contribuições e Impostos	Liquidações adicionais de IRC	1.801.117	1.739.897
Sonaecom	Direcção de Contribuições e Impostos	Fiscalização Geral 2005	754.368	754.368
Sonaecom – Serviços de Comunicações e Público	Direcção de Contribuições e Impostos	Processo de impugnação – IVA	598.000	598.000
WeDo	Emirates Telecom. Corp., Oman Telecommunications, AD Makedonski e Pak Telecom	Boa execução de trabalhos a realizar	818.815	242.622
Sonaecom – Serviços de Comunicações	Direcção Geral do Tesouro	IRC – Retenção de rendimentos a não residentes	431.954	306.954
WeDo, Saphety e Digitmarket	IAPMEI	Projecto "HERMES" - QREN	327.730	-
Sonaecom – Serviços de Comunicações	Câmara Municipal de Coimbra, Lisboa, Braga, Elvas, Caldas da Rainha, Guarda, Mealhada, Barcelos e Faro	Boa execução de trabalhos a realizar nos municípios de Coimbra, Lisboa, Braga, Elvas, Caldas da Rainha, Guarda, Mealhada, Barcelos e Faro	272.283	288.595
Sonaecom – Serviços de Comunicações	Governo Civil de Lisboa	Garantir o cumprimento integral do plano de sorteios	287.906	290.060
Público	Tribunal de Trabalho de Lisboa	Processo de execução nº 199A/92	271.511	271.511
Sonaecom – Serviços de Comunicações e Digitmarket	Hewlett Packard	Contratos de locação financeira e de prestação de serviços	-	159.859
Público	Fazenda Pública do Porto	Processo de execução fiscal nº 3190/98	-	209.493
We Do	API	Candidatura PRIME	-	184.004
Sonaecom – Serviços de Comunicações	Governo Civil de Santarém	Garantir o cumprimento integral do plano de sorteios	-	119.703
Várias	Outros		1.050.274	1.083.901
			15.964.776	40.282.138

Em 31 de Março de 2010 e 2009, é convicção do Conselho de Administração do Grupo que do desfecho dos processos judiciais e fiscais em curso não irão surgir impactos materialmente relevantes para as demonstrações financeiras consolidadas anexas.

Anexo às demonstrações financeiras consolidadas (continuação)

EM 31 MARÇO 2010 E 2009
(Montantes expressos em Euros)

25. Informação por segmentos

Nos períodos findos em 31 de Março de 2010 e 2009 foram identificados como segmentos de negócio os seguintes:

- Telecomunicações;
- Multimédia;
- Sistemas de informação; e
- Actividades de Holding.

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, em resultado da aplicação dos critérios estabelecidos pela IFRS 8 – “Segmentos Operacionais”, cuja aplicação se tornou efectiva em 1 de Janeiro de 2009, foi identificado um novo segmento denominado “Actividades de Holding” que engloba todas as operações realizadas pelas empresas do grupo cuja actividade principal corresponde à gestão de participações sociais.

As restantes actividades do Grupo, para além das acima identificadas, encontram-se classificadas como não alocadas.

As transacções ocorridas nos períodos findos em 31 de Março de 2010 e 2009 inter-segmentos foram anuladas no processo de consolidação. Todas estas transacções foram efectuadas a preços de mercado.

As transferências e transacções entre segmentos são efectuadas nas condições comerciais e termos contratuais idênticos aos praticados para entidades terceiras, sendo na sua maioria relativas a juros de aplicações de tesouraria e fees de gestão.

A principal informação relativa aos segmentos de negócio existentes em 31 de Março de 2010 e 2009, preparada de acordo com as mesmas políticas e critérios contabilísticos adoptados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, é como segue:

6.2 Anexo às demonstrações financeiras consolidadas (continuação)

EM 31 MARÇO 2010 E 2009

(Montantes expressos em Euros)

	Telecomunicações		Multimédia		Sistemas de Informação		Actividades de Holding		Outros		Sub-Total		Eliminações		Total	
	Março	Março	Março	Março	Março	Março	Março	Março	Março	Março	Março	Março	Março	Março	Março	Março
	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009
Proveitos:																
Vendas e Prestações de serviços	190.418.064	197.790.935	7.379.024	7.412.399	32.432.216	39.922.211	1.796.115	1.822.858	55.200	55.200	232.080.619	247.003.603	(9.330.487)	(6.112.105)	222.750.132	240.891.498
Outros proveitos operacionais	1.608.401	1.401.634	48.112	53.794	114.077	246.281	844	-	-	-	1.771.434	1.701.709	(632.244)	(788.282)	1.139.190	913.427
Total de proveitos	192.026.465	199.192.569	7.427.136	7.466.193	32.546.293	40.168.492	1.796.959	1.822.858	55.200	55.200	233.852.053	248.705.312	(9.962.731)	(6.900.387)	223.889.322	241.804.925
Amortizações e depreciações	(33.284.679)	(38.950.909)	(377.185)	(376.084)	(563.644)	(435.828)	(29.804)	(33.129)	(7.381)	(7.201)	(34.262.693)	(39.803.151)	217.936	400.294	(34.044.757)	(39.402.857)
Resultado operacional do segmento	13.840.129	5.334.666	(816.780)	(1.279.611)	1.027.372	1.539.963	(208.125)	(608.359)	23.747	43.736	13.866.343	5.030.395	4.070	952.886	13.870.413	5.983.281
Juros líquidos	(2.000.307)	(2.617.657)	(31.326)	(24.972)	(103.145)	(20.069)	54.610	(1.297.742)	(5.818)	(10.539)	(2.085.986)	(3.970.979)	(133.167)	34.716	(2.219.153)	(3.936.263)
Ganhos e perdas em associadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros resultados financeiros	(119.936)	(123.052)	(467)	(1.981)	381.874	187.772	(5.886.727)	3.084.829	(40)	(40)	(5.625.296)	3.147.528	5.874.098	(3.138.688)	248.802	8.840
Impostos sobre o rendimento	(3.144.239)	(900.372)	40.054	(5.994)	(588.359)	(915.628)	(66.672)	364.670	(4.741)	(8.732)	(3.763.957)	(1.466.056)	72.099	(230.923)	(3.691.858)	(1.696.979)
Resultado líquido consolidado do exercício	8.575.647	1.693.585	(808.519)	(1.312.558)	717.742	792.038	(6.106.914)	1.543.398	13.148	24.425	2.391.104	2.740.888	5.817.100	(2.382.009)	8.208.204	358.879
Atribuível a:																
Accionistas da empresa mãe	8.575.647	1.693.585	(808.519)	(1.312.558)	662.313	681.157	(6.106.914)	1.543.398	13.148	24.425	2.335.675	2.630.007	5.822.460	(2.385.839)	8.158.135	244.168
Minoritários	-	-	-	-	55.429	110.881	-	-	-	-	55.429	110.881	(5.360)	3.830	50.069	114.711
Activos:																
Activos fixos tangíveis e Goodwill	844.897.871	839.021.134	5.561.834	6.506.854	63.869.376	62.129.147	514.687	641.175	1.588.884	1.596.311	916.432.652	909.894.621	456.810.600	457.022.294	1.373.243.252	1.366.916.915
Existências	20.725.725	19.051.241	435.018	842.788	1.447.395	5.635.738	-	-	-	-	22.608.138	25.529.767	-	-	22.608.138	25.529.767
Investimentos financeiros	1.282.025	1.282.025	436.509	436.509	907.494	907.494	1.117.166.353	1.074.936.051	-	-	1.119.792.381	1.077.562.079	(1.118.585.061)	(1.076.354.759)	1.207.320	1.207.320
Outros Activos não correntes	118.738.511	123.696.859	50.538	228.675	1.114.838	1.094.177	416.452.054	416.724.080	-	-	536.355.941	541.743.791	(417.147.908)	(417.792.056)	119.208.033	123.951.735
Outros activos correntes do segmento	354.262.050	310.566.237	10.231.986	9.736.008	42.781.053	42.563.336	85.951.674	121.876.980	78.918	73.645	493.305.681	484.816.206	(98.962.827)	(44.330.105)	394.342.854	440.486.101
Total	1.339.906.182	1.293.617.496	16.715.885	17.750.834	110.120.156	112.329.892	1.620.084.768	1.614.178.286	1.667.802	1.669.956	3.088.494.793	3.039.546.464	(1.177.885.196)	(1.081.454.626)	1.910.609.597	1.958.091.838
Passivos:																
Passivos do segmento	866.965.783	834.752.615	16.899.702	18.505.719	58.475.518	57.894.145	427.207.681	443.192.371	1.506.516	1.487.359	1.371.055.200	1.355.832.209	(401.956.447)	(330.895.072)	969.098.753	1.024.937.137
Total	866.965.783	834.752.615	16.899.702	18.505.719	58.475.518	57.894.145	427.207.681	443.192.371	1.506.516	1.487.359	1.371.055.200	1.355.832.209	(401.956.447)	(330.895.072)	969.098.753	1.024.937.137
Aumentos do activo fixo tangível	23.608.242	21.785.088	132.866	148.752	703.281	456.213	4.000.000	107.261	21.560	-	28.465.949	22.497.314	(4.382.227)	(362.001)	24.083.722	22.135.313

6.2 Anexo às demonstrações financeiras consolidadas (continuação)

EM 31 MARÇO 2010 E 2009
(Montantes expressos em Euros)

Apesar da fusão ocorrida em 2007, entre os negócios de telecomunicações móveis e fixos, ao nível de algumas rubricas de balanço e da demonstração de resultados, o Conselho de Administração do Grupo continua a separar a análise dos negócios conforme segue:

	Rede Móvel		Rede Fixa e Internet		Eliminações		Telecomunicações	
	Março	Março	Março	Março	Março	Março	Março	Março
	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009
Proveitos:								
Vendas e Prestações de serviços	142.465.275	146.815.099	60.877.858	64.259.807	(12.925.069)	(13.283.971)	190.418.064	197.790.935
Outros proveitos operacionais	8.335.188	8.721.304	104.867	(29.479)	(6.831.654)	(7.290.191)	1.608.401	1.401.634
Total de proveitos	150.800.463	155.536.403	60.982.725	64.230.328	(19.756.723)	(20.574.162)	192.026.465	199.192.569
Amortizações e depreciações								
Resultado operacional do segmento	21.944.813	14.734.966	(8.098.175)	(9.271.251)	(6.509)	(129.049)	13.840.129	5.334.666
Activos:								
Activos fixos tangíveis e Diferenças de consolidação	662.922.628	663.941.558	181.975.243	175.079.576	-	-	844.897.871	839.021.134
Existências	16.946.503	14.588.755	3.779.222	4.462.486	-	-	20.725.725	19.051.241
Investimentos financeiros	1.282.025	1.282.025	-	-	-	-	1.282.025	1.282.025
Aumentos do activo fixo tangível	17.994.602	13.653.510	5.613.640	7.779.719	-	351.859	23.608.242	21.785.088

Durante os períodos findos em 31 de Março de 2010 e 2009, as vendas e prestações de serviços inter-segmentos foram como segue:

	Telecomunicações	Multimédia	Sistemas de Informação	Actividades de Holding	Outros Sonaecom
2010					
Telecomunicações	-	61.579	6.778.433	1.705.220	55.200
Multimédia	300.323	-	46.810	40.393	-
Sistemas de Informação	245.787	15.000	-	48.803	-
Actividades de Holding	16.771	900	14.531	-	-
Outros Sonaecom	352	-	-	384	-
Outros	189.854.831	7.301.545	25.592.442	1.315	-
	190.418.064	7.379.024	32.432.216	1.796.115	55.200
2009					
Telecomunicações	-	30.494	3.567.898	1.735.782	55.200
Multimédia	297.451	-	71.330	36.767	-
Sistemas de Informação	223.446	15.000	-	49.063	-
Actividades de Holding	11.920	900	16.154	-	-
Outros Sonaecom	352	-	-	348	-
Outros	197.257.766	7.366.005	36.266.829	898	-
	197.790.935	7.412.399	39.922.211	1.822.858	55.200

26. Resultados por acção

Os resultados por acção, básicos e diluídos, são calculados dividindo o resultado líquido consolidado do período atribuível ao Grupo (8.158.135 Euros em 2010 e 244.168 Euros em 2009) pelo número médio de acções existente durante os períodos findos em 31 de Março de 2010 e 2009, deduzidas das acções próprias (358.377.683 em 2010 e 360.256.121 em 2009).

6.2 Anexo às demonstrações financeiras consolidadas (continuação)

EM 31 MARÇO 2010 E 2009
(Montantes expressos em Euros)

27. Planos de Incentivo de Médio Prazo

Em Junho de 2000, o Grupo Sonaecom implementou um sistema de incentivos em acções a colaboradores acima de determinado nível de função, que veio a assumir a forma de opções e acções da Sonaecom e acções da Sonae SGPS. O exercício dos direitos ocorre três anos após a sua atribuição, desde que o colaborador se mantenha na empresa durante esse período.

Durante o período findo em 31 de Março de 2010, os planos em aberto da Sonaecom são os seguintes:

	Cotação na data de atribuição*	Período de Diferimento		Número agregado de participantes	31 Março 2010
		Data de atribuição	Data de vencimento		Número de opções/acções
Acções Sonaecom					
Plano 2006	4,697	09-Mar-07	08-Mar-10	-	-
Plano 2007	2,447	10-Mar-08	09-Mar-11	390	1.673.945
Plano 2008	1,117	10-Mar-09	09-Mar-12	406	3.577.077
Plano 2009	1,685	10-Mar-10	08-Mar-13	415	2.570.488
Acções Sonae SGPS					
Plano 2006	1,680	09-Mar-07	08-Mar-10	-	-
Plano 2007	1,160	10-Mar-08	09-Mar-11	4	178.756
Plano 2008	0,526	10-Mar-09	09-Mar-12	4	373.627
Plano 2009	0,874	10-Mar-10	08-Mar-13	4	252.505

* Cotação média do mês anterior à data de atribuição, para as acções Sonaecom e cotação mais baixa entre a cotação média do mês anterior à data da Assembleia Geral de Accionistas e a cotação do dia seguinte à mesma, para as acções Sonae SGPS. Contudo, para os Planos 2006, as cotações usadas corresponderam a: Sonaecom - cotação média entre os dias 3 de Março e 5 de Abril de 2007; Sonae SGPS - cotação média entre os dias 13 de Fevereiro e 26 de Março de 2007. A excepção deve-se à data em que terminou a Oferta Pública de Aquisição sobre a PT e foi aprovada pela Comissão de Nomeação e Remuneração. Para o plano 2009, nas acções Sonae SGPS, a cotação corresponde de 12 Março 2010, uma vez que a Assembleia Geral se realizará a 27 Abril de 2010.

Durante o período findo em 31 de Março de 2010, os movimentos ocorridos ao abrigo dos planos indicados detalham-se da seguinte forma:

	Acções Sonaecom		Acções Sonae SGPS	
	Número agregado de participantes	Número de acções	Número agregado de participantes	Número de acções
Saldo a 31.12.2009				
Ainda diferidas	1.192	6.575.867	17	877.654
Total	1.192	6.575.867	17	877.654
Movimentos no período				
Atribuídas	415	2.570.488	4	252.505
Vencidas	(381)	(943.725)	(5)	(131.764)
Vencidas antecipadamente	(3)	(28.459)	-	-
Canceladas/Extintas/ Corrigidas ⁽¹⁾	(12)	(352.661)	(4)	(193.507)
Saldo a 31.03.2010				
Ainda diferidas	1.211	7.821.510	12	804.888
Total	1.211	7.821.510	12	804.888

(1) As correcções são efectuadas em função do dividendo pago e pelas alterações ao capital social

Para os planos de acções Sonaecom, S.G.P.S., S.A., a responsabilidade é calculada com base na cotação à data de 2 Janeiro de 2009, data a partir da qual vigora a alteração da forma de liquidação dos planos, com excepção dos planos atribuídos em 2009 e 2010, cuja responsabilidade é calculada com base na respectiva data de atribuição. A responsabilidade de tais planos é de 2.607.572 Euros e foi registada na rubrica 'Reservas para Planos de Incentivo de Médio Prazo'. Para os planos de acções Sonae SGPS, o Grupo celebrou contratos de cobertura com entidades externas, sendo a responsabilidade calculada com base no preço acordado, com excepção do plano atribuído em 2010, que não está coberto e cuja responsabilidade é calculada com base à data de balanço. A responsabilidade de tais planos é registada nas rubricas de 'Outros passivos correntes' e 'Outros passivos não correntes'.

6.2 Anexo às demonstrações financeiras consolidadas (continuação)

EM 31 MARÇO 2010 E 2009
(Montantes expressos em Euros)

Os custos dos planos de acções são reconhecidos ao longo do exercício que medeia a atribuição e o exercício das mesmas. Os custos reconhecidos em anos anteriores e no período findo em 31 de Março de 2010, são como se segue:

	Valor
Custos reconhecidos em exercícios anteriores	23.493.468
Custos reconhecidos no período	967.226
Custo do plano da subsidiária Exit (saída do consolidado)	(8.882)
Custo de planos exercidos em anos anteriores	(20.035.730)
Custos dos planos exercidos no período	(1.317.695)
Total de custos dos Planos	3.098.387
Registados em 'Outros passivos correntes'	166.078
Registados em 'Outros passivos não correntes'	324.737
Registado em Reservas	2.607.572

28. Outros Assuntos

Em 31 de Dezembro de 2009, existem saldos em aberto com operadores nacionais, registados nas rubricas de clientes e fornecedores, no montante de 37.139.253 Euros e 29.913.608 Euros, respectivamente, assim como saldos de 'Outros activos correntes' no valor de 411.649 Euros, e de 'Outros passivos correntes' no valor de 6.856.200 Euros, que resultam de um diferendo mantido, essencialmente, com a TMN-Telecomunicações Móveis, S.A. relativo a preços de interligação do ano de 2001, tendo os respectivos custos e proveitos sido registados nesse ano. A Empresa considerou nas demonstrações financeiras as tarifas mais penalizadoras. Em Primeira Instância a sentença foi totalmente favorável à Optimus. O Tribunal da Relação, em sede de recurso, julgou novamente improcedente os intentos da TMN. Contudo, a TMN voltou a recorrer desta decisão, agora para o Supremo Tribunal de Justiça, o qual confirmou a decisão do Tribunal da Relação julgando improcedentes os intentos da TMN.

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 5 de Maio de 2010.

Anexo

A 31 de Março de 2010, as partes relacionadas do Grupo Sonaecom são como segue:

Pessoal chave gerência

<p>Álvaro Carmona e Costa Portela Álvaro Cuervo Garcia Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier António de Sampaio e Mello Belmiro de Azevedo David Hobley Duarte Paulo Teixeira de Azevedo Franck Emmanuel Dangeard</p>	<p>Gervais Pellissier Jean François Pontal Luís Filipe Palmeira Lampreia Maria Cláudia Teixeira de Azevedo Michel Marie Bon Miguel Nuno Santos Almeida Nuno Manuel Moniz Trigo Jordão Nuno Miguel Teixeira Azevedo</p>
---	---

Empresas do Grupo Sonae/Efanor

<p>3DO Holding GmbH 3DO Shopping Centre GmbH 3shoppings – Holding,SGPS, S.A. ADD/Avaliações Engenharia de Avaliações e Perícias Ltda ADDmakler Administração e Corretagem de Seguros Ltda ADDmakler Administradora, Corretora de Seguros Partic. Ltda Adlands B.V. Aegean Park, S.A. Agepan Eiweiler Management GmbH Agepan Flooring Products, S.A.RL Agepan Tarket Lamine Park GmbH Co. KG Agloma Investimentos, Sgps, S.A. Agloma-Soc.Ind.Madeiras e Aglom., S.A. Águas Furtadas – Imobiliária, S.A. Airone – Shopping Center, Srl ALBCC Albufeirashopping C.Comercial SA ALEXA Administration GmbH ALEXA Asset GmbH & Co KG ALEXA Holding GmbH ALEXA Shopping Centre GmbH Alexa Site GmbH & Co. KG Algarveshopping – Centro Comercial, S.A. Alpêssego – Soc. Agrícola, S.A. Andar – Sociedade Imobiliária, S.A. Aqualuz – Turismo e Lazer, Lda Arat inmebles, S.A. ARP Alverca Retail Park,SA Arrábidashopping – Centro Comercial, S.A. Aserraderos de Cuellar, S.A. Atlantic Ferries – Tráf.Loc,Flu.e Marít, S.A.</p>	<p>Avenida M – 40 B.V. Avenida M – 40, S.A. Azulino Imobiliária, S.A. BB Food Service, S.A. Beeskow Holzwerkstoffe Bertimóvel – Sociedade Imobiliária, S.A. Best Offer – Prest. Inf. p/Internet, S.A. Bikini, Portal de Mulheres, S.A. Bloco Q – Sociedade Imobiliária, S.A. Bloco W – Sociedade Imobiliária, S.A. Boavista Shopping Centre BV BOM MOMENTO – Comércio Retalhista, SA Boulanger España, SL Box Lines Navegação, S.A. Campo Limpo, Lda Canasta – Empreendimentos Imobiliários, S.A. Carnes do Continente – Ind.Distr.Carnes, S.A. CarPlus – Comércio de Automóveis, S.A. Casa Agrícola de Ambrães, S.A. Casa Agrícola João e A. Pombo, S.A. Casa da Ribeira – Hotelaria e Turismo, S.A. Cascaishopping – Centro Comercial, S.A. Cascaishopping Holding I, SGPS, S.A. CCCB Caldas da Rainha – Centro Comercial,SA Centro Colombo – Centro Comercial, S.A. Centro Residencial da Maia,Urban., S.A. Centro Vasco da Gama – Centro Comercial, S.A. Change, SGPS, S.A. Chão Verde – Soc.Gestora Imobiliária, S.A. Choice Car – Comércio de Automóveis, S.A.</p>
--	---

Anexo (continuação)

Choice Car SGPS, S.A.	Fontana Corretora de Seguros Ltda
Cia.de Industrias e Negócios, S.A.	Fozimo – Sociedade Imobiliária, S.A.
Cinclus Imobiliária, S.A.	Fozmassimo – Sociedade Imobiliária, S.A.
Citorres – Sociedade Imobiliária, S.A.	Freccia Rossa – Shopping Centre S.r.l.
Clérigoshopping – Gestão do C.Comerc., S.A.	Friengineering International Ltda
Coimbrashopping – Centro Comercial, S.A.	Fundo de Invest. Imobiliário Imosede
Colombo Towers Holding, BV	Fundo I.I. Parque Dom Pedro Shop.Center
Contacto Concessões, SGPS, S.A.	Fundo Invest.Imob.Shopp. Parque D.Pedro
Contibomba – Comérc.Distr.Combustiveis, S.A.	Gaiashopping I – Centro Comercial, S.A.
Contimobe – Imobil.Castelo Paiva, S.A.	Gaiashopping II – Centro Comercial, S.A.
Continente Hipermercados, S.A.	GHP GmbH
Contry Club da Maia-Imobiliaria, S.A.	Gli Orsi Shopping Centre 1 Srl
Cooper Gay (Holding) Limited	Global S – Hipermercado, Lda
Craiova Mall BV	Glunz AG
Cronosaúde – Gestão Hospitalar, S.A.	Glunz Service GmbH
Cumulativa – Sociedade Imobiliária, S.A.	Glunz UK Holdings Ltd
Darbo S.A.S	Glunz Uka GmbH
Developpement & Partenariat Assurances, S.A.	Golf Time – Golfe e Invest. Turísticos, S.A.
Difusão – Sociedade Imobiliária, S.A.	GOOD AND CHEAP – Comércio Retailista, S.A.
Distrifin – Comercio y Prest.Servicios, S.A.	Guerin – Rent a Car (Dois), Lda.
Dortmund Tower GmbH	Guimarãeshopping – Centro Comercial, S.A.
Dos Mares – Shopping Centre B.V.	Harvey Dos Iberica, S.L.
Dos Mares – Shopping Centre, S.A.	Hercu Consultoria de Riscos e Corretora de Seguros Ltda
Ecociclo – Energia e Ambiente, S.A.	HIPOTÉTICA – Comércio Retailista, SA
Ecociclo II	Hornitex Polska Sp z.o.o
Edições Book.it, S.A.	Iberian Assets, S.A.
Edifícios Saudáveis Consultores, S.A.	IGI – Investimento Imobiliário, S.A.
Efanor – Design e Serviços, S.A.	Igimo – Sociedade Imobiliária, S.A.
Efanor – Indústria de Fios, S.A.	Iginha – Sociedade Imobiliária, S.A.
Efanor Investimentos, SGPS, S.A.	Imoareaia – Invest. Turísticos, SGPS, S.A.
Efanor Serviços de Apoio à Gestão, S.A.	Imobiliária da Cacula, S.A.
El Rosal Shopping, S.A.	Imoclub – Serviços Imobiliários, S.A.
Empreend.Imob.Quinta da Azenha, S.A.	Imoconti – Soc.Imobiliária, S.A.
Equador & Mendes, Lda	Imodivor – Sociedade Imobiliária, S.A.
Espimaia – Sociedade Imobiliária, S.A.	Imoestrutura – Soc.Imobiliária, S.A.
Estação Oriente – Gest.de Galerias Com., S.A.	Imoferro – Soc.Imobiliária, S.A.
Estação Viana – Centro Comercial, S.A.	Imohotel – Emp.Turist.Imobiliários, S.A.
Estêvão Neves – Hipermercados Madeira, S.A.	Imomuro – Sociedade Imobiliária, S.A.
Etablissement A. Mathe, S.A.	Imopenínsula – Sociedade Imobiliária, S.A.
Euromegantic, Lteé	Imoplamac Gestão de Imóveis, S.A.
Euroresinas – Indústrias Químicas, S.A.	Imoponte – Soc.Imobiliaria, S.A.
Farmácia Seleção, S.A.	Imoresort – Sociedade Imobiliária, S.A.
Finlog – Aluguer e Comércio de Automóveis, S.A.	Imoresultado – Soc.Imobiliaria, S.A.

Anexo (continuação)

Imosedas – Imobiliária e Serviços, S.A.	Martimope – Sociedade Imobiliária, S.A.
Imosistema – Sociedade Imobiliária, S.A.	Marvero – Expl.Hoteleira Imob., S.A.
Imosonae II	MC Property Management S.A.
Impaper Europe GmbH & Co. KG	MC SGPS, S.A.
Implantação – Imobiliária, S.A.	MDS Consultores, S.A.
Infoclean – Informática, S.A.	MDS Corretor de Seguros, S.A.
Inparsa – Gestão Galeria Comercial, S.A.	Mediterranean Cosmos Shop. Centre Investments, S.A.
Inparvi SGPS, S.A.	Megantic BV
Integrum – Edifícios Sustentáveis, S.A.	Miral Administração e Corretagem de Seguros Ltda
Integrum – Serviços Partilhados, S.A.	MJLF – Empreendimentos Imobiliários, S.A.
Interclean, S.A.	Modalfa – Comércio e Serviços, S.A.
Interlog – SGPS, S.A.	MODALLOOP – Vestuário e Calçado, S.A.
Inventory – Acessórios de Casa, S.A.	Modelo – Dist.de Mat. de Construção, S.A.
Investalentejo, SGPS, S.A.	Modelo Cont. Seguros-Soc. De Mediação, Lda
Invsauade – Gestão Hospitalar, S.A.	Modelo Continente – Oper.Retalho SGPS, S.A.
Ipaper – Industria Papeis Impregnados, S.A.	Modelo Continente Hipermercados, S.A.
ISF – Imobiliário, Serviços e Participaç	Modelo Continente, SGPS, S.A.
Isoroy SAS	Modelo Hiper Imobiliária, S.A.
JUST SPORT – Comércio Art. Desporto, S.A.	Modelo Hipermercados Trading, S.A.
KLC Holdings XII S.A.	Modelo.com – Vendas p/Correspond., S.A.
La Farga – Shopping Center, SL	Monselice Centre Srl
Larim Corretora de Resseguros Ltda	Movelpartes – Comp.para Ind.Mobiliária, S.A.
Larissa Develop. Of Shopping Centers, S.A.	Movimento Viagens – Viag. e Turismo U.Lda
Lazam – MDS Corretora e Administradora de Seguros, S.A.	Mundo Vip – Operadores Turisticos, S.A.
Lazam Corretora, Ltda.	NA – Comércio de Artigos de Desporto, S.A.
LCC LeiriaShopping Centro Comercial SA	NA – Equipamentos para o Lar, S.A.
Le Terrazze - Shopping Centre 1 Srl	NAB, Sociedade Imobiliária, S.A.
Lembo Services Ltd (Euro)	Norscut – Concessionária de Scut Interior Norte, S.A.
Libra Serviços, Lda.	Norte Shop. Retail and Leisure Centre BV
Lidergraf – Artes Gráficas, Lda.	Norteshopping – Centro Comercial, S.A.
Lima Retail Park, S.A.	Nova Equador Internacional,Ag.Viag.T, Ld
Loureshopping – Centro Comercial, S.A.	Nova Equador P.C.O. e Eventos
Luso Assistência – Gestão de Acidentes, S.A.	Novobord (PTY) Ltd.
Luz del Tajo – Centro Comercial S.A.	Oeste Retail Park – Gestão G.Comerc., S.A.
Luz del Tajo B.V.	Operscut – Operação e Manutenção de Auto-estradas, S.A.
Madeirashopping – Centro Comercial, S.A.	OSB Deustchland GmbH
Maiashopping – Centro Comercial, S.A.	Paracentro – Gest.de Galerias Com., S.A.
Maiequipa – Gestão Florestal, S.A.	Pareuro, BV
Marcas do Mundo – Viag. e Turismo Unip, Lda	Park Avenue Develop. of Shop. Centers S.A.
Marcas MC, ZRT	Parque Atlântico Shopping – C.C., S.A.
Marimo – Exploração Hoteleira Imobiliária	Parque D. Pedro 1 B.V.
Marina de Tróia S.A.	Parque D. Pedro 2 B.V.
Marinamagic – Expl.Cent.Lúdicos Marít, Lda	Parque de Famalicão – Empr. Imob., S.A.
Marmagno – Expl.Hoteleira Imob., S.A.	Parque Principado SL

Anexo (continuação)

Pátio Boavista Shopping Ltda.	Proj.Sierra Portugal VIII – C.Comerc., S.A.
Pátio Campinas Shopping Ltda	Project 4, Srl
Pátio Goiânia Shopping Ltda	Project SC 1 BV
Pátio Londrina Empreend. e Particip. Ltda	Project SC 2 BV
Pátio Penha Shopping Ltda.	Project Sierra 1 B.V.
Pátio São Bernardo Shopping Ltda	Project Sierra 10 BV
Pátio Sertório Shopping Ltda	Project Sierra 2 B.V.
Peixes do Continente – Ind.Dist.Peixes, S.A.	Project Sierra 3 BV
Pharmaconcept – Actividades em Saúde, S.A.	Project Sierra 4 BV
PHARMACONTINENTE – Saúde e Higiene, S.A.	Project Sierra 5 BV
PJP – Equipamento de Refrigeração, Lda	Project Sierra 6 BV
Plaza Eboli B.V.	Project Sierra 7 BV
Plaza Eboli – Centro Comercial S.A.	Project Sierra 8 BV
Plaza Mayor Holding, SGPS, S.A.	Project Sierra 9 BV
Plaza Mayor Parque de Ócio B.V.	Project Sierra Brazil 1 B.V.
Plaza Mayor Parque de Ocio, S.A.	Project Sierra Charagionis 1 S.A.
Plaza Mayor Shopping B.V.	Project Sierra Germany Shop. Center 1 BV
Plaza Mayor Shopping, S.A.	Project Sierra Germany Shop. Center 2 BV
Ploi Mall BV	Project Sierra Italy 5 Srl
Ploiesti Shopping Center (Euro)	Project Sierra One Srl
Poliface Brasil, Ltda	Project Sierra Spain 1 B.V.
Poliface North America	Project Sierra Spain 2 – Centro Comer. S.A.
Porturbe – Edifícios e Urbanizações, S.A.	Project Sierra Spain 2 B.V.
Praedium II – Imobiliária, S.A.	Project Sierra Spain 3 – Centro Comer. S.A.
Praedium III – Serviços Imobiliários, S.A.	Project Sierra Spain 3 B.V.
Praedium SGPS, S.A.	Project Sierra Spain 5 BV
Predicomercial – Promoção Imobiliária, S.A.	Project Sierra Spain 6 – Centro Comer. S.A.
Prédios Privados Imobiliária, S.A.	Project Sierra Spain 6 B.V.
Predisedas – Predial das Sedas, S.A.	Project Sierra Spain 7 – Centro Comer. S.A.
Pridelease Investments, Ltd	Project Sierra Spain 7 B.V.
Proj. Sierra Germany 1 – Shop.C. GmbH	Project Sierra Three Srl
Proj. Sierra Germany 4 (four) – Sh.C.GmbH	Project Sierra Two Srl
Proj. Sierra Italy 2 – Dev.of Sh.C. Srl	Promessa Sociedade Imobiliária, S.A.
Proj.Sierra 1 – Shopping Centre GmbH	Prosa – Produtos e serviços agrícolas, S.A.
Proj.Sierra Germany 2 (two) – Sh.C.GmbH	Publimeios – Soc.Gestora Part. Finan., S.A.
Proj.Sierra Germany 3 (three) – Sh.C.GmbH	Puravida – Viagens e Turismo, S.A.
Proj.Sierra Italy 1 – Shop.Centre Srl	Racionaliz. y Manufact.Florestales, S.A.
Proj.Sierra Italy 2 – Dev. Of Sh.C.Srl	RASO, SGPS, S.A.
Proj.Sierra Italy 3 – Shop. Centre Srl	Resoflex – Mob.e Equipamentos Gestão, S.A.
Proj.Sierra Portugal III – C.Comerc., S.A.	Resolução, SGPS, S.A.
Proj.Sierra Portugal IV – C.Comerc., S.A.	Rio Sul – Centro Comercial, S.A.
Proj.Sierra Portugal V – C.Comercial, S.A.	River Plaza Mall, Srl
Proj.Sierra Portugal VII – C. Comerc., S.A.	Rochester Real Estate, Limited

Anexo (continuação)

RSI Corretora de Seguros Ltda	Sierra Investimentos Brasil Ltda
S. C. Setler Mina Srl	Sierra Investments (Holland) 1 B.V.
S.C. Microcom Doi Srl	Sierra Investments (Holland) 2 B.V.
Saúde Atlântica – Gestão Hospitalar, S.A.	Sierra Investments Holding B.V.
SC – Consultadoria, S.A.	Sierra Investments SGPS, S.A.
SC – Eng. e promoção imobiliária,SGPS, S.A.	Sierra Italy Holding B.V.
SC Aegean B.V.	Sierra Man.New Tech.Bus. – Serv.Comu.CC, S.A.
SC Assets SGPS, S.A.	Sierra Management Germany GmbH
SC Mediterraneo Cosmos B.V.	Sierra Management Hellas S.A.
SCS Beheer, BV	Sierra Management II – Gestão de C.C. S.A.
Selfrio – Engenharia do Frio, S.A.	Sierra Management Italy S.r.l.
Selfrio,SGPS, S.A.	Sierra Management Portugal – Gest. CC, S.A.
Selifa – Empreendimentos Imobiliários, S.A.	Sierra Management Spain – Gestión C.Com.S.A.
Sempre à Mão – Sociedade Imobiliária, S.A.	Sierra Management, SGPS, S.A.
Sempre a Postos – Produtos Alimentares e Utilidades, Lda	Sierra Portugal Fund, Sarl
Serra Shopping – Centro Comercial, S.A.	Sierra Property Management, Srl
Sesagest – Proj.Gestão Imobiliária, S.A.	SII – Soberana Invest. Imobiliários, S.A.
Sete e Meio – Invest. Consultadoria, S.A.	SIRS – Sociedade Independente de Radiodifusão Sonora, S.A.
Sete e Meio Herdades – Inv. Agr. e Tur., S.A.	Sistavac – Sist.Aquecimento,V.Ar C., S.A.
Shopping Centre Colombo Holding, BV	SKK – Central de Distr., S.A.
Shopping Centre Parque Principado B.V.	SKK SRL
Shopping Penha B.V.	SKKFOR – Ser. For. e Desen. de Recursos
Siaf – Soc.Iniciat.Aprov.Florestais, S.A.	SMP – Serv. de Manutenção Planeamento
SIAL Participações Ltda	Soc.Inic.Aproveit.Florest. – Energias, S.A.
Sic Indoor – Gestão de Suportes Publicitários, S.A.	Sociedade de Construções do Chile, S.A.
Sierra Asset Management – Gest. Activos, S.A.	Sociedade Imobiliária Troia – B3, S.A.
Sierra Asset Management Luxemburg, Sarl	Société de Tranchage Isoroy S.A.S.
Sierra Brazil 1 B.V.	Société des Essences Fines Isoroy
Sierra Charagionis Develop.Sh. Centre S.A.	Société Industrielle et Financière Isoroy
Sierra Charagionis Propert.Management S.A.	Socijofra – Sociedade Imobiliária, S.A.
Sierra Corporate Services – Ap.Gestão, S.A.	Sociloures – Soc.Imobiliária, S.A.
Sierra Corporate Services Holland, BV	Soconstrução BV
Sierra Develop.Iberia 1, Prom.Imob., S.A.	Sodesa, S.A.
Sierra Development Greece, S.A.	Soflorin, BV
Sierra Developments – Serv. Prom.Imob., S.A.	Soira – Soc.Imobiliária de Ramalde, S.A.
Sierra Developments Germany GmbH	Solaris Supermercados, S.A.
Sierra Developments Germany Holding B.V.	Solinca – Investimentos Turísticos, S.A.
Sierra Developments Holding B.V.	Solinca III – Desporto e Saúde, S.A.
Sierra Developments Italy S.r.l.	Solinfitness – Club Malaga, S.L.
Sierra Developments Services Srl	Soltroia – Imob.de Urb.Turismo de Tróia, S.A.
Sierra Developments Spain – Prom.C.Com.SL	Sonae Capital Brasil, Lda
Sierra Developments, SGPS, S.A.	Sonae Capital,SGPS, S.A.
Sierra Enplanta Ltda	Sonae Center Serviços, S.A.
Sierra European R.R.E. Assets Hold. B.V.	Sonae Centre II S.A.
Sierra GP Limited	Sonae Financial Participations BV

Anexo (continuação)

<p>Sonae Ind., Prod. e Com.Deriv.Madeira, S.A. Sonae Indústria – SGPS, S.A. Sonae Indústria Brasil, Ltda Sonae Industria de Revestimentos, S.A. Sonae Investments, BV Sonae Novobord (PTY) Ltd Sonae RE, S.A. Sonae Retalho Espana – Servicios Gen., S.A. Sonae Serviços de Gestão, S.A. Sonae SGPS, S.A. Sonae Sierra Brasil Ltda Sonae Sierra Brazil B.V. Sonae Sierra, SGPS, S.A. Sonae Tafibra (UK), Ltd Sonae Tafibra Benelux, BV Sonae Turismo – SGPS, S.A. Sonae Turismo Gestão e Serviços, S.A. Sonae UK, Ltd. Sonaecenter Serviços, S.A. Sonaegest – Soc.Gest.Fundos Investimentos Sondis Imobiliária, S.A. Sontaria – Empreend.Imobiliários, S.A. Sontel BV Sontur BV Sonvecap BV Sopair, S.A. Sótaqua – Soc. de Empreendimentos Turist Spanboard Products, Ltd SPF – Sierra Portugal Real Estate, Sarl Spinveste – Gestão Imobiliária SGII, S.A. Spinveste – Promoção Imobiliária, S.A. Sport Zone – Comércio Art.Desporto, S.A. SRP Development, SA SRP-Parque Comercial de Setúbal, S.A. Tableros Tradema, S.L. Tafiber, Tableros de Fibras Ibéricas, SL Tafibras Participações, S.A. Tafisa – Tableros de Fibras, S.A. Tafisa Canadá Societé en Commandite Tafisa France, S.A. Tafisa UK, Ltd</p>	<p>Taiber, Tableros Aglomerados Ibéricos, SL Tarkett Agepan Laminate Flooring SCS Tavapan, S.A. Tecmasa Reciclados de Andalucia, SL Teconologias del Medio Ambiente, S.A. Terra Nossa Corretora de Seguros Ltda Textil do Marco, S.A. Tlantic Portugal – Sist. de Informação, S.A. Tlantic Sistemas de Informação Ltd^a Todos os Dias – Com.Ret.Expl.C.Comer., S.A. Tool Gmbh Torre Colombo Ocidente – Imobiliária, S.A. Torre Colombo Oriente – Imobiliária, S.A. Torre São Gabriel – Imobiliária, S.A. TP – Sociedade Térmica, S.A. Troia Market – Supermercados, S.A. Troia Market, S.A. Tróia Natura, S.A. Troiaresort – Investimentos Turísticos, S.A. Troiaverde – Expl.Hoteleira Imob., S.A. Tulipamar – Expl.Hoteleira Imob., S.A. Unishopping Administradora Ltda. Unishopping Consultoria Imob. Ltda. Urbisedas – Imobiliária das Sedas, S.A. Valecenter Srl Valor N, S.A. Vastgoed One – Sociedade Imobiliária, S.A. Vastgoed Sun – Sociedade Imobiliária, S.A. Venda Aluga – Sociedade Imobiliária, S.A. Via Catarina – Centro Comercial, S.A. Viajens y Turismo de Geotur España, S.L. Vuelta Omega, S.L. WELL W – Electrodomésticos e Equip., SA World Trade Center Porto, S.A. Worten – Equipamento para o Lar, S.A. Worten España, S.A. Zubiarte Inversiones Inmob, S.A.</p>
---	--

Empresas do Grupo FT

France Telecom, S.A.	Atlas Services Belgium, SA.
----------------------	-----------------------------

Demonstrações financeiras individuais da Sonaecom

SONAECOM, S.G.P.S., S.A.
(Montantes expressos em Euros)

Balanços

Para os períodos findos em 31 de Março de 2010 e 2009 e para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2009

	Notas	Março 2010	Março 2009	Dezembro 2009
ACTIVO				
Activos não correntes:				
Activos fixos tangíveis	1.a), 1.e) e 2	492.721	595.712	516.887
Activos intangíveis	1.b) e 3	21.965	45.462	27.603
Investimentos em empresas do grupo	1.c) e 5	925.155.905	900.267.905	925.155.905
Outros activos não correntes	1.c), 1.l), 1.m), 4 e 6	636.353.900	586.455.222	635.868.036
Impostos diferidos activos	1.k), 1.m) e 7	-	378.726	-
Total de activos não correntes		1.562.024.491	1.487.743.027	1.561.568.431
Activos correntes:				
Outras dívidas de terceiros	1.d), 1.f), 4 e 8	7.437.677	87.289.300	7.618.844
Outros activos correntes	1.l), 1.m)	5.750.262	9.299.780	7.001.871
Caixa e equivalentes de caixa	1.g), 4 e 9	2.030.491	11.975.745	3.189.749
Total de activos correntes		15.218.430	108.564.825	17.810.464
Total activo		1.577.242.921	1.596.307.852	1.579.378.895
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO				
Capital próprio:				
Capital social	10	366.246.868	366.246.868	366.246.868
Ações próprias	1.o) e 11	(13.181.502)	(10.999.396)	(12.809.015)
Reservas	1.n)	788.042.339	795.392.406	795.738.278
Resultado líquido do período		8.914.237	2.380.146	(6.056.465)
Total do capital próprio		1.150.021.942	1.153.020.024	1.143.119.666
Passivo:				
Passivo não corrente:				
Empréstimos de longo prazo líquidos da parcela de curto prazo	1.h), 4 e 12.a)	328.098.685	416.744.254	298.531.561
Provisões para outros riscos e encargos	1.j) e 13	41.634	514.634	41.634
Outros passivos não correntes	1.l), 1.m), 1.r)	268.910	95.057	247.722
Impostos diferidos passivos	1.k), 1.m) e 7	71.935	-	10.480
Total de passivos não correntes		328.481.164	417.353.945	298.831.397
Passivo corrente:				
Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos	1.h), 1.g), 4 e 12.b)	95.903.077	20.021.938	134.585.855
Outras dívidas a terceiros	4	1.249.995	4.695.230	798.465
Outros passivos correntes	1.l), 1.m), 1.r)	1.586.743	1.216.715	2.043.512
Total de passivos correntes		98.739.815	25.933.883	137.427.832
Total do passivo e capital próprio		1.577.242.921	1.596.307.852	1.579.378.895

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras em 31 de Março de 2010 e 2009.

O Técnico Oficial de Contas

Patrícia Maria Cruz Ribeiro da Silva

O Conselho de Administração

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo

António Sampaio e Mello

Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério

Gervais Gilles Pellissier

Miguel Nuno Santos Almeida

David Charles Denholm Hobley

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

Jean-François René Pontal

Nuno Miguel Moniz Trigoso Santos Jordão

Frank Emmanuel Dangeard

Demonstrações financeiras individuais da Sonaecom (continuação)

SONAECOM, S.G.P.S.S.A.

(Montantes expressos em Euros)

Demonstrações dos resultados por naturezas

Para os períodos findos em 31 de Março de 2010 e 2009 e para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2009

	Notas	Março 2010	Março 2009	Dezembro 2009
Prestações de serviços		1.802.202	1.828.380	7.114.067
Outros proveitos operacionais	1.f)	844	(5.518)	23.247
		1.803.046	1.822.862	7.137.314
Fornecimentos e serviços externos	14	(765.863)	(712.708)	(3.548.014)
Custos com o pessoal	1.r)	(1.142.280)	(1.196.676)	(4.612.452)
Amortizações e depreciações	1.a), 1.b), 1.q), 2 e 3	(29.804)	(33.128)	(134.923)
Provisões e perdas de imparidade	1.j), 1.q) e 13	-	(450.000)	(14)
Outros custos operacionais		(47.405)	(8.353)	(92.792)
		(1.985.352)	(2.400.865)	(8.388.195)
Ganhos e perdas em investimentos em empresas do grupo	15	8.759.322	3.480.000	(6.071.000)
Outros custos financeiros	1.c), 1.h), 1.q), 12 e 15	(2.003.572)	(4.196.700)	(10.904.516)
Outros proveitos financeiros	1.c), 12 e 15	2.413.618	3.310.518	12.240.316
Resultados correntes		8.987.062	2.015.815	(5.986.081)
Imposto sobre o rendimento	1.k) e 7	(72.825)	364.331	(70.384)
Resultado líquido do período		8.914.237	2.380.146	(6.056.465)
Resultados por acção	18			
Incluindo operações em descontinuação				
Básicos		0,02	0,01	(0,02)
Diluídos		0,02	0,01	(0,02)
Excluindo operações em descontinuação				
Básicos		0,02	0,01	(0,02)
Diluídos		0,02	0,01	(0,02)

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras em 31 de Março de 2010 e 2009.

O Técnico Oficial de Contas

Patrícia Maria Cruz Ribeiro da Silva

O Conselho de Administração

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo

António Sampaio e Mello

Ángelo Gabriel Ribeirinho Paupério

Gervais Gilles Pellissier

Miguel Nuno Santos Almeida

David Charles Denholm Hobley

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

Jean-François René Pontal

Nuno Miguel Moniz Trigo Santos Jordão

Frank Emmanuel Dangeard

Demonstrações financeiras individuais da Sonaecom (continuação)

SONAECOM, S.G.P.S.S.A.

(Montantes expressos em Euros)

Demonstrações do rendimento integral

Para os períodos findos em 31 de Março de 2010 e 2009

	Notas	Março 2010	Março 2009
Resultado líquido do período		8.914.237	2.380.146
Componentes de outro rendimento integral do exercício, líquido de imposto:			
Aumento/(diminuição) do justo valor dos instrumentos financeiros de cobertura	1.i) e 12	-	105.575
Componentes de outro rendimento integral do período, líquido de imposto		-	105.575
Rendimento integral do período		8.914.237	2.485.721

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras em 31 de Março de 2010 e 2009.

O Técnico Oficial de Contas

Patrícia Maria Cruz Ribeiro da Silva

O Conselho de Administração

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo

António Sampaio e Mello

Ángelo Gabriel Ribeirinho Paupério

Gervais Gilles Pellissier

Miguel Nuno Santos Almeida

David Charles Denholm Hobley

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

Jean-François René Pontal

Nuno Miguel Moniz Trigoso Santos Jordão

Frank Emmanuel Dangeard

Demonstrações financeiras individuais da Sonaecom (continuação)

SONAECOM, S.G.P.S., S.A.

(Montantes expressos em Euros)

Demonstrações das alterações no capital próprio

Para os períodos findos em 31 de Março de 2010 e 2009

	Reservas									Resultado líquido	Total
	Capital social	Acções próprias (Nota 11)	Prémios de emissão de acções	Reserva legal	Planos Incentivo de Médio Prazo (Nota 19)	Reservas de acções próprias	Reservas de cobertura	Outras reservas	Total de reservas		
2010											
Saldo em 31 de Dezembro de 2009	366.246.868	(12.809.015)	775.290.377	1.985.181	361.418	12.809.015	-	5.292.287	795.738.278	(6.056.465)	1.143.119.666
Aplicação do resultado líquido de 2009	-	-	-	-	-	-	-	(6.056.465)	(6.056.465)	6.056.465	-
Utilização da reserva legal para cobertura de prejuízos acumulados	-	-	-	(764.178)	-	-	-	764.178	-	-	-
Rendimento integral do período findo em 31 de Março de 2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8.914.237	8.914.237
Entrega de acções próprias no âmbito dos Planos de Incentivo de Médio Prazo	-	2.581.036	-	-	(69.962)	(2.581.036)	-	1.012.560	(1.638.438)	-	942.598
Efeito do reconhecimento dos Planos de Incentivo de Médio Prazo	-	-	-	-	(1.036)	-	-	-	(1.036)	-	(1.036)
Aquisição de acções próprias	-	(2.953.523)	-	-	-	2.953.523	-	(2.953.523)	-	-	(2.953.523)
Saldo em 31 de Março de 2010	366.246.868	(13.181.502)	775.290.377	1.221.003	290.420	13.181.502	-	(1.940.963)	788.042.339	8.914.237	1.150.021.942

Demonstrações financeiras individuais da Sonaecom (continuação)

SONAECOM, S.G.P.S.S.A.

(Montantes expressos em Euros)

	Reservas									Resultado líquido	Total
	Capital social	Acções próprias (Nota 11)	Prémios de emissão de acções	Reserva legal	Reservas para Planos Incentivo de Médio Prazo (Nota 19)	Reservas de acções próprias	Reservas de cobertura	Outras reservas	Total de reservas		
2009											
Saldo em 31 de Dezembro de 2008	366.246.868	(13.499.750)	775.290.377	1.002.287	-	13.499.750	(307.068)	(13.792.204)	775.693.142	19.657.889	1.148.098.149
Aplicação do resultado líquido de 2008	-	-	-	982.894	-	-	-	18.674.995	19.657.889	(19.657.889)	-
Rendimento integral do período findo em 31 de Março de 2009	-	-	-	-	-	-	105.575	-	105.575	2.380.146	2.485.721
Entrega de acções próprias no âmbito dos Planos de Incentivo de Médio Prazo	-	3.784.046	-	-	-	(3.784.046)	-	3.651.222	(132.824)	-	3.651.222
Efeito do reconhecimento dos Planos de Incentivo de Médio Prazo	-	-	-	-	185.023	-	-	-	185.023	-	185.023
Efeito da liquidação de contratos com liquidação em acções	-	-	-	-	-	-	-	(116.399)	(116.399)	-	(116.399)
Aquisição de acções próprias	-	(1.283.692)	-	-	-	1.283.692	-	(1.283.692)	-	-	(1.283.692)
Saldo em 31 Março de 2009	366.246.868	(10.999.396)	775.290.377	1.985.181	185.023	10.999.396	(201.493)	7.133.922	795.392.406	2.380.146	1.153.020.024

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras em 31 de Março de 2010 e 2009.

Demonstrações financeiras individuais da Sonaecom (continuação)

SONAECOM, S.G.P.S., S.A.
(Montantes expressos em Euros)

Demonstrações dos fluxos de caixa

Para os períodos findos em 31 de Março de 2010 e 2009

	Março de 2010		Março de 2009	
Actividades operacionais				
Pagamentos ao pessoal	(1.700.663)		(1.569.178)	
Fluxo gerado pelas operações	(1.700.663)		(1.569.178)	
Pagamento/Recebimento de imposto sobre o rendimento	(103.700)		(278.752)	
Outros recebimentos/pagamentos relativos a actividades operacionais	3.347.231		177.440	
Fluxo das actividades operacionais (1)	1.542.868	1.542.868	(1.670.490)	(1.670.490)
Actividades de investimento				
Recebimentos provenientes de:				
Investimentos financeiros	22.298.458		700.000	
Juros e proveitos similares	2.611.987		8.059.145	
Dividendos recebidos	10.500.000	35.410.445	3.480.000	12.239.145
Pagamentos respeitantes a:				
Investimentos financeiros	(8.000.000)		(65.200)	
Activos fixos tangíveis	-		(106.418)	
Activos intangíveis	-		(339)	
Empréstimos concedidos	(16.525.000)	(24.525.000)	(67.630.000)	(67.801.957)
Fluxos das actividades de investimento (2)		10.885.445		(55.562.812)
Actividades de financiamento				
Recebimentos provenientes de:				
Empréstimos obtidos	-	-	41.556.723	41.556.723
Pagamentos respeitantes a:				
Juros e custos similares	(1.610.795)		(5.367.338)	
Aquisição de acções próprias	(2.953.523)		(1.283.693)	
Empréstimos obtidos	(9.083.000)	(13.647.318)	(15.903.000)	(22.554.031)
Fluxos das actividades de financiamento (3)		(13.647.318)		19.002.692
Variação de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)		(1.219.005)		(38.230.610)
Efeito das diferenças de câmbio				
Caixa e seus equivalentes no princípio do período		3.189.749		50.098.913
Caixa e seus equivalentes no final do período		1.970.744		11.868.303

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras em 31 de Março de 2010 e 2009.

O Técnico Oficial de Contas

Patrícia Maria Cruz Ribeiro da Silva

O Conselho de Administração

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo

António Sampaio e Mello

Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério

Gervais Gilles Pellissier

Miguel Nuno Santos Almeida

David Charles Denholm Hobley

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

Jean-François René Pontal

Nuno Miguel Moniz Trigo Santos Jordão

Frank Emmanuel Dangeard

Demonstrações financeiras individuais da Sonaecom (continuação)

SONAECOM, S.G.P.S., S.A.

(Montantes expressos em Euros)

Anexo às demonstrações dos fluxos de caixa

Para os períodos findos em 31 de Março de 2010 e 2009

	Março de 2010	Março de 2009
1 - Aquisição ou alienação de filiais e outras actividades empresariais:		
a) Outras actividades empresariais		
Prestações acessórias na Sonae Telecom, S.G.P.S., S.A.	14.298.458	-
Prestações acessórias na Sonaetelecom BV	8.000.000	-
Prestações acessórias na Sonae com Sistemas de Informação, S.G.P.S., S.A.	-	700.000
	22.298.458	700.000
b) Outras actividades empresariais		
Reembolso de prestações acessórias na Sonaetelecom BV	8.000.000	-
Aumento capital social na Sonaecom - Serviços de Comunicações, S.A.	-	65.200
	8.000.000	65.200
2 - Descrição dos componentes de caixa e seus equivalentes:		
Numerário	8.954	10.424
Depósitos à ordem	136.537	20.321
Aplicações de Tesouraria	1.885.000	11.945.000
Depósitos à ordem (saldos credores)	(59.747)	(107.442)
Caixa e seus equivalentes	1.970.744	11.868.303
Depósitos à ordem (saldos credores)	59.747	107.442
Disponibilidades constantes do balanço	2.030.491	11.975.745
3 - Informações respeitantes a actividades financeiras não monetárias		
a) Créditos bancários obtidos e não sacados	223.050.000	57.570.277
b) Compra de empresas através da emissão de acções	Não aplicável	Não aplicável
c) Conversão de dívidas em capital	Não aplicável	Não aplicável

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras em 31 de Março de 2010 e 2009.

O Técnico Oficial de Contas

Patrícia Maria Cruz Ribeiro da Silva

O Conselho de Administração

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo

António Sampaio e Mello

Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério

Gervais Gilles Pellissier

Miguel Nuno Santos Almeida

David Charles Denholm Hobley

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

Jean-François René Pontal

Nuno Miguel Moniz Trigo Santos Jordão

Frank Emmanuel Dangeard

Anexo às demonstrações financeiras individuais da Sonaecom

em 31 Março 2010 e 2009
(Montantes expressos em Euros)

A SONAECOM, S.G.P.S., S.A. (doravante designada “Empresa” ou “Sonaecom”) foi constituída em 6 de Junho de 1988, sob a firma Sonae – Tecnologias de Informação, S.A. e tem a sua sede no Lugar do Espido, Via Norte, Maia – Portugal.

Por escritura pública de 30 de Setembro de 1997, realizou-se a cisão-fusão da Pargeste, S.G.P.S., S.A., passando a Empresa a abarcar as participações financeiras nas empresas ligadas ao núcleo de comunicação e tecnologias de informação da sociedade cindida.

Em 3 de Novembro de 1999, procedeu-se ao aumento de capital e alteração do pacto social, tendo a firma sido alterada para Sonae.com, S.G.P.S., S.A.. Desde então, o objecto social da Empresa é a gestão de participações sociais, tendo, na mesma data, o capital social sido redenominado para Euros, ficando este, na altura, representado por cento e cinquenta milhões de acções de valor nominal unitário de 1 Euro.

Em 1 de Junho de 2000, a Empresa foi objecto de uma Oferta Combinada de Acções, que integrou o seguinte:

- Oferta Pública de Venda de 5.430.000 acções, representativas de 3,62% do capital social, realizada no mercado nacional, dirigida: (i) aos colaboradores do Grupo Sonae; (ii) aos clientes das sociedades dominadas pela Sonaecom; e (iii) ao público em geral.
- Oferta Particular de Venda de 26.048.261 acções, representativas de 17,37% do capital social, dirigida a investidores institucionais, nacionais e estrangeiros.

Complementarmente à Oferta Combinada de Venda, e nos termos a seguir indicados, teve lugar um aumento do capital social da Empresa, tendo as novas acções sido integralmente subscritas e realizadas pela Sonae, S.G.P.S., S.A. (accionista da Sonaecom, doravante designada “Sonae”). Este aumento de capital foi subscrito e realizado, na data de fixação do preço da Oferta Combinada de Venda, na modalidade de novas entradas em dinheiro, dando lugar à emissão de 31.000.000 de novas acções ordinárias, escriturais e com o valor nominal unitário de 1 Euro. O preço de subscrição das novas acções foi igual ao preço fixado para a alienação das acções na referida Oferta Combinada (10 Euros).

Adicionalmente, a Sonae alienou 4.721.739 acções representativas do capital social da Sonaecom ao abrigo da opção concedida aos bancos líderes da Oferta Particular de Venda e 1.507.865 acções a gestores do Grupo Sonae e a antigos sócios de empresas adquiridas pela Sonaecom.

Por deliberação da Assembleia Geral realizada em 17 de Junho de 2002, o capital social foi aumentado de 181.000.000 Euros para 226.250.000 Euros por subscrição pública reservada aos accionistas. Foram subscritas e realizadas 45.250.000 novas acções, de valor nominal unitário de 1 Euro, ao preço de 2,25 Euros por acção.

Em 30 de Abril de 2003, por escritura pública, a designação social foi alterada para SONAECOM, S.G.P.S., S.A..

Por deliberação da Assembleia Geral de 12 de Setembro de 2005, o capital social foi aumentado em 70.276.868 Euros de 226.250.000 Euros para

296.526.868 Euros, através da emissão de 70.276.868 novas acções, de valor nominal de 1 Euro cada, e com um prémio de emissão de 242.455.195 Euros, inteiramente subscrito pelo accionista France Telecom. A escritura do aumento de capital foi celebrada no dia 15 de Novembro de 2005.

Por deliberação da Assembleia Geral de 18 de Setembro de 2006, o capital social foi aumentado em 69.720.000 Euros para 366.246.868 Euros, através da emissão de 69.720.000 novas acções, de valor nominal de 1 Euro cada, e com um prémio de emissão global de 275.657.217 Euros, subscrito pelos accionistas 093X – Telecomunicações Celulares, S.A. (EDP) e Parpública – Participações Públicas, SGPS, S.A. (Parpública). A escritura deste aumento de capital ocorreu a 18 de Outubro de 2006.

Por deliberação da Assembleia Geral de 16 de Abril de 2008, as acções escriturais ao portador foram convertidas em acções escriturais nominativas.

As demonstrações financeiras são apresentadas em Euros, arredondados à unidade.

1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, os quais foram preparados de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IAS/IFRS”) tal como adoptadas pela União Europeia.

A adopção das Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”) tal como adoptadas pela União Europeia ocorre pela primeira vez em 2007, pelo que a data de transição dos princípios contabilísticos portugueses para esse normativo é 1 de Janeiro de 2006, tal como definido pela IFRS 1 – “Adopção pela primeira vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro”.

Para a Sonaecom, não existem diferenças entre os IFRS adoptados pela União Europeia e os IFRS publicados pelo International Accounting Standards Board.

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia tiveram aplicação obrigatória nos exercícios económicos iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2010 e foram adoptadas pela primeira vez no período findo em 31 de Março de 2010:

Anexo às demonstrações financeiras individuais da Sonaecom (continuação)

Em 31 Março 2010 e 2009
(Montantes expressos em Euros)

Norma/Interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)	Norma/Interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)
Revisões da IFRS 1 – Adopção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro	1-Jan-10 *	IFRIC 17 – Distribuições aos proprietários de activos que não são caixa	1-Jan-10 *
<i>Esta norma foi revista no sentido de agrupar as várias emendas que foram ocorrendo desde a sua primeira versão.</i>		<i>Esta interpretação fornece orientação sobre a correcta contabilização de activos que não são caixa distribuídos aos accionistas como dividendos.</i>	
IFRS 2 – Emendas (Contabilização de pagamentos baseados em acções, liquidados em dinheiro, em transações intragrupo)	1-Jan-10	IFRIC 18 – Transferências de activos provenientes de clientes	Transferências efectuadas em ou após 01-Jul-09
<i>Clarifica como uma subsidiária deve contabilizar determinados acordos de pagamento baseado em acções nas suas demonstrações financeiras individuais.</i>		<i>Esta interpretação fornece orientação sobre a contabilização, pelos operadores, de activos fixos tangíveis “dos clientes”.</i>	
IAS 32 – Emendas (Clarificação de direitos de emissão)	1-Fev-10	Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro – 2008	1-Jan-10 *
<i>Esta emenda clarifica que quando tais direitos são emitidos numa base ‘pro rata’ para todos os accionistas numa mesma classe por uma quantia monetária fixa, eles devem ser classificados em capitais próprios independentemente da moeda em que o preço de exercício está denominado.</i>		<i>Este processo envolveu a revisão de 12 normas contabilísticas.</i>	
IFRIC 12 – Acordos de concessão de serviços	1-Jan-10 *		
<i>Esta interpretação vem introduzir regras de reconhecimento e mensuração por parte do operador privado envolvido na prestação de serviços de construção de infraestruturas e de operação no âmbito de concessões do tipo público-para-privado.</i>		A aplicação destas normas não teve impactos significativos nas demonstrações financeiras da Empresa para além do aumento da informação que é divulgada.	
IFRIC 15 – Acordos para a construção de imóveis	1-Jan-10 *		
<i>Esta interpretação vem abordar a forma para avaliar se um acordo de construção de um imóvel está no âmbito da IAS 11 – Contratos de construção ou no âmbito da IAS 18 – Rédito e como o correspondente rédito deve ser reconhecido</i>		À data de aprovação destas demonstrações financeiras, não existem normas, interpretações, emendas ou revisões, que se encontrem já aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia, mas com aplicação obrigatória apenas em exercícios económicos futuros.	
IFRIC 16 – Coberturas de um investimento líquido numa unidade operacional estrangeira	1-Jun-09 *		
<i>Esta interpretação vem fornecer orientações sobre a contabilidade de cobertura de investimentos líquidos em operações estrangeiras.</i>		As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, não foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia:	
		Norma/Interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)
		IFRS 1 – Emendas (Excepções adicionais na adopção pela primeira vez das IFRS’s)	1-Jan-10
		<i>Estas emendas abordam a aplicação retrospectiva das IFRSs em situações particulares e tem como objectivo garantir que as entidades, aplicando as IFRSs, não incorram em custos ou esforços indevidos no processo de transição.</i>	
		IFRS 1 – Emendas (Excepções à divulgação de comparativos exigidos pela IFRS 7 na adopção pela primeira vez das IFRS’s)	1-Jul-10
		<i>Esta emenda permite, na adopção pela primeira vez das IFRS’s, a utilização das disposições transitórias introduzidas pela emenda de Março de 2009 à IFRS 7 (Melhoria das divulgações sobre Instrumentos Financeiros) para as entidades que já utilizam as IFRS’s.</i>	

* A data de eficácia de acordo com a adopção pela UE foi posterior à data de eficácia estabelecida originalmente pela norma.

Anexo às demonstrações financeiras individuais da Sonaecom (continuação)

Em 31 Março 2010 e 2009
(Montantes expressos em Euros)

Norma/Interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)
IFRS 9 (Instrumentos Financeiros) <i>Esta norma é o primeiro passo no projecto de substituição da IAS 39, introduz novos requisitos de classificação e mensuração de activos financeiros.</i>	1-Jan-13
Revisão da IAS 24 (Divulgações de Partes Relacionadas) <i>A norma revista aborda preocupações pelo facto dos requisitos de divulgação anteriores e a definição de entidade relacionada serem demasiado complexos e difíceis de aplicar na prática em ambientes de forte presença governamental, através de: (1) permissão de uma excepção parcial para entidades relacionadas com o Governo e (2) fornecendo uma definição revista de entidade relacionada.</i>	1-Jan-11
IFRIC 14 - Emendas (Pré-pagamento voluntário de contribuições) <i>Estas emendas corrigem uma consequência não desejada da IFRIC 14. Sem estas emendas, em determinadas circunstâncias não era permitido às entidades o reconhecimento como activo de certos pré-pagamentos voluntários de contribuições mínimas.</i>	1-Jan-11
IFRIC 19 (Extinção de Passivos Financeiros com Instrumentos de Capital Próprio) <i>Clarifica os requisitos das IFRSs quando uma entidade renegoceia os termos de um passivo financeiro com o seu credor, e este aceita acções da empresa ou outro instrumento de capital para realização completa ou parcial do passivo financeiro.</i>	1-Jul-10

A aplicação destas normas e interpretações, quando aplicáveis à Empresa, não produzirá efeitos materialmente relevantes nas demonstrações financeiras futuras da Empresa.

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adoptados pela Empresa a 31 de Março de 2010 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2009.

Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas adoptadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram as seguintes:

a) Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e eventuais perdas de imparidade acumuladas.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes e registadas por duodécimos, a partir da data em que os bens se encontram disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com

o pretendido pela gestão, por contrapartida da rubrica 'Amortizações e depreciações' da demonstração de resultados.

As perdas de imparidade detectadas no valor de realização dos activos fixos tangíveis são registadas no ano em que se estimam, por contrapartida da rubrica 'Amortizações e depreciações' da demonstração de resultados.

As taxas anuais utilizadas correspondem à vida útil estimada dos bens, que são as seguintes:

	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções – obras em edifícios alheios	10-20
Equipamento básico	5-10
Ferramentas e utensílios	4
Equipamento administrativo	3-10
Outras imobilizações corpóreas	8

As despesas correntes com reparação e manutenção do activo fixo tangível são registadas como custo no exercício em que ocorrem. As beneficiações de montante significativo que aumentem o período de utilização dos respectivos bens, são capitalizadas e amortizadas de acordo com a vida útil dos correspondentes bens.

b) Activos intangíveis

Os activos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e eventuais perdas de imparidade acumuladas. Os activos intangíveis só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Empresa, se a Empresa possuir o poder de os controlar e se possa medir razoavelmente o seu valor.

Os activos intangíveis compreendem, essencialmente, software e propriedade industrial.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, por duodécimos, durante o período estimado da sua vida útil (três anos), a partir do mês em que as correspondentes despesas sejam incorridas.

As amortizações do exercício dos activos intangíveis são registadas na demonstração de resultados na rubrica "Amortizações e depreciações".

c) Investimentos em empresas do grupo e outros activos não correntes

Os investimentos financeiros representativos de partes de capital em empresas do grupo (empresas nas quais a Empresa detenha directa ou indirectamente mais de 50% dos direitos de voto em Assembleia Geral de Accionistas ou detenha o poder de controlar as suas políticas financeiras e operacionais), são registados na rubrica "Investimentos em empresas do grupo", ao custo de aquisição, de acordo com as disposições previstas na IAS 27, em virtude da Sonaecom apresentar em separado, demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as IAS/IFRS.

Na rubrica "Outros activos não correntes" são registados, ao valor nominal, os empréstimos e as prestações acessórias concedidos às empresas

Anexo às demonstrações financeiras individuais da Sonaecom (continuação)

Em 31 Março 2010 e 2009
(Montantes expressos em Euros)

participadas cujo reembolso previsto ou contratual apenas venha a ocorrer num prazo superior a um ano.

É efectuada uma avaliação dos investimentos e dos empréstimos concedidos a empresas do grupo quando existem indícios de que o activo possa estar em imparidade ou quando as perdas de imparidade reconhecidas em exercícios anteriores deixam de existir.

As perdas de imparidade detectadas no valor de realização dos investimentos financeiros e nos empréstimos concedidos a empresas do grupo são registadas no ano em que se estimam, por contrapartida da rubrica "Outros custos financeiros" da demonstração de resultados.

Os encargos incorridos com a compra de investimentos financeiros em empresas do grupo são registados como custo no momento em que são incorridos.

d) Investimentos

A Empresa classifica os investimentos financeiros nas seguintes categorias: 'Investimentos registados ao justo valor através de resultados', 'Empréstimos e contas a receber', 'Investimentos detidos até ao vencimento' e 'Investimentos disponíveis para venda'. A classificação depende da intenção subjacente à aquisição do investimento.

A classificação é definida no momento do reconhecimento inicial e reapreciada numa base trimestral.

(i) 'Investimentos registados ao justo valor através de resultados'

Esta categoria divide-se em duas subcategorias: 'activos financeiros detidos para negociação' e 'investimentos registados ao justo valor através de resultados'. Um activo financeiro é classificado nesta categoria se for adquirido com o propósito de ser vendido no curto prazo ou se a adopção da valorização através deste método elimine ou reduza significativamente um desfaseamento contabilístico. Os instrumentos derivados são também classificados como detidos para negociação, excepto se estiverem afectos a operações de cobertura. Os activos desta categoria são classificados como activos correntes no caso de serem detidos para negociação ou se for expectável que se realizem num período inferior a 12 meses da data do balanço.

(ii) 'Empréstimos e contas a receber'

'Empréstimos e contas a receber' são activos financeiros não derivados, com reembolsos fixos ou variáveis, que não se encontram cotados em mercados activos/ líquidos. Estes investimentos financeiros surgem quando a Empresa fornece dinheiro ou serviços directamente a um devedor sem intenção de negociar a dívida.

Os 'Empréstimos e contas a receber' são registados ao custo amortizado de acordo com o método da taxa de juro efectiva e deduzidos de qualquer imparidade.

Os 'Empréstimos e contas a receber' são classificados como activos correntes, excepto nos casos em que a maturidade é superior a 12 meses da data do balanço, os quais se classificam como activos não correntes. Em

ambos os casos, esta categoria aparece no balanço incluída na rubrica 'Outras dívidas de terceiros'.

(iii) 'Investimentos detidos até ao vencimento'

Esta categoria inclui os activos financeiros, não derivados, com reembolsos fixos ou variáveis, que possuem uma maturidade fixada e relativamente aos quais é intenção do Conselho de Administração a manutenção dos mesmos até à data do seu vencimento.

(iv) 'Investimentos disponíveis para venda'

Incluem-se aqui os activos financeiros, não derivados, que são designados como disponíveis para venda ou aqueles que não se enquadrem nas categorias anteriores. Esta categoria é incluída nos activos não correntes, excepto se o Conselho de Administração tiver a intenção de alienar o investimento num período inferior a 12 meses da data do balanço.

Todas as compras e vendas de investimentos financeiros são reconhecidas à data da transacção, isto é, na data em que a Empresa assume todos os riscos e obrigações inerentes à compra ou venda do activo. Os investimentos são todos inicialmente reconhecidos ao justo valor mais custos de transacção, sendo a única excepção os 'Investimentos registados ao justo valor através de resultados'. Neste último caso, os investimentos são inicialmente reconhecidos ao justo valor e os custos de transacção são reconhecidos na demonstração de resultados. Os investimentos são desreconhecidos quando o direito de receber fluxos financeiros tiver expirado ou tiver sido transferido e, consequentemente, tenham sido transferidos todos os riscos e benefícios associados.

Os 'Investimentos disponíveis para venda' e os 'Investimentos registados ao justo valor através de resultados' são posteriormente mantidos ao justo valor.

Os 'Empréstimos e contas a receber' e os 'Investimentos detidos até ao vencimento' são registados ao custo amortizado através do método da taxa de juro efectiva.

Os ganhos e perdas, realizados ou não, provenientes de uma alteração no justo valor dos 'Investimentos registados ao justo valor através de resultados' são registados na demonstração de resultados do exercício. Os ganhos e perdas, realizados ou não, provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos não monetários classificados como disponíveis para venda, são reconhecidos no capital próprio. No momento em que esse investimento é vendido ou esteja em situação de imparidade, o ganho ou perda acumulada é registado na demonstração de resultados.

O justo valor dos investimentos é baseado nos preços correntes de mercado. Se o mercado em que os investimentos estão inseridos não for um mercado activo/líquido (investimentos não cotados), a Empresa estabelece o justo valor através de outras técnicas de avaliação como o recurso a transacções de instrumentos financeiros substancialmente semelhantes, análises de fluxos financeiros e modelos de opção de preços ajustados para reflectir as circunstâncias específicas. Caso tal não possa ser utilizado, a Empresa valoriza tais investimentos pelo seu custo de aquisição, deduzido de

Anexo às demonstrações financeiras individuais da Sonaecom (continuação)

Em 31 Março 2010 e 2009
(Montantes expressos em Euros)

eventuais perdas de imparidade identificadas. O justo valor dos investimentos cotados é calculado com base na cotação de fecho da Euronext à data do balanço.

A Empresa efectua avaliações à data de cada balanço sempre que exista evidência objectiva de que um activo financeiro possa estar em imparidade. No caso de instrumentos de capital classificados como disponíveis para venda, uma queda significativa (superior a 25%) ou prolongada (durante dois trimestres consecutivos) do seu justo valor para níveis inferiores ao seu custo é indicativo de que o activo se encontra em situação de imparidade. Se existir alguma evidência de imparidade para 'Investimentos disponíveis para venda', as perdas acumuladas – calculadas pela diferença entre o custo de aquisição e o justo valor deduzido de qualquer perda de imparidade anteriormente reconhecida na demonstração de resultados – são retiradas do capital próprio e reconhecidas na demonstração de resultados. Perdas de imparidade reconhecidas na demonstração de resultados relativas a instrumentos de capital não são revertidas através de resultados.

e) Locação financeira e operacional

Os contratos de locação são classificados como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do activo sob locação ou como locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do activo sob locação.

As locações são classificadas como financeiras ou operacionais em função da substância e não da forma do respectivo contrato.

Os activos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o activo fixo tangível, as amortizações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual ao justo valor ou, se inferior, ao valor presente dos pagamentos em falta até ao final do contrato. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as amortizações do activo fixo tangível são reconhecidos como custos na demonstração de resultados do exercício.

Os bens cuja utilização decorre do regime de aluguer de longa duração ("ALD"), estão contabilizados pelo método de locação operacional. De acordo com este método, as rendas pagas são reconhecidas como custo, durante o período de aluguer a que respeitam.

f) Outras dívidas de terceiros

As 'outras dívidas de terceiros' são registadas pelo seu valor realizável líquido e não incluem juros, por não se considerar material o efeito da sua actualização financeira.

Estes investimentos financeiros surgem quando a Empresa empresta dinheiro ou presta serviços directamente a um devedor sem intenção de transaccionar o montante a receber.

O montante desta rubrica encontra-se deduzido de eventuais perdas de imparidade. Recuperações subsequentes de montantes anteriormente

sujeitos a imparidade, são creditados na rubrica de 'Outros proveitos operacionais' da demonstração de resultados.

g) Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica 'Caixa e equivalentes de caixa' correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários à ordem e a prazo e outras aplicações de tesouraria para os quais o risco de alteração de valor não é significativo.

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada de acordo com a IAS 7- 'Demonstração de Fluxos de Caixa', através do método directo. A Empresa classifica na rubrica 'Caixa e equivalentes de caixa' os investimentos com vencimento a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante. Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica 'Caixa e equivalentes de caixa' compreende também os descobertos bancários incluídos no balanço na rubrica 'Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos'.

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em actividades operacionais, de financiamento e de investimento. As actividades operacionais englobam os pagamentos a pessoal e outros recebimentos e pagamentos relacionados com a actividade operacional.

Os fluxos de caixa abrangidos nas actividades de investimento incluem, nomeadamente, aquisições e alienações de investimentos em empresas subsidiárias e associadas e recebimentos e pagamentos decorrentes da compra e da venda de activos fixos tangíveis.

Os fluxos de caixa abrangidos nas actividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos e a contratos de locação financeira.

Todos os montantes incluídos nesta rubrica são passíveis de ser realizados no curto prazo, não existindo qualquer montante penhorado nem dado como garantia.

h) Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo "custo amortizado". Eventuais despesas com a emissão desses empréstimos são registadas como uma dedução à dívida e reconhecidas, ao longo do período de vida desses empréstimos, de acordo com o método da taxa de juro efectiva. Os juros corridos mas não vencidos são acrescidos ao valor dos empréstimos até ao momento da sua liquidação.

i) Instrumentos financeiros derivados

A Empresa utiliza derivados na gestão dos seus riscos financeiros unicamente como forma de garantir a cobertura desses riscos. Derivados para negociação (especulação) não são utilizados pela Empresa.

Os instrumentos financeiros derivados ("cash flow hedges") utilizados pela Empresa respeitam a "swaps" de taxa de juro para cobertura do risco de taxa de juro em empréstimos obtidos. O montante dos empréstimos, prazos de vencimento dos juros e planos de reembolso dos empréstimos subjacentes aos "swaps" de taxa de juro são em tudo idênticos às condições estabelecidas para os empréstimos contratados. A variação no justo valor

Anexo às demonstrações financeiras individuais da Sonaecom (continuação)

Em 31 Março 2010 e 2009
(Montantes expressos em Euros)

dos "swaps" de cobertura de "cash-flow" é registada no activo ou no passivo por contrapartida da rubrica dos capitais próprios "Reservas de cobertura".

Nos casos em que o instrumento de cobertura se revela ineficaz, os montantes gerados por ajustamentos ao justo valor são registados directamente na demonstração de resultados.

j) Provisões e contingências

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum evento passado e é provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e que o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a reflectir a melhor estimativa a essa data.

Provisões para reestruturações apenas são registadas caso a Empresa possua um plano detalhado e este já tenha sido devidamente comunicado às partes envolvidas.

As responsabilidades contingentes não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, sendo as mesmas divulgadas no anexo, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afectando benefícios económicos futuros seja remota.

Um activo contingente não é reconhecido nas demonstrações financeiras, mas divulgado no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

k) Imposto sobre o rendimento

O 'Imposto sobre o rendimento do exercício' inclui o imposto corrente e o imposto diferido, de acordo com a IAS 12- 'Impostos sobre o Rendimento'.

A Sonaecom é abrangida, desde Janeiro de 2008, pelo Regime especial de tributação dos grupos de sociedades, pelo que o imposto corrente é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas no referido regime especial, de acordo com as regras do mesmo. O Regime especial de tributação dos grupos de sociedades engloba todas as empresas participadas directa ou indirectamente em pelo menos 90% do capital social e que sejam residentes em Portugal e tributadas em sede de Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade de balanço e reflectem as diferenças temporárias entre o montante dos activos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os seus respectivos montantes para efeitos de tributação.

Os impostos diferidos activos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses impostos diferidos activos. No final de cada exercício é efectuada uma revisão dos impostos diferidos registados, bem como dos não reconhecidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura ou registados, desde que, e até ao ponto em que, se torne provável a geração de lucros tributáveis no futuro que permitam a sua recuperação (Nota 7).

Os impostos diferidos são calculados à taxa que se espera que vigore no período em que se prevê que o activo ou o passivo seja realizado.

Nos casos em que os impostos diferidos são relativos a activos ou passivos registados directamente no capital próprio, o seu registo também é efectuado na rubrica de capital próprio. Nas outras situações, os impostos diferidos são sempre registados na demonstração de resultados.

l) Especialização de exercícios e Rédito

Os custos e os proveitos são contabilizados no exercício a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os custos e os proveitos cujo valor real não seja conhecido, são contabilizados por estimativa.

Nas rubricas "Outros activos correntes", "Outros activos não correntes", "Outros passivos correntes" e "Outros passivos não correntes" são registados os custos e os proveitos imputáveis ao exercício corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em exercícios futuros, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram, mas que respeitam a exercícios futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses exercícios, pelo valor que lhes corresponde.

Os activos e passivos não financeiros não correntes são registados pelo seu justo valor e, em cada exercício, a actualização financeira para o justo valor é registada na demonstração de resultados nas rubricas 'Outros custos financeiros' e 'Outros proveitos financeiros'.

Os dividendos apenas são reconhecidos quando o direito dos accionistas ao seu recebimento já estiver devidamente estabelecido e comunicado.

m) Classificação de balanço

Os activos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano da data de balanço são classificados, respectivamente, como activos e passivos não correntes.

Adicionalmente, pela sua natureza, os impostos diferidos e as provisões para outros riscos e encargos são classificados como não correntes (Notas 7 e 13).

n) Reservas

Reserva Legal

A legislação comercial Portuguesa estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual tem que ser destinado ao reforço da 'reserva legal' até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível, a não ser em caso de liquidação, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, e para incorporação no capital.

Reserva de prémios de emissão de acções

Os prémios de emissão correspondem a ágios obtidos com a emissão ou aumentos de capital. De acordo com a legislação comercial portuguesa, os valores incluídos nesta rubrica seguem o regime estabelecido para a 'reserva legal', isto é, os valores não são distribuíveis, a não ser em caso de liquidação, mas podem ser utilizados para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, e para incorporação no capital.

Anexo às demonstrações financeiras individuais da Sonaecom (continuação)

Em 31 Março 2010 e 2009
(Montantes expressos em Euros)

Reservas para Planos de Incentivo de Médio Prazo

De acordo com a IFRS 2- 'Pagamentos com Base em acções', a responsabilidade com os planos liquidados através da entrega de acções próprias é registada, a crédito, na rubrica de 'Reservas para Planos de Incentivo de Médio Prazo', sendo que tal reserva não é passível de ser distribuída ou ser utilizada para absorver prejuízos.

Reservas de cobertura

As reservas de cobertura reflectem as variações de justo valor dos instrumentos derivados de cobertura de "cash flow" que se consideram eficazes (Nota 1. i)) sendo que as mesmas não são passíveis de ser distribuídas ou ser utilizadas para absorver prejuízos.

Reservas de acções próprias

As reservas de acções próprias reflectem o valor das acções próprias adquiridas e seguem um regime legal equivalente ao da reserva legal.

Nos termos da legislação portuguesa, o montante de reservas distribuíveis é determinado de acordo com as demonstrações financeiras individuais da Empresa, apresentadas de acordo com as IAS/IFRS.

Assim, em 31 de Março de 2010, a Sonaecom dispunha de reservas que, pela sua natureza, são consideradas distribuíveis no montante de cerca de 6 milhões de euros.

o) Acções próprias

As acções próprias são contabilizadas pelo seu valor de aquisição como uma dedução ao capital próprio. Os ganhos ou perdas inerentes à alienação das acções próprias são registadas na rubrica 'Outras reservas'.

p) Moeda estrangeira

Todos os activos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para Euros utilizando as taxas de câmbio vigentes na data dos balanços.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transacções e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data do balanço, são registadas como proveitos e custos na demonstração de resultados do exercício.

As cotações utilizadas para conversão em Euros foram as seguintes:

	2010		2009	
	31 Março	Média	31 Março	Média
Libra inglesa	1,12385	1,12692	1,07434	1,10102
Dólar americano	0,74189	0,72354	0,75143	0,76807

q) Imparidade de activos

São efectuados testes de imparidade à data de cada balanço e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indique que o montante pelo qual um activo se encontra registado possa não ser recuperado. Sempre que o montante pelo qual um activo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda de

imparidade, registada na demonstração de resultados na rubrica de "Amortizações e depreciações" nos casos de Activos fixos tangíveis, na rubrica de 'Outros custos financeiros' no caso de Investimentos financeiros e, para os outros activos, na rubrica de 'Provisões e perdas de imparidade'. A quantia recuperável é a mais alta do preço de venda líquido e do valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do activo numa transacção ao alcance das partes envolvidas, deduzido dos custos directamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do activo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada activo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de caixa à qual o activo pertence.

Para os Investimentos financeiros, a quantia recuperável, calculada em termos de valor de uso, é determinada com base nos últimos planos de negócio devidamente aprovados pelo Conselho de Administração da Empresa.

Evidência da existência de imparidade nas contas a receber surge quando:

- a contraparte apresenta dificuldades financeiras significativas;
- se verificam atrasos significativos no pagamento de juros e outros pagamentos principais por parte da contraparte;
- se torna provável que o devedor vá entrar em liquidação ou em reestruturação financeira.

r) Planos de Incentivo de Médio Prazo

O tratamento contabilístico dos Planos de Incentivo de Médio Prazo é baseado na IFRS 2 - 'Pagamentos com Base em Acções'.

De acordo com a IFRS 2, quando os planos estabelecidos pela Empresa são liquidados através da entrega de acções próprias, a responsabilidade estimada é registada a crédito na rubrica de 'Reservas para Planos de Incentivo de Médio Prazo', no Capital próprio, por contrapartida da rubrica de 'Custos com o pessoal' da demonstração de resultados do exercício.

Essa responsabilidade é quantificada com base no justo valor das acções à data de atribuição do plano e reconhecida durante o período de diferimento de cada plano (desde a data de atribuição do plano até à sua data de vencimento). A responsabilidade total é calculada proporcionalmente ao período de tempo decorrido desde a data de atribuição até à data da contabilização.

Quando as responsabilidades são abrangidas por um contrato de cobertura, isto é, quando são substituídas pelo pagamento de uma verba fixa a uma entidade externa à Empresa, que assume a responsabilidade de entrega das acções na data de vencimento de cada plano, o tratamento contabilístico acima referido, sofre as seguintes adaptações:

- (i) O valor total a pagar é registado no balanço nas rubricas 'Outros passivos não correntes' e 'Outros passivos correntes';

Anexo às demonstrações financeiras individuais da Sonaecom (continuação)

Em 31 Março 2010 e 2009
(Montantes expressos em Euros)

- (ii) A parte da responsabilidade ainda não reconhecida na demonstração de resultados (relacionada com o período ainda a decorrer até à data de exercício) é diferida e registada no balanço nas rubricas 'Outros activos não correntes' e 'Outros activos correntes';
- (iii) O efeito líquido dos registos referidos em i) e ii) anulam o impacto, acima mencionado, em Capitais próprios;
- (iv) Na demonstração de resultados, o custo referente à parte já decorrida do período de diferimento, continua a ser registado na rubrica 'Custos com o pessoal'.

Para os planos liquidados em dinheiro, a responsabilidade estimada é registada no balanço nas rubricas de 'Outros passivos não correntes' e 'Outros passivos correntes', por contrapartida da rubrica de 'Custos com o pessoal' da demonstração de resultados do exercício, para o custo referente à parte já decorrida do período de diferimento. A responsabilidade é quantificada com base no justo valor das acções à data de cada balanço.

Quando estas responsabilidades são abrangidas por um contrato de cobertura, a contabilização é efectuada da mesma forma, mas com a responsabilidade quantificada com base no valor fixado no contrato.

Os planos liquidados através da entrega de acções da empresa-mãe são contabilizados como se se tratassem de planos liquidados em dinheiro, ou seja, a responsabilidade estimada é registada no balanço nas rubricas de 'Outros passivos não correntes' e 'Outros passivos correntes', por contrapartida da rubrica de 'Custos com o pessoal' da demonstração de resultados do exercício, para o custo referente à parte já decorrida do período de diferimento. A responsabilidade é quantificada com base no justo valor das acções à data de cada balanço.

A 31 de Março de 2010, todos os planos de acções Sonaecom em aberto estavam cobertos através da detenção de acções próprias. O impacto associado aos planos de acções dos Planos de Incentivo de Médio Prazo relativos a acções Sonaecom está contabilizado, no balanço, na rubrica de 'Reservas para Planos de Incentivo de Médio Prazo'. Na demonstração de resultados, o custo está contabilizado na rubrica de 'Custos com o pessoal'.

Em relação aos planos liquidados através da entrega de acções da empresa-mãe, com a excepção de um dos planos, a Empresa efectuou contratos de cobertura, com uma entidade externa, através dos quais fixou o preço para a aquisição das referidas acções, pelo que a responsabilidade com os mesmos se encontra registada ao preço fixado no contrato, proporcionalmente ao período de tempo decorrido desde a data de atribuição até à data da contabilização, nas rubricas de 'Outros passivos não correntes' e 'Outros passivos correntes'. Na demonstração de resultados, o custo está contabilizado na rubrica de 'Custos com o pessoal'.

s) Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço ("adjusting events") são reflectidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram

após a data do balanço ("non adjusting events"), se materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

t) Julgamentos e estimativas

As estimativas contabilísticas mais significativas reflectidas nas demonstrações financeiras dos períodos findos em 31 de Março de 2010 e 2009 incluem, essencialmente, as análises de imparidade dos activos, nomeadamente dos investimentos financeiros em empresas do Grupo.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram considerados nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data de aprovação das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração de resultados de forma prospectiva, conforme disposto pelo IAS 8- 'Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros'.

As principais estimativas e os pressupostos relativos a eventos futuros incluídos na preparação das demonstrações financeiras, são descritos nas correspondentes notas anexas, quando aplicável.

u) Gestão do Risco Financeiro

A actividade da Empresa está exposta a uma variedade de riscos financeiros, tais como o risco de mercado, o risco de liquidez e o risco de crédito.

Este conjunto de riscos deriva da incerteza característica dos mercados financeiros, a qual se reflecte na capacidade de projecção de fluxos de caixa e rentabilidades. A política de gestão dos riscos financeiros da Empresa, subjacente a uma perspectiva de continuidade das operações no longo prazo, procura minimizar eventuais efeitos adversos decorrentes dessas incertezas, recorrendo, sempre que possível e aconselhável, a instrumentos derivados de cobertura (Nota 1.i)).

Risco de mercado

a) Risco da taxa de câmbio

A política de gestão de risco de taxa de câmbio procura minimizar a volatilidade dos investimentos e operações expressos em moeda externa, contribuindo para uma menor sensibilidade dos resultados a flutuações cambiais.

Sempre que possível, a Empresa tenta realizar coberturas naturais dos valores em exposição, compensando os créditos concedidos e recebidos expressos na mesma moeda. Quando tal não se revele possível, a Empresa recorre a outros instrumentos derivados de cobertura.

Considerando os reduzidos valores de activos e passivos em moeda estrangeira, o impacto da variação da taxa de câmbio não é significativo.

b) Risco de taxa de juro

A totalidade do endividamento da Sonaecom encontra-se indexado a taxas variáveis, expondo o custo da dívida a um risco elevado de volatilidade. O impacto desta volatilidade nos resultados ou no capital próprio da Empresa é

Anexo às demonstrações financeiras individuais da Sonaecom (continuação)

Em 31 Março 2010 e 2009
(Montantes expressos em Euros)

mitigado pelo efeito dos seguintes factores: (i) relativamente baixo nível de alavancagem financeira; (ii) possibilidade de utilização de instrumentos derivados de cobertura do risco de taxa de juro, conforme referido abaixo; (iii) possível correlação entre o nível de taxas de juro de mercado e o crescimento económico, com este a ter efeitos positivos em outras linhas dos resultados da Empresa, por essa via parcialmente compensando os custos financeiros acrescidos ("natural hedge"); e (iv) existência de liquidez ou disponibilidades igualmente remuneradas a taxas variáveis.

A Empresa apenas utiliza instrumentos derivados ou transacções semelhantes para efeitos de cobertura de riscos de taxas de juro considerados significantes. Três princípios são utilizados na selecção e determinação dos instrumentos de cobertura do risco de taxa de juro:

- Para cada derivado ou instrumento de cobertura utilizado para protecção de risco associado a um determinado financiamento, existe coincidência entre as datas dos fluxos de juros pagos nos financiamentos objecto de cobertura e as datas de liquidação ao abrigo do instrumento de cobertura;
- Equivalência perfeita entre as taxas base: o indexante utilizado no derivado ou instrumento de cobertura deverá ser o mesmo que o aplicável ao financiamento/ transacção que está a ser coberta;
- Desde o início da transacção, o custo máximo do endividamento, resultante da operação de cobertura realizada, é conhecido e limitado, mesmo em cenários de evoluções extremas das taxas de juro de mercado, procurando-se que o nível de taxas daí resultante seja enquadrável no custo de fundos considerado no plano de negócios da Empresa.

Uma vez que a totalidade do endividamento da Sonaecom (Nota 12) encontra-se indexado a taxas variáveis, swaps de taxa de juro e outros derivados são utilizados como forma de protecção contra as variações dos fluxos de caixa futuros associados aos pagamentos de juros. Quando os swaps de taxa de juro são contratados têm o efeito económico de converter os respectivos empréstimos associados a taxas variáveis para taxas fixas. Ao abrigo destes contratos, a Empresa acorda com terceiras partes (bancos) a troca, em períodos de tempo pré-determinados, da diferença entre o montante de juros calculados à taxa fixa contratada e à taxa variável da altura de refixação, com referência aos respectivos montantes nacionais acordados.

As contrapartes dos instrumentos de cobertura estão limitadas a instituições de crédito de elevada qualidade creditícia, sendo política da Empresa privilegiar a contratação destes instrumentos com entidades bancárias que formem parte das suas operações de financiamento.

Para efeitos de determinação da contraparte das operações pontuais, a Sonaecom solicita a apresentação de propostas e preços indicativos a um número representativo de bancos de forma a garantir a adequada competitividade dessas operações.

Na determinação do justo valor das operações de cobertura, a Empresa utiliza determinados métodos, tais como modelos de avaliação de opções e

de actualização de fluxos de caixa futuros, e utiliza determinados pressupostos que são baseados nas condições de taxas de juro de mercado prevalentes à data de Balanço. Cotações comparativas de instituições financeiras, para instrumentos específicos ou semelhantes, são utilizadas como referencial de avaliação.

O justo valor dos derivados contratados, que se qualifiquem como de cobertura de justo valor ou que não sejam considerados suficientemente eficazes na cobertura de fluxos de caixa (conforme definições da IAS 39 – 'Instrumentos Financeiros'), é reconhecido nas rubricas de empréstimos, sendo as variações do seu justo valor reconhecidas directamente na demonstração de resultados do exercício. O justo valor dos derivados de cobertura de fluxos de caixa, considerados eficazes de acordo com o definido pela IAS 39, é reconhecido nas rubricas de empréstimos e as variações registadas no capital próprio.

O Conselho de Administração da Sonaecom aprova os termos e condições dos financiamentos considerados materiais para a Empresa, analisando para tal a estrutura da dívida, os riscos inerentes e as diferentes opções existentes no mercado, nomeadamente quanto ao tipo de taxa de juro (fixo/variável). No âmbito da política acima definida, cabe à Comissão Executiva, através do acompanhamento permanente das condições e das alternativas existentes no mercado, a decisão sobre a contratação pontual de instrumentos financeiros derivados destinados à cobertura do risco de taxa de juro.

Risco de liquidez

A existência de liquidez implica que sejam definidos parâmetros de actuação na função de gestão dessa mesma liquidez que permitam maximizar o retorno obtido e minimizar os custos de oportunidade associados à detenção dessa mesma liquidez, de uma forma segura e eficiente.

A gestão de risco de liquidez tem um triplo objectivo: (i) Liquidez, isto é, garantir o acesso permanente e da forma mais eficiente a fundos suficientes para fazer face aos pagamentos correntes nas respectivas datas de vencimento, bem como a eventuais solicitações de fundos nos prazos definidos para tal, ainda que não previstos; (ii) Segurança, ou seja, minimizar a probabilidade de incumprimento no reembolso de qualquer aplicação de fundos; e (iii) Eficiência Financeira, isto é, garantir que a Empresa maximiza o valor / minimiza o custo de oportunidade da detenção de liquidez excedentária no curto prazo.

Os principais parâmetros subjacentes a tal política correspondem ao tipo de instrumentos permitidos, ao nível de risco máximo aceitável, ao montante máximo de exposição por contraparte e aos prazos máximos de investimento.

A liquidez existente deverá ser aplicada nas alternativas abaixo descritas e pela ordem de prioridade apresentada:

- (i) Amortização de dívida de curto prazo – após comparação do custo de oportunidade de amortização e custo de oportunidade inerente aos investimentos alternativos;

Anexo às demonstrações financeiras individuais da Sonaecom (continuação)

Em 31 Março 2010 e 2009

(Montantes expressos em Euros)

(ii) Gestão consolidada de liquidez – a liquidez existente nas empresas do Grupo, deverá ser prioritariamente aplicada em empresas do Grupo, para que de uma forma consolidada seja reduzida a utilização de dívida bancária;

(iii) Recurso ao mercado.

O investimento por recurso ao mercado está limitado à contratação de operações com contrapartes elegíveis, isto é, que cumpram com determinadas notações de rating previamente definidas pela Administração e limitada a determinados montantes máximos por contraparte.

A definição de limites máximos por contraparte tem como objectivo garantir que as aplicações de excedentes são realizadas de uma forma prudente e em observância dos princípios de gestão de relacionamento bancário.

A maturidade das aplicações a realizar deverá coincidir com os pagamentos previstos (ou ser suficientemente líquida, no caso de investimentos em activos, para permitir liquidações urgentes e não programadas), incluindo uma margem para cobrir eventuais erros de previsão. A margem de erro necessária dependerá do grau de confiança na previsão de tesouraria e será determinado pelo negócio. A fiabilidade das previsões de tesouraria é uma variável determinante para calcular os montantes e prazos das operações de tomada de fundos/aplicações no mercado.

A análise da maturidade de cada um dos instrumentos financeiros passivos, é apresentada na Nota 12.

Risco de crédito

A exposição da Empresa ao risco de crédito está maioritariamente associada às contas a receber decorrentes da sua actividade operacional. O risco de crédito associado a operações financeiras é mitigado pelo facto da Empresa apenas negociar com entidades de elevada qualidade creditícia.

A gestão deste risco tem por objectivo garantir a efectiva cobrança dos seus créditos nos prazos estabelecidos sem afectar o equilíbrio financeiro da Empresa.

O montante relativo a outras dívidas de terceiros apresentado nas demonstrações financeiras, o qual se encontra líquido de imparidades, representa a máxima exposição da Empresa ao risco de crédito.

Anexo às demonstrações financeiras individuais da Sonaecom (continuação)

em 31 Março 2010 e 2009
(Montantes expressos em Euros)

2. Activos fixos tangíveis

Nos períodos findos em 31 de Março de 2010 e 2009, o movimento ocorrido no valor dos activos fixos intangíveis, bem como nas respectivas amortizações e perdas de imparidade acumuladas, foi o seguinte:

	2010					Total
	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Ferramentas e utensílios	Equipamento administrativo	Outras imobilizações corpóreas	
	ACTIVO BRUTO:					
Saldo em 31.12.2009	721.165	46.325	171	331.750	619	1.100.030
Saldo final em 31.03.2010	721.165	46.325	171	331.750	619	1.100.030
AMORTIZAÇÕES E PERDAS DE IMPARIDADE ACUMULADAS:						
Saldo em 31.12.2009	347.862	17.977	170	216.945	189	583.143
Amortizações do período	15.136	2.056	-	6.942	32	24.166
Saldo final em 31.03.2010	362.998	20.033	170	223.887	221	607.309
Valor líquido	358.167	26.292	1	107.863	398	492.721

	2009					Total
	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Ferramentas e utensílios	Equipamento administrativo	Outras imobilizações corpóreas	
	ACTIVO BRUTO:					
Saldo em 31.12.2008	679.443	46.325	171	328.207	103	1.054.249
Adições	41.722	-	-	-	-	41.722
Saldo final em 31.03.2009	721.165	46.325	171	328.207	103	1.095.971
AMORTIZAÇÕES E PERDAS DE IMPARIDADE ACUMULADAS:						
Saldo em 31.12.2008	276.753	9.607	92	185.127	103	471.682
Amortizações do período	17.517	2.202	21	8.837	-	28.577
Saldo final em 31.03.2009	294.270	11.809	113	193.964	103	500.259
Valor líquido	426.895	34.516	58	134.243	-	595.712

As adições do período de 2009 incluem, essencialmente, obras em edifícios alheios.

Anexo às demonstrações financeiras individuais da Sonaecom (continuação)

Em 31 Março 2010 e 2009
(Montantes expressos em Euros)

3. Activos intangíveis

Nos períodos findos em 31 de Março de 2010 e 2009, o movimento ocorrido no valor dos activos intangíveis, bem como nas respectivas amortizações e perdas de imparidade acumuladas, foi o seguinte:

2010				
	Propriedade industrial	Software	Imobilizado em curso	Total
ACTIVO BRUTO:				
Saldo em 31.12.2009	6.650	182.283	376	189.309
Saldo final em 31.03.2010	6.650	182.283	376	189.309
AMORTIZAÇÕES E PERDAS DE IMPARIDADE ACUMULADAS:				
Saldo em 31.12.2009	6.259	155.447	-	161.706
Amortizações do período	121	5.517	-	5.638
Saldo final em 31.03.2010	6.380	160.964	-	167.344
Valor líquido	270	21.319	376	21.965

2009				
	Propriedade industrial	Software	Imobilizado em curso	Total
ACTIVO BRUTO:				
Saldo em 31.12.2008	6.650	168.027	13.917	188.594
Adições	-	339	-	339
Saldo final em 31.03.2009	6.650	168.366	13.917	188.933
AMORTIZAÇÕES E PERDAS DE IMPARIDADE ACUMULADAS:				
Saldo em 31.12.2008	5.630	133.290	-	138.920
Amortizações do período	183	4.368	-	4.551
Saldo final em 31.03.2009	5.813	137.658	-	143.471
Valor líquido	837	30.708	13.917	45.462

Anexo às demonstrações financeiras individuais da Sonaecom (continuação)

Em 31 Março 2010 e 2009
(Montantes expressos em Euros)

4. Classes de Investimentos financeiros

A 31 de Março de 2010 e 2009, as classes de instrumentos financeiros eram como segue:

	Investimentos registados ao justo valor através de resultados	Empréstimos e contas a receber	Investimentos detidos até à maturidade	Investimentos disponíveis para venda	Subtotal	Outros não abrangidos pela IFRS 7	Total
2010							
Activos não correntes:							
Outros activos não correntes (Nota 6)	-	636.353.900	-	-	636.353.900	-	636.353.900
	-	636.353.900	-	-	636.353.900	-	636.353.900
Activos correntes:							
Outras dívidas de terceiros (Nota 8)	-	6.374.486	-	-	6.374.486	1.063.191	7.437.677
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 9)	-	2.030.491	-	-	2.030.491	-	2.030.491
	-	8.404.977	-	-	8.404.977	1.063.191	9.468.168

	Investimentos registados ao justo valor através de resultados	Empréstimos e contas a receber	Investimentos detidos até à maturidade	Investimentos disponíveis para venda	Subtotal	Outros não abrangidos pela IFRS 7	Total
2009							
Activos não correntes:							
Outros activos não correntes (Nota 6)	-	586.455.222	-	-	586.455.222	-	586.455.222
	-	586.455.222	-	-	586.455.222	-	586.455.222
Activos correntes:							
Outras dívidas de terceiros (Nota 8)	-	86.550.607	-	-	86.550.607	738.693	87.289.300
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 9)	-	11.975.745	-	-	11.975.745	-	11.975.745
	-	98.526.352	-	-	98.526.352	738.693	99.265.045

	Passivos registados ao justo valor através de resultados	Derivados de cobertura	Passivos registados pelo custo amortizado	Outros passivos financeiros	Subtotal	Outros não abrangidos pela IFRS 7	Total
2010							
Passivo não corrente:							
Empréstimos de longo prazo líquidos da parcela de curto prazo (Nota 12)	-	-	328.098.685	-	328.098.685	-	328.098.685
	-	-	328.098.685	-	328.098.685	-	328.098.685
Passivo corrente:							
Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos (Nota 12)	-	-	95.903.077	-	95.903.077	-	95.903.077
Outras dívidas a terceiros	-	-	-	815.243	815.243	434.752	1.249.995
	-	-	95.903.077	815.243	96.718.320	434.752	97.153.072

Anexo às demonstrações financeiras individuais da Sonaecom (continuação)

Em 31 Março 2010 e 2009
(Montantes expressos em Euros)

	Passivos registados ao justo valor através de resultados	Derivados de cobertura	Passivos registados pelo custo amortizado	Outros passivos financeiros	Subtotal	Outros não abrangidos pela IFRS 7	Total
2009							
Passivo não corrente:							
Empréstimos de longo prazo líquidos da parcela de curto prazo (Nota 12)	-	201.493	416.542.761	-	416.744.254	-	416.744.254
	-	201.493	416.542.761	-	416.744.254	-	416.744.254
Passivo corrente:							
Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos (Nota 12)	-	-	20.021.938	-	20.021.938	-	20.021.938
Outras dívidas a terceiros	-	-	-	4.209.785	4.209.785	485.445	4.695.230
	-	-	20.021.938	4.209.785	24.231.723	485.445	24.717.168

Os saldos a receber e a pagar do Estado e outros entes públicos, dada a sua natureza, foram considerados como instrumentos financeiros não abrangidos pela IFRS 7. De igual forma, as rubricas de outros activos/ passivos correntes não foram consideradas nesta desagregação por serem constituídas por montantes não abrangidos no âmbito da IFRS 7.

5. Investimentos em empresas do grupo

Em 31 de Março de 2010 e 2009, esta rubrica incluía as partes de capital detidas em empresas do grupo e tinha a seguinte composição:

Empresa	2010	2009
Sonaecom - Serviços de Comunicações, S.A. ("Sonaecom SC")	764.876.231	764.876.231
Sonae Telecom, S.G.P.S., S.A. ("Sonae Telecom")	105.799.987	105.799.987
Sonae com - Sistemas de Informação, S.G.P.S., S.A. ("Sonae com SI")	52.241.587	26.641.587
Sonaetelecom BV	44.209.902	44.209.902
Miauger - Organização e Gestão de Leilões Electrónicos, S.A. ("Miauger")	4.568.100	4.568.100
Be Artis - Concepção, Construção e Gestão de Redes de Comunicações, S.A. ("Be Artis")	50.000	50.000
Sonaecom BV	20.000	100.000
	971.765.807	946.245.807
Perdas de imparidade (Nota 13)	(46.609.902)	(45.977.902)
Total de investimentos em empresas do Grupo	925.155.905	900.267.905

Anexo às demonstrações financeiras individuais da Sonaecom (continuação)

Em 31 Março 2010 e 2009
(Montantes expressos em Euros)

Os movimentos ocorridos nesta rubrica durante os períodos findos em 31 de Março de 2010 e 2009, foram como segue:

Empresa	Saldo				Saldo 31.03.2010
	31.12.2009	Aumentos	Diminuições	Transferências	
Sonaecom SC	764.876.231	-	-	-	764.876.231
Sonae Telecom	105.799.987	-	-	-	105.799.987
Sonaetelecom BV	44.209.902	-	-	-	44.209.902
Sonae com SI	52.241.587	-	-	-	52.241.587
Miauger	4.568.100	-	-	-	4.568.100
Sonaecom BV	20.000	-	-	-	20.000
Be Artis	50.000	-	-	-	50.000
	971.765.807	-	-	-	971.765.807
Imparidades (Nota 13)	(46.609.902)	-	-	-	(46.609.902)
	925.155.905	-	-	-	925.155.905

Empresa	Saldo				Saldo 31.03.2009
	31.12.2008	Aumentos	Diminuições	Transferências	
Sonaecom SC	749.628.393	65.200	-	15.182.638	764.876.231
Sonae Telecom	105.799.987	-	-	-	105.799.987
Sonaetelecom BV	44.209.902	-	-	-	44.209.902
Sonae com SI	26.641.587	-	-	-	26.641.587
Miauger	4.568.100	-	-	-	4.568.100
Tele 2	13.076.489	-	-	(13.076.489)	-
Sonaecom BV	100.000	-	-	-	100.000
Be Artis	50.000	-	-	-	50.000
	944.074.458	65.200	-	2.106.149	946.245.807
Imparidades (Nota 13)	(45.977.902)	-	-	-	(45.977.902)
	898.096.556	65.200	-	2.106.149	900.267.905

Com efeitos contabilísticos a partir do dia 1 de Janeiro de 2009, foi efectuada a fusão por incorporação da filial Telemilénio Telecomunicações, Sociedade Unipessoal, Lda., na filial Sonaecom - Serviços de Comunicações, S.A, conforme aprovado em Assembleia Geral das respectivas sociedades, ambas realizadas em 24 de Novembro de 2008.

No período findo em 31 de Março de 2009, o valor de 15.182.638 Euros de Transferências ao nível da Sonaecom SC corresponde ao valor da participação na Tele 2, e ao reforço de prestações acessórias no montante de 2.106.149 Euros, efectuadas nos termos do projecto de fusão anteriormente referido.

A Empresa apresenta em separado demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Março de 2010, elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS) tal como adoptadas pela União Europeia, as quais apresentam um total de activo consolidado de 1.910.609.597 Euros, um passivo consolidado de 969.098.753 Euros, proveitos operacionais consolidados de 223.889.322 Euros e capitais próprios consolidados de 941.510.844 Euros, incluindo um resultado líquido consolidado positivo (atribuível a accionistas da empresa mãe - Sonaecom, S.G.P.S., S.A.) para o período findo em 31 de Março de 2010 de 8.158.135 Euros.

Anexo às demonstrações financeiras individuais da Sonaecom (continuação)

Em 31 Março 2010 e 2009
(Montantes expressos em Euros)

Em 31 de Março de 2010 e 2009, a principal informação financeira (preparada de acordo com as normas IAS/IFRS) sobre as filiais detidas directamente pela Empresa é como segue:

Empresa	Sede	2010			2009		
		% Participação	Capitais Próprios	Resultado Líquido	% Participação	Capitais Próprios	Resultado Líquido
Sonaecom SC	Maia	53,54%	509.553.107	(3.488.760)	53,54%	515.898.650	6.346.762
Sonae Telecom	Maia	100%	165.271.737	(18.460)	100%	174.604.365	(6.015)
Sonae com SI	Maia	100%	37.077.415	447.359	100%	43.822.626	606.994
Miauger	Maia	100%	2.303.992	(16.849)	100%	905.986	22.558
Sonaetelecom BV	Amesterdão	100%	(13.882.076)	(5.212.398)	100%	(8.275.226)	(219.287)
Sonaecom BV	Amesterdão	100%	(16.713.530)	(256.870)	100%	(15.174.803)	(231.445)
Be Artis	Maia	100%	108.340.229	(466.729)	100%	106.439.137	(4.244.278)

Em 31 de Março de 2010 e 2009, a Sonaecom detinha indirectamente, através da Sonae Telecom SGPS, SA e da Sonaecom BV, participações adicionais na Sonaecom - Serviços de Comunicações de 35,86% (37,94% em 2009) e 10,60% (8,52% em 2009) respectivamente, totalizando uma participação de 100%.

A aferição da existência, ou não, de imparidade para os principais investimentos em empresas do grupo registados nas demonstrações financeiras anexas é efectuada com base nos últimos planos de negócio aprovados pelos respectivos Conselhos de Administração, os quais são preparados recorrendo à utilização de fluxos de caixa projectados para períodos de 5 anos. As taxas de desconto utilizadas têm por base os custos médios ponderados de capital estimados com base nos segmentos onde as empresas se inserem, conforme tabela abaixo. Na perpetuidade, são consideradas taxas de crescimento de cerca de 3%. Nas situações em que a aferição da existência, ou não, de imparidade é efectuada com base no preço de venda líquido, são utilizados valores de transacções semelhantes e outras propostas efectuadas.

	Taxa desconto
Telecomunicações	9,00%
Multimédia	9,45%
Sistemas de informação	11,22%

Anexo às demonstrações financeiras individuais da Sonaecom (continuação)

Em 31 Março 2010 e 2009
(Montantes expressos em Euros)

6. Outros activos não correntes

Em 31 de Março de 2010 e 2009, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2010	2009
ACTIVOS FINANCEIROS:		
Empréstimos de médio e longo prazo concedidos a empresas do Grupo:		
Be Artis	264.410.000	262.265.000
Sonaecom BV	218.398.000	134.857.000
Sonaetelecom BV	32.641.000	27.966.000
Wedo Consulting	8.490.000	-
Sonae com SI	7.350.000	-
Lugares Virtuais	1.630.000	900.000
	532.919.000	425.988.000
Prestações acessórias:		
Be Artis	115.640.000	115.640.000
Sonaetelecom BV	11.500.000	11.500.000
Sonae Telecom SGPS	1.490.000	15.788.458
Miauger	800.000	-
Sonae com SI	-	32.874.187
	129.430.000	175.802.645
	662.349.000	601.790.645
Perdas de imparidade acumuladas (Nota 13)	(25.995.100)	(15.335.423)
	636.353.900	586.455.222

Durante os períodos findos em 31 de Março de 2010 e 2009, os movimentos ocorridos em 'Empréstimos de médio e longo prazo concedidos a empresas do Grupo' e 'Prestações acessórias' foram os seguintes:

Empresa	2010				
	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Transferências	Saldo final
Be Artis	387.555.000	30.350.000	(37.855.000)	-	380.050.000
Sonaecom BV	199.088.000	26.820.000	(7.510.000)	-	218.398.000
Sonaetelecom BV	40.021.000	12.220.000	(8.100.000)	-	44.141.000
Sonae Telecom SGPS	15.788.458	-	(14.298.458)	-	1.490.000
Wedo Consulting	8.490.000	-	-	-	8.490.000
Sonae com SI	7.350.000	-	-	-	7.350.000
Lugares Virtuais	1.030.000	600.000	-	-	1.630.000
Miauger	800.000	-	-	-	800.000
	660.122.458	69.990.000	(67.763.458)	-	662.349.000

Empresa	2009				
	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Transferências	Saldo final
Sonaecom SC	-	2.106.149	-	(2.106.149)	-
Be Artis	306.420.000	71.485.000	-	-	377.905.000
Sonaecom BV	138.887.000	-	(4.030.000)	-	134.857.000
Sonaetelecom BV	38.901.000	565.000	-	-	39.466.000
Sonae Telecom SGPS	15.788.458	-	-	-	15.788.458
Sonae com SI	33.964.187	-	(1.090.000)	-	32.874.187
Lugar Virtuais	900.000	-	-	-	900.000
Tele 2	2.106.149	-	(2.106.149)	-	-
	536.966.794	74.156.149	(7.226.149)	(2.106.149)	601.790.645

Anexo às demonstrações financeiras individuais da Sonaecom (continuação)

Em 31 Março 2010 e 2009
(Montantes expressos em Euros)

Durante os períodos findos em 31 de Março de 2010 e 2009, os empréstimos a empresas do grupo venceram juros a uma taxa média de 1,70% e 2,76%, respectivamente. As prestações acessórias não vencem juros.

A variação de Perdas de imparidade acumuladas resulta do reforço efectuado durante o período no montante de 1.740.678 Euros (Nota 13).

Os empréstimos concedidos e as prestações acessórias não têm um prazo de reembolso definido, pelo que não é apresentada informação sobre a sua antiguidade.

A aferição da existência ou não de imparidade para os principais empréstimos concedidos a empresas do grupo registados nas demonstrações financeiras anexas é efectuada com base nos últimos planos de negócio aprovados pelos respectivos Conselhos de Administração, os quais são preparados recorrendo à utilização de fluxos de caixa projectados para períodos de 5 anos, tendo por base as taxas de desconto e de crescimento em perpetuidade apresentadas na nota anterior (Nota 5).

7. Impostos diferidos

O movimento ocorrido no passivo por impostos diferidos no período findo em 31 Março de 2010 foi como se segue:

	2010
Saldo inicial	10.480
Efeito em resultados	
Resultados Fiscais	71.935
Ajustamentos IAS	(10.480)
Saldo final	71.935

Em 31 de Março de 2010, os valores de impostos diferidos não registados por não ser provável a existência de lucros fiscais futuros para os absorver eram como se segue:

Ano em que foram gerados	Prejuízos reportáveis	Ajustamentos para IAS/ IFRS	Provisões não aceites	Total	Activos por impostos diferidos
2001	-	-	3.463.000	3.463.000	917.695
2002	-	-	11.431.819	11.431.819	3.029.432
2003	-	-	31.154.781	31.154.781	8.256.017
2004	-	-	9.662.981	9.662.981	2.560.690
2005	-	-	(3.033.899)	(3.033.899)	(803.983)
2006	24.267.579	(257.438)	(149.858)	23.860.283	5.958.961
2007	54.563.604	81.031	(537.036)	54.107.599	13.520.060
2008	-	55.359	9.893.940	9.949.299	2.636.564
2009	-	(56.857)	9.738.711	9.681.854	2.565.691
	78.831.183	(177.905)	71.624.439	150.277.717	38.641.127

Em 31 Março de 2010, a taxa de imposto utilizada para cálculo dos activos/passivos por impostos diferidos relativos a prejuízos fiscais reportáveis foi de 25%, e de 26,5% para os restantes activos e passivos por impostos diferidos.

Anexo às demonstrações financeiras individuais da Sonaecom (continuação)

Em 31 Março 2010 e 2009
(Montantes expressos em Euros)

A reconciliação entre o resultado antes de imposto e o imposto registado no período findo em 31 de Março de 2010 é como se segue:

	2010
Resultado antes de imposto	8.987.062
Imposto 25%	(2.246.766)
Tributação autónoma e derrama	(11.370)
Movimentos nas provisões não aceites fiscalmente (Nota 13)	(435.169)
Ajustamentos aos resultados não aceites fiscalmente	2.620.480
Impostos registados no período	(72.825)

A Administração Fiscal tem a possibilidade de rever a situação fiscal da Empresa durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), excepto quando tenham ocorrido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais de cada exercício, desde 2006 (inclusivé), poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão. É convicção do Conselho de Administração que eventuais correcções àquelas declarações de impostos não produzirão efeitos materialmente relevantes nas demonstrações financeiras anexas.

Conforme convicção do Conselho de Administração da Empresa corroborada pelos nossos advogados e consultores fiscais, não existem passivos materiais associados a contingências fiscais classificadas como prováveis que não se encontrem provisionadas e que devessem ser alvo de divulgação no Anexo ou de registo de provisões nas demonstrações financeiras em 31 de Março de 2010.

8. Outras dívidas de terceiros

Em 31 de Março de 2010 e 2009, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2010	2009
Outros devedores	6.376.416	86.552.523
Estado e outros entes públicos	1.063.191	738.693
Perdas de imparidade acumuladas em contas a receber (Nota 13)	(1.930)	(1.916)
	7.437.677	87.289.300

O valor registado na rubrica 'Outros devedores' em 31 de Março de 2009 dizia respeito, essencialmente, ao adiantamento no montante de 80 milhões de Euros, efectuado à Sonaecom BV para aquisição da participação de 8,52% detida por aquela empresa na Sonaecom – Serviços de Comunicações. Em 31 de Março de 2010 e 2009, esta rubrica incluía ainda saldos a receber de diversas empresas do grupo, referentes a débitos emitidos relativos a juros de suprimentos, a juros de aplicações de tesouraria e a diversos serviços prestados.

O valor registado em Estado e outros entes públicos, em 31 de Março de 2010 e 2009, diz respeito a pagamentos especiais por conta, retenções efectuadas por terceiros e imposto a recuperar.

9. Caixa e equivalentes de caixa

Em 31 de Março de 2010 e 2009, o detalhe de caixa e seus equivalentes era o seguinte:

	2010	2009
Numerário	8.954	10.424
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	136.537	20.321
Aplicações de tesouraria	1.885.000	11.945.000
	2.030.491	11.975.745

Em 31 de Março de 2010 e 2009, o detalhe da rubrica 'Aplicações de tesouraria' é como segue:

	2010	2009
Wedo	1.280.000	9.640.000
Lugares Virtuais	415.000	805.000
Público	190.000	512.000
Sonaecom - Serviços de Comunicações	-	988.000
	1.885.000	11.945.000

As aplicações de tesouraria acima referidas são remuneradas e, durante o período findo em 31 de Março de 2010, venceram juros a uma taxa média de 2,21% (3,45% em 2009).

Anexo às demonstrações financeiras individuais da Sonaecom (continuação)

Em 31 Março 2010 e 2009
(Montantes expressos em Euros)

10. Capital social

Em 31 de Março de 2010 e 2009, o capital social da Sonaecom estava representado por 366.246.868 acções ordinárias escriturais e nominativas, com o valor unitário de 1 Euro. Nessas datas, a estrutura accionista era a seguinte:

	2010		2009	
	Número de acções	%	Número de acções	%
Sontel BV	183.374.470	50,07%	193.874.470	52,94%
Atlas Service Belgium	73.249.374	20,00%	73.249.374	20,00%
Acções dispersas em Bolsa	70.542.264	19,26%	63.022.421	17,21%
Millenium BCP	12.500.998	3,41%	-	-
Sonae Investments BV	10.500.000	2,87%	-	-
Acções próprias	7.831.325	2,14%	6.110.954	1,67%
Santander Asset Management	7.408.788	2,02%	-	-
Sonae	838.649	0,23%	838.649	0,23%
Efanor Investimentos, S.G.P.S., S.A	1.000	0,00%	1.000	0,00%
093X (EDP)	-	-	29.150.000	7,96%
	366.246.868	100,00%	366.246.868	100,00%

A totalidade das acções que representam o capital social da Sonaecom corresponde a acções autorizadas, subscritas e pagas. Todas as acções têm os mesmos direitos, correspondendo um voto a cada uma.

11. Acções próprias

Durante o período findo em 31 de Março de 2010, a Sonaecom entregou a colaboradores do Grupo um total de 972.184 acções próprias, no âmbito do seu Plano de Incentivos de Médio Prazo.

Adicionalmente, durante o período findo em 31 de Março de 2010, a Empresa adquiriu 1.633.935 novas acções (a um preço médio de 1,81 Euros), detendo no final do período 7.831.325 acções próprias, representativas de 2,14% do seu capital social, a um preço médio de 1,68 Euros.

Anexo às demonstrações financeiras individuais da Sonaecom (continuação)

Em 31 Março 2010 e 2009
(Montantes expressos em Euros)

12. Empréstimos

Em 31 de Março de 2010 e 2009, os empréstimos obtidos tinham a seguinte composição:

a) Empréstimos de longo prazo líquidos da parcela de curto prazo

Denominação	Limite	Vencimento	Tipo de amortização	Montante utilizado	
				2010	2009
Obrigações Sonaecom SGPS 2005	150.000.000	Jun 13	Final	150.000.000	150.000.000
Obrigações Sonaecom SGPS 2010	40.000.000	Mar 15	Final	40.000.000	-
Obrigações Sonaecom SGPS 2010	30.000.000	Fev 13	Final	30.000.000	-
Encargos financeiros suportados na emissão da dívida	-	-	-	(2.403.388)	(2.293.926)
Juros corridos não vencidos	-	-	-	943.581	1.698.750
Justo valor do Swap	-	-	-	-	201.493
				218.540.193	149.606.317
Papel comercial	150.000.000	Jul 12	-	109.500.000	150.000.000
	100.000.000	Jul 10	-	-	100.000.000
	50.000.000	Jan 11	-	-	17.000.000
Juros corridos não vencidos	-	-	-	58.492	137.937
				109.558.492	267.137.937
				328.098.685	416.744.254

Em Julho de 2007, a Sonaecom procedeu à contratação de um Programa de Emissões de Papel Comercial, até ao montante máximo de 250 milhões de Euros com garantia de subscrição e com vigência por um prazo de cinco anos, organizado pelo Banco Santander de Negócios Portugal e pela Caixa - Banco de Investimento.

O sindicato de garantia de colocação é composto pelas seguintes instituições: Banco Santander Totta, Caixa Geral de Depósitos, Banco BPI, Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (Portugal), Banco Comercial Português e BNP Paribas (sucursal em Portugal).

Adicionalmente, a Sonaecom dispõe de dois Programas de Emissões de Papel Comercial, até ao montante de 50 milhões e 25 milhões respectivamente, contratados em Janeiro de 2005 e Março de 2010, respectivamente, com garantia de subscrição e com maturidades de até um ano, eventualmente renováveis.

A garantia de colocação é actualmente assegurada pelo Banco Comercial Português e pelo Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (Portugal), no caso do programa de 50 milhões de Euros, e pela Caja de Ahorros Y Monte de Piedad de Madrid (representação em Portugal) no caso do programa de 25 milhões de euros.

Estes empréstimos vencem juros a taxas de mercado, indexadas à Euribor do respectivo prazo e foram todos contraídos em Euros.

A taxa de juro média dos empréstimos obrigacionistas, no período, foi de 2,06%.

Os empréstimos acima mencionados não têm garantias associadas e o cumprimento das obrigações assumidas ao abrigo dos mesmos é exclusivamente garantido pelas actividades e capacidade de geração de fundos da empresa devedora.

Anexo às demonstrações financeiras individuais da Sonaecom (continuação)

Em 31 Março 2010 e 2009

(Montantes expressos em Euros)

Em 31 de Março de 2010 e 2009, as dívidas a instituições de crédito, relacionadas com empréstimos obrigacionistas e papel comercial classificadas a médio e longo prazo tinham o seguinte plano de reembolso e pagamento de juros previsto:

	N+1	N+2	N+3	N+4	N+5	Após N+5
2010						
Empréstimo obrigacionista						
Amortização	-	-	30.000.000	150.000.000	40.000.000	-
Juros	4.846.600	4.859.878	4.064.535	1.801.945	271.285	-
Papel comercial						
Amortização	-	-	109.500.000	-	-	-
Juros	813.380	815.608	269.641	-	-	-
	5.659.980	5.675.486	143.834.176	151.801.945	40.271.285	-
2009						
Empréstimo obrigacionista						
Amortização	-	-	-	-	150.000.000	-
Juros	6.115.500	6.115.500	6.132.255	6.115.500	1.357.138	-
Papel comercial						
Amortização	-	17.000.000	-	250.000.000	-	-
Juros	2.769.844	1.964.330	1.969.712	651.189	-	-
	8.885.344	25.079.830	8.101.967	256.766.689	151.357.138	-

Apesar da maturidade das emissões de papel comercial ser inferior a 1 ano, as contrapartes assumiram a colocação e a manutenção dos referidos limites por um prazo de cinco anos, pelo que o Conselho de Administração da Empresa registou tal passivo no médio e longo prazo.

À data de 31 de Março de 2010 e 2009, as linhas de crédito disponíveis pela Empresa eram como se segue:

Tipo de crédito	Limite	Montante utilizado	Montante disponível	Maturidade	
				Até 12 meses	Mais de 12 meses
2010					
Papel comercial	150.000.000	109.500.000	40.500.000		x
Papel comercial	100.000.000	-	100.000.000	x	
Papel comercial	50.000.000	21.450.000	28.550.000	x	
Papel comercial	25.000.000	-	25.000.000	x	
Empréstimo obrigacionista	150.000.000	150.000.000	-		x
Empréstimo obrigacionista	40.000.000	40.000.000	-		x
Empréstimo obrigacionista	30.000.000	30.000.000	-		x
Contas caucionadas	16.500.000	-	16.500.000	x	
Contas caucionadas	10.000.000	-	10.000.000	x	
Descobertos autorizados	2.500.000	-	2.500.000	x	
	574.000.000	350.950.000	223.050.000		
2009					
Papel comercial	250.000.000	250.000.000	-		x
Papel comercial	70.000.000	17.000.000	53.000.000	x	
Empréstimo obrigacionista	150.000.000	150.000.000	-		x
Conta caucionada	15.000.000	10.429.723	4.570.277	x	
	485.000.000	427.429.723	57.570.277		

Anexo às demonstrações financeiras individuais da Sonaecom (continuação)

Em 31 Março 2010 e 2009
(Montantes expressos em Euros)

Em 31 de Março de 2010, não existem instrumentos financeiros de cobertura de taxa de juro. Os existentes em 31 de Março de 2009 e os respectivos justos valores, calculados pelo método da actualização dos fluxos de caixa futuros, eram os seguintes:

Financiamento coberto	Montante nominal	Vencimento	Indexante base trocado	Taxa contratada	Justo valor dos instrumentos financeiros
2009					
Empréstimo obrigacionista	75.000.000	Jun 09	Euribor 6m	4,565%	201.493
					201.493

Em Dezembro de 2007, a Sonaecom contratou um swap de taxa de juro, de montante nominal de 75 milhões de Euros, pelo prazo de 18 meses e com refixações semestrais, de forma a cobrir 50% do risco de taxa de juro do empréstimo obrigacionista que a Sonaecom emitiu em Junho de 2005, pelo montante de 150 milhões de Euros, pelo prazo de oito anos e com refixações semestrais. O vencimento deste Swap de taxa de juro ocorreu em 21 de Junho de 2009.

Durante o período findo em 31 de Março de 2009, o movimento ocorrido no justo valor dos swaps relativos ao empréstimo obrigacionista, no montante de 201.493 Euros positivos foi registado na rubrica 'Reservas de cobertura' por ser considerado eficaz, conforme definido pela IAS 39.

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, o referido instrumento financeiro derivado atingiu a respectiva maturidade. Desta forma, a 31 de Março de 2010 a totalidade da dívida bruta encontra-se exposta a alterações nas taxas de juro de mercado.

b) Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos

A rubrica de empréstimos de curto prazo e outros empréstimos, em 31 de Março de 2010 e 2009, no montante de 95.903.077 Euros e 20.021.938 Euros, respectivamente, era composta como segue:

Denominação	Limite	Vencimento	Tipo de amortização	Montante utilizado	
				2010	2009
Aplicações de tesouraria	-	-	-	74.381.872	9.484.773
Papel comercial	50.000.000	Jan 11	-	21.450.000	-
Juros corridos e não vencidos				11.458	-
				21.461.458	-
Descobertos bancários	-	-	-	59.747	107.442
Contas caucionadas -CGD	-	-	-	-	10.429.723
				95.903.077	20.021.938

Durante os períodos findos em 31 Março 2010 e 2009, o detalhe das aplicações tesouraria recebidas de empresas filiais, foram os seguintes:

	2010	2009
Sonaecom SC	66.036.394	6.124.647
Digitmarket	2.868.790	785.135
Be Towering	2.038.536	1.274.143
Mainroad	1.660.784	417.172
Miauger	1.601.432	784.494
Sonae com SI	90.286	61.510
Sonae Telecom	40.015	32.004
Saphety	45.185	909
Wedo Consulting	298	-
Público	84	4.759
Lugares Virtuais	68	-
	74.381.872	9.484.773

As aplicações de tesouraria de empresas do Grupo têm prazo de reembolso inferior a um ano e são remuneradas com base em taxas de juro de mercado.

Durante os períodos findos em 31 de Março de 2010 e 2009, as aplicações de tesouraria venceram juros a uma taxa média de 0,38% e 1,97%, respectivamente.

Anexo às demonstrações financeiras individuais da Sonaecom (continuação)

Em 31 Março 2010 e 2009
(Montantes expressos em Euros)

13. Provisões e perdas de imparidade acumuladas

O movimento ocorrido nas provisões e perdas de imparidade acumuladas, durante os períodos findos em 31 de Março de 2010 e 2009 foi o seguinte:

Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Transferências	Utilização	Redução	Saldo final
2010						
Perdas de imparidade acumuladas em contas a receber (Nota 8)	1.930	-	-	-	-	1.930
Perdas de imparidade acumuladas em investimentos em empresas do Grupo (Notas 5 e 15)	46.609.902	-	-	-	-	46.609.902
Perdas de imparidade acumuladas em outros activos não correntes (Notas 5, 6 e 15)	24.254.422	1.740.678	-	-	-	25.995.100
Provisões para outros riscos e encargos	41.634	-	-	-	-	41.634
	70.907.888	1.740.678	-	-	-	72.648.566
2009						
Perdas de imparidade acumuladas em contas a receber (Nota 8)	2.006	-	-	-	(90)	1.916
Perdas de imparidade acumuladas em investimentos em empresas do Grupo (Notas 5 e 15)	45.977.902	-	-	-	-	45.977.902
Perdas de imparidade acumuladas em outros activos não correntes (Notas 5, 6 e 15)	15.335.423	-	-	-	-	15.335.423
Provisões para outros riscos e encargos	57.264	457.370	-	-	-	514.634
	61.372.595	457.370	-	-	(90)	61.829.875

Os incrementos em provisões e perdas de imparidade são registados por contrapartida da rubrica "Provisões e perdas de imparidade" da demonstração de resultados, com excepção dos incrementos em perdas de imparidade em investimentos em empresas do Grupo e em outros activos não correntes que, dada a sua natureza, são registados por contrapartida de custos financeiros na rubrica "Ganhos e perdas em investimentos em empresas do Grupo" (Nota 15).

Em 31 de Março de 2009, o reforço das 'Provisões para outros riscos e encargos', inclui o montante de 7.370 Euros registado, na demonstração de resultados, em 'Imposto sobre o rendimento do exercício'.

Anexo às demonstrações financeiras individuais da Sonaecom (continuação)

Em 31 Março 2010 e 2009
(Montantes expressos em Euros)

14. Fornecimentos e serviços externos

Em 31 de Março de 2010 e 2009, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

	2010	2009
Trabalhos especializados	465.940	379.116
Rendas e alugueres	93.387	110.877
Honorários	83.477	77.736
Deslocações e estadas	39.553	38.417
Outros fornecimentos e serviços externos	83.506	106.562
	765.863	712.708

15. Resultados financeiros

Os resultados financeiros dos períodos findos em 31 de Março de 2010 e 2009, têm a seguinte composição:

	2010	2009
Ganhos e perdas em investimentos em empresas do Grupo		
Perdas relativas a empresas do Grupo (Notas 5, 6 e 13)	(1.740.678)	-
Ganhos relativos a empresas do Grupo	10.500.000	3.480.000
	8.759.322	3.480.000
Outros custos financeiros:		
Juros suportados		
Empréstimos bancários	(1.054.251)	(2.273.032)
Outros empréstimos	(923.898)	(1.632.028)
Descobertos bancários e outros	(13.209)	(275.989)
	(1.991.358)	(4.181.049)
Diferenças de câmbio desfavoráveis	(273)	(86)
Outros custos financeiros	(11.941)	(15.565)
	(12.214)	(15.651)
	(2.003.572)	(4.196.700)
Outros proveitos financeiros:		
Juros obtidos	2.413.552	3.309.006
Diferenças de câmbio favoráveis	66	1.512
	2.413.618	3.310.518

Em 31 de Março de 2010, os ganhos relativos a empresas do Grupo respeitam a dividendos recebidos da filial Sonae Telecom. Em 31 de Março de 2009, esta rubrica respeitava a dividendos recebidos das filiais Sonae com SI e Sonae Telecom.

Anexo às demonstrações financeiras individuais da Sonaecom (continuação)

Em 31 Março 2010 e 2009
(Montantes expressos em Euros)

16. Entidades relacionadas

Durante os períodos findos em 31 de Março de 2010 e 2009, os principais saldos e transacções mantidos com entidades relacionadas (as quais se detalham em anexo) são como segue:

	Saldos a 31 de Março 2010				
	Contas a receber	Contas a pagar	Aplicações de tesouraria	Outros activos/ (passivos)	Empréstimos concedidos/ (obtidos)
Sonaecom SC	1.226.440	88.888	-	4.265.022	(66.036.394)
Sonaecom BV	736.116	-	-	272.393	218.398.000
Be Artis	2.640.124	852	-	856.380	264.410.000
Sonaetelecom BV	103.545	-	-	35.993	32.641.000
Be Towering	6.451	69.413	-	29.979	(2.038.536)
Lugar Virtuais	36.231	-	415.000	(160.189)	1.629.932
Público	16.196	4.044	190.000	65.599	(83)
Digitmarket	1.744	28.869	-	(586)	(2.868.790)
Wedo	382.081	-	1.280.000	550.888	8.490.000
Sonae com SI	38.987	17.181	-	26.985	7.259.714
Outros	88.189	59.054	-	(15.466)	(3.347.415)
	5.276.104	268.301	1.885.000	5.926.998	458.537.428

	Saldos a 31 de Março de 2009				
	Contas a receber	Contas a pagar	Aplicações de tesouraria	Outros activos/ (passivos)	Empréstimos concedidos/ (obtidos)
Sonaecom SC	1.021.091	101.980	988.000	160.416	(6.124.647)
Sonaecom BV	81.187.060	80.000	-	303.019	134.857.000
Be Artis	1.807.348	589	-	758.389	262.265.000
Sonaetelecom BV	278.074	-	-	60.575	27.966.000
Be Towering	11.546	-	-	835.632	(1.274.143)
Lugar Virtuais	6.990	-	805.000	122.131	900.000
Público	14.246	-	512.000	1.299	(4.758)
Digitmarket	3.367	1.912	-	(2.019)	(785.135)
Wedo	17.404	-	9.640.000	589.114	-
Sonae com SI	2.142	4.836	-	(189.382)	(61.510)
Outros	30.391	38.283	-	22.518	(1.234.579)
	84.379.659	227.600	11.945.000	2.661.692	416.503.228

	Transacções no período findo em 31 de Março de 2010			
	Vendas e prestações de serviços	Fornecimento e serviços externos	Juros obtidos/ (suportados)	Proveitos suplementares
Sonaecom SC	1.618.011	237.319	(59.072)	-
Be Artis	71.081	(5.242)	1.313.009	(42)
Be Towering	16.128	21.946	(2.641)	-
Wedo	40.005	-	92.622	-
Sonaecom BV	-	-	748.458	-
Sonae SGPS	-	72.500	81.745	-
Outros	55.662	26.648	172.739	(82.326)
	1.800.887	353.171	2.346.860	(82.368)

Anexo às demonstrações financeiras individuais da Sonaecom (continuação)

Em 31 Março 2010 e 2009
(Montantes expressos em Euros)

	Transacções no período findo em 31 de Março de 2009			
	Vendas e prestações de serviços	Fornecimento e serviços externos	Juros obtidos/ (suportados)	Proveitos suplementares
Sonaecom SC	1.648.139	(567.814)	116.621	-
Be Artis	73.547	1.473	1.625.632	(42)
Wedo	43.511	-	81.916	-
Sonae SGPS	-	-	(2.739)	(5.220)
Sonaecom BV	-	-	1.029.976	-
Be Towering	14.096	(66.809)	(57.797)	-
Outros	48.189	17.990	269.106	(515)
	1.827.482	(615.160)	3.062.715	(5.777)

Todas as transacções acima referidas foram efectuadas a preços de mercado.

17. Responsabilidades por garantias prestadas

O valor das garantias emitidas a favor de terceiros, em 31 de Março de 2010 e 2009, tinha a seguinte composição:

Beneficiário da garantia	Descrição	2010	2009
Direcção de Contribuições e Impostos	Reembolso do IVA	8.115.243	8.098.449
		8.115.243	8.098.449

Em 31 de Março de 2010 e 2009, é convicção do Conselho de Administração do Grupo que do desfecho dos processos judiciais e fiscais em curso não irão surgir impactos materialmente relevantes para as demonstrações financeiras consolidadas anexas.

18. Resultados por acção

Os resultados por acção, básicos e diluídos, são calculados dividindo o resultado líquido do período (8.914.237 Euros em 2010 e 2.380.146 Euros em 2009) pelo número médio de acções existente durante os períodos findos em 31 de Março de 2010 e 2009 deduzidas das acções próprias (358.377.683 em 2010 e 360.256.121 em 2009).

19. Planos de Incentivo de Médio Prazo

Em Junho de 2000, a Sonaecom implementou um sistema de incentivos em acções a colaboradores acima de determinado nível de função, que veio a assumir a forma de opções e acções da Sonaecom e acções da Sonae SGPS. O exercício dos direitos ocorre três anos após a sua atribuição, desde que o colaborador se mantenha na Empresa durante esse período. Em alguns dos planos, os beneficiários podiam optar entre opções ou acções. A valorização dos planos de opções é efectuada com base no modelo de Black Scholes.

Durante o período findo em 31 de Março de 2010, os planos em aberto da Sonaecom são os seguintes:

	Cotação na data de atribuição*	Data de atribuição	Período de Diferimento Data de vencimento	31 Março 2010	
				Número agregado de participantes	Número de opções/acções
Acções Sonaecom					
Plano 2006	4,697	09-Mar-07	08-Mar-10	-	-
Plano 2007	2,447	10-Mar-08	09-Mar-11	19	188.386
Plano 2008	1,117	10-Mar-09	09-Mar-12	18	395.553
Plano 2009	1,685	10-Mar-10	08-Mar-13	18	283.309
Acções Sonae SGPS					
Plano 2006	1,68	09-Mar-07	08-Mar-10	-	-
Plano 2007	1,16	10-Mar-08	09-Mar-11	3	158.073
Plano 2008	0,526	10-Mar-09	09-Mar-12	3	328.616
Plano 2009	0,874	10-Mar-10	08-Mar-13	3	222.162

* Cotação média do mês anterior à data de atribuição para as acções Sonaecom e cotação mais baixa entre a cotação média do mês anterior à data da Assembleia Geral de Accionistas e a cotação do dia seguinte à mesma, para as acções Sonae SGPS. Contudo, para os Planos 2006, as cotações usadas corresponderam a: Sonaecom - cotação média entre os dias 3 de Março e 5 de Abril de 2007; Sonae SGPS - cotação média entre os dias 13 de Fevereiro e 26 de Março de 2007. A excepção deve-se à data em que terminou a Oferta Pública de Aquisição sobre a PT e foi aprovada pela Comissão de Nomeação e Remuneração. Para o plano de 2009, nas acções Sonae SGPS, a cotação corresponde à de 12 Março de 2010, uma vez que a Assembleia Geral se realizará a 27 Abril de 2010.

Anexo às demonstrações financeiras individuais da Sonaecom (continuação)

Em 31 Março 2010 e 2009
(Montantes expressos em Euros)

Durante o período findo em 31 de Março de 2010, os movimentos ocorridos ao abrigo dos planos indicados detalham-se da seguinte forma:

	Acções Sonaecom		Acções Sonae SGPS	
	Número agregado de participantes	Número de acções	Número agregado de participantes	Número de acções
Saldo a 31.12.2009				
Ainda diferidas	58	817.507	11	711.330
Total	58	817.507	11	711.330
Movimentos no ano				
Atribuídas	18	283.309	3	222.162
Vencidas	(19)	(97.731)	(3)	(95.019)
Canceladas/Extintas/Corrigidas*	(2)	(135.837)	(2)	(129.622)
Saldo a 31.03.2010				
Ainda diferidas	55	867.248	9	708.851
Total	55	867.248	9	708.851

* As correcções são efectuadas em função do dividendo pago e pelas alterações ao capital social.

Para os planos de acções Sonaecom, S.G.P.S., S.A., a responsabilidade é calculada com base na cotação à data de 2 Janeiro de 2010, data a partir da qual vigora a alteração da forma de liquidação dos planos, com excepção dos planos atribuídos em 2009 e 2010, cuja responsabilidade é calculada com base na respectiva data de atribuição. A responsabilidade de tais planos é de 290.420 Euros e foi registada na rubrica 'Reservas para Planos de Incentivo de Médio Prazo'. Para os planos de acções Sonae SGPS, o Grupo celebrou contratos de cobertura com entidades externas, sendo a responsabilidade calculada com base no preço acordado, com excepção do plano atribuído em 2010, que não está coberto e cuja responsabilidade é calculada com base na cotação à data de balanço. A responsabilidade de tais planos é registada nas rubricas de 'Outros passivos correntes' e 'Outros passivos não correntes', no valor de 426.270 Euros.

Os custos dos planos de acções são reconhecidos ao longo do período que medeia a atribuição e o exercício das mesmas. Os custos reconhecidos em anos anteriores e no período findo em 31 de Março de 2010, são como se segue:

	Valor
Custos reconhecidos em exercícios anteriores	3.935.581
Custos reconhecidos no período	326.114
Custo de planos exercidos em exercícios anteriores	(3.144.406)
Custos de planos exercidos no período	(400.599)
	716.690
Registados em Outros passivos correntes	157.361
Registados em Outros passivos não correntes	268.909
Registados em Reservas	290.420

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 5 de Maio de 2010.

Anexo

A 31 Março de 2010, as partes relacionadas da Sonaecom, S.G.P.S., são como segue:

Pessoal chave gerência

Álvaro Carmona e Costa Portela	Gervais Pellissier
Álvaro Cuervo Garcia	Jean François Pontal
Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério	Luís Filipe Palmeira Lampreia
António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier	Maria Cláudia Teixeira de Azevedo
António de Sampaio e Mello	Michel Marie Bon
Belmiro de Azevedo	Miguel Nuno Santos Almeida
David Hobley	Nuno Manuel Moniz Trigo Jordão
Duarte Paulo Teixeira de Azevedo	Nuno Miguel Teixeira Azevedo
Franck Emmanuel Dangeard	

Empresas do Grupo Sonaecom

Be Artis – Conceção, Construção e Gestão	Sonae com – Sistemas Informação, S.G.P.S., S.A.
Redes Comunicações, S.A.	Sonaecom – Serviços de Comunicações, S.A.
Be Towering – Gestão de Torres de	Sonaecom BV
Telecomunicações, S.A.	Sonaetelecom BV
Cape Technologies Americas, Inc	Sonaecom, S.G.P.S., S.A.
Cape Technologies Limited	Sonaecom – Sistemas de Información España, S.L.
Digitmarket – Sistemas de Informação, S.A.	Tecnológica Telecomunicações LTDA.
Lugar Virtuais, S.A.	Unipress – Centro Gráfico, Lda
M3G – Edições Digitais, S.A.	WeDo Consulting – Sistemas de Informação, S.A.
Mainroad – Serviços Tec. Informação, S.A.	WeDo Poland Sp. Z.o.o.
Miauger – Organização e Gestão de Leilões	WeDo Technologies Egypt a Limited Liability
Electrónicos., S.A.	Company
Permar – Sociedade de Construções, S.A.	WeDo Technologies Mexico, s de R.L. de C.V.
Praesidium Services Limited	WeDo Technologies BV
Público – Comunicação Social, S.A.	WeDo Technologies Australia PTY Limited
Saphety Level – Trusted Services, S.A.	WeDo Technologies (UK) Limited
Sociedade Independente de Radiodifusão	WeDo do Brasil – Soluções Informáticas, Ltda
Sonora, S.A.	WeDo Technologies BV – Sucursal Malaysia
Sonae Telecom, S.G.P.S., S.A.	

Anexo (continuação)

Empresas Grupo Sonae / Efanor

<p>3DO Holding GmbH 3DO Shopping Centre GmbH 3shoppings - Holding,SGPS, S.A. ADD/Avaliações Engenharia de Avaliações e Perícias Ltda ADDmakler Administração e Corretagem de Seguros Ltda ADDmakler Administradora, Corretora de Seguros Partic. Ltda Adlands B.V. Agepan Park, S.A. Agepan Eiweiler Management GmbH Agepan Flooring Products, S.A.RL Agepan Tarket Laminat Park GmbH Co. KG Agloma Investimentos, Sgps, S.A. Agloma-Soc.Ind.Madeiras e Aglom., S.A. Águas Furtadas - Imobiliária, S.A. Airone - Shopping Center, Srl ALBCC Albufeirashopping C.Comercial SA ALEXA Administration GmbH ALEXA Asset GmbH & Co KG ALEXA Holding GmbH ALEXA Shopping Centre GmbH Alexa Site GmbH & Co. KG Algarveshopping - Centro Comercial, S.A. Alpêssego - Soc. Agrícola, S.A Andar - Sociedade Imobiliária, S.A. Aqualuz - Turismo e Lazer, Lda Arat inmebles, S.A. ARP Alverca Retail Park,SA Arrábidashopping - Centro Comercial, S.A. Aserraderos de Cuellar, S.A.</p>	<p>Atlantic Ferries - Tráf.Loc,Flu.e Marít, S.A. Avenida M - 40 B.V. Avenida M - 40, S.A. Azulino Imobiliária, S.A. BB Food Service, S.A. Beeskow Holzwerkstoffe Bertimóvel - Sociedade Imobiliária, S.A. Best Offer - Prest. Inf. p/Internet, S.A. Bikini, Portal de Mulheres, S.A. Bloco Q - Sociedade Imobiliária, S.A. Bloco W - Sociedade Imobiliária, S.A. Boavista Shopping Centre BV BOM MOMENTO - Comércio Retalhista, SA Boulangier Espanha, SL Box Lines Navegação, S.A. Campo Limpo, Lda Canasta - Empreendimentos Imobiliários, S.A. Carnes do Continente - Ind.Distr.Carnes, S.A. CarPlus - Comércio de Automóveis, S.A. Casa Agrícola de Ambrães, S.A. Casa Agrícola João e A. Pombo, S.A. Casa da Ribeira - Hotelaria e Turismo, S.A. Cascaishopping - Centro Comercial, S.A. Cascaishopping Holding I, SGPS, S.A. CCCB Caldas da Rainha - Centro Comercial,SA Centro Colombo - Centro Comercial, S.A. Centro Residencial da Maia,Urbán., S.A. Centro Vasco da Gama - Centro Comercial, S.A. Change, SGPS, S.A. Chão Verde - Soc.Gestora Imobiliária, S.A.</p>
---	---

Anexo (continuação)

Choice Car – Comércio de Automóveis, S.A.	Finlog – Aluguer e Comércio de Automóveis, S.A.
Choice Car SGPS, S.A.	Fontana Corretora de Seguros Ltda
Cia.de Industrias e Negócios, S.A.	Fozimo – Sociedade Imobiliária, S.A.
Cinclus Imobiliária, S.A.	Fozmassimo – Sociedade Imobiliária, S.A.
Citorres – Sociedade Imobiliária, S.A.	Freccia Rossa – Shopping Centre S.r.l.
Clérigoshopping – Gestão do C.Comerc., S.A.	Friengineering International Ltda
Coimbrashopping – Centro Comercial, S.A.	Fundo de Invest. Imobiliário Imosede
Colombo Towers Holding, BV	Fundo I.I. Parque Dom Pedro Shop.Center
Contacto Concessões, SGPS, S.A.	Fundo Invest.Imob.Shopp. Parque D.Pedro
Contibomba – Comérc.Distr.Combustiveis, S.A.	Gaiashopping I – Centro Comercial, S.A.
Contimobe – Imobil.Castelo Paiva, S.A.	Gaiashopping II – Centro Comercial, S.A.
Continente Hipermercados, S.A.	GHP Gmbh
Contry Club da Maia-Imobiliaria, S.A.	Gli Orsi Shopping Centre 1 Srl
Cooper Gay (Holding) Limited	Global S – Hipermercado, Lda
Craiova Mall BV	Glunz AG
Cronosaúde – Gestão Hospitalar, S.A.	Glunz Service GmbH
Cumulativa – Sociedade Imobiliária, S.A.	Glunz UK Holdings Ltd
Darbo S.A.S	Glunz Uka Gmbh
Developpement & Partenariat Assurances, S.A.	Golf Time – Golfe e Invest. Turísticos, S.A.
Difusão – Sociedade Imobiliária, S.A.	GOOD AND CHEAP – Comércio Retalhista, S.A.
Distrifin – Comercio y Prest.Servicios, S.A.	Guerin – Rent a Car (Dois), Lda.
Dortmund Tower GmbH	Guimarãeshopping – Centro Comercial, S.A.
Dos Mares – Shopping Centre B.V.	Harvey Dos Iberica, S.L.
Dos Mares – Shopping Centre, S.A.	Herco Consultoria de Riscos e Corretora de Seguros Ltda
Ecociclo – Energia e Ambiente, S.A.	HIPOTÉTICA – Comércio Retalhista, SA
Ecociclo II	Hornitex Polska Sp z.o.o
Edições Book.it, S.A.	Iberian Assets, S.A.
Edifícios Saudáveis Consultores, S.A.	IGI – Investimento Imobiliário, S.A.
Efanor – Design e Serviços, S.A.	Igimo – Sociedade Imobiliária, S.A.
Efanor – Indústria de Fios, S.A.	Iginha – Sociedade Imobiliária, S.A.
Efanor Investimentos, SGPS, S.A.	Imoareaia – Invest. Turísticos, SGPS, S.A.
Efanor Serviços de Apoio à Gestão, S.A.	Imobiliária da Cacula, S.A.
El Rosal Shopping, S.A.	Imoclub – Serviços Imobiliários, S.A.
Empreend.Imob.Quinta da Azenha, S.A.	Imoconti – Soc.Imobiliária, S.A.
Equador & Mendes, Lda	Imodivor – Sociedade Imobiliária, S.A.
Espimaia – Sociedade Imobiliária, S.A.	Imoestrutura – Soc.Imobiliária, S.A.
Estação Oriente – Gest.de Galerias Com., S.A.	Imoferro – Soc.Imobiliária, S.A.
Estação Viana – Centro Comercial, S.A.	Imohotel – Emp.Turist.Imobiliários, S.A.
Estêvão Neves – Hipermercados Madeira, S.A.	Imomuro – Sociedade Imobiliária, S.A.
Etablissement A. Mathe, S.A.	Imopenínsula – Sociedade Imobiliária, S.A.
Euromegantic, Lteé	Imoplamac Gestão de Imóveis, S.A.
Euroresinas – Indústrias Químicas, S.A.	Imoponte – Soc.Imobiliaria, S.A.
Farmácia Selecção, S.A.	Imoresort – Sociedade Imobiliária, S.A.

Anexo (continuação)

<p> Imoresultado – Soc.Imobiliaria, S.A. Imosedas – Imobiliária e Serviços, S.A. Imosistema – Sociedade Imobiliária, S.A. Imosona II Impaper Europe GmbH & Co. KG Implantação – Imobiliária, S.A. Infofield – Informática, S.A. Inparsi – Gestão Galeria Comercial, S.A. Inparvi SGPS, S.A. Integrum – Edifícios Sustentáveis, S.A. Integrum – Serviços Partilhados, S.A. Interclean, S.A. Interlog – SGPS, S.A. Inventory – Acessórios de Casa, S.A. Investalentejo, SGPS, S.A. Invsauade – Gestão Hospitalar, S.A. Ipaper – Industria Papeis Impregnados, S.A. ISF – Imobiliário, Serviços e Participaç Isoroy SAS JUST SPORT – Comércio Art. Desporto, S.A. KLC Holdings XII S.A. La Farga – Shopping Center, SL Larim Corretora de Resseguros Ltda Larissa Develop. Of Shopping Centers, S.A. Lazam – MDS Corretora e Administradora de Seguros, S.A. Lazam Corretora, Ltda. LCC LeiriaShopping Centro Comercial SA Le Terrazze - Shopping Centre 1 Srl Lembo Services Ltd (Euro) Libra Serviços, Lda. Lidergraf – Artes Gráficas, Lda. Lima Retail Park, S.A. Loureshopping – Centro Comercial, S.A. Luso Assistência – Gestão de Acidentes, S.A. Luz del Tajo – Centro Comercial S.A. Luz del Tajo B.V. Madeirashopping – Centro Comercial, S.A. Maiashopping – Centro Comercial, S.A. Maiequipa – Gestão Florestal, S.A. Marcas do Mundo – Viag. e Turismo Unip, Lda Marcas MC, ZRT Marimo – Exploração Hoteleira Imobiliária Marina de Tróia S.A. </p>	<p> Marinamagic – Expl.Cent.Lúdicos Marít, Lda Marmagno – Expl.Hoteleira Imob., S.A. Martimope – Sociedade Imobiliária, S.A. Marvero – Expl.Hoteleira Imob., S.A. MC Property Management S.A. MC SGPS, S.A. MDS Consultores, S.A. MDS Corretor de Seguros, S.A. Mediterranean Cosmos Shop. Centre Investments, S.A. Megantic BV Miral Administração e Corretagem de Seguros Ltda MJLF – Empreendimentos Imobiliários, S.A. Modalfa – Comércio e Serviços, S.A. MODALLOOP – Vestuário e Calçado, S.A. Modelo – Dist.de Mat. de Construção, S.A. Modelo Cont. Seguros-Soc. De Mediação, Lda Modelo Continente – Oper.Retalho SGPS, S.A. Modelo Continente Hipermercados, S.A. Modelo Continente, SGPS, S.A. Modelo Hiper Imobiliária, S.A. Modelo Hipermercados Trading, S.A. Modelo.com – Vendas p/Correspond., S.A. Monselice Centre Srl Movelpartes – Comp.para Ind.Mobiliária, S.A. Movimento Viagens – Viag. e Turismo U.Lda Mundo Vip – Operadores Turísticos, S.A. NA – Comércio de Artigos de Desporto, S.A. NA – Equipamentos para o Lar, S.A. NAB, Sociedade Imobiliária, S.A. Norscut – Concessionária de Scut Interior Norte, S.A. Norte Shop. Retail and Leisure Centre BV Norteshopping – Centro Comercial, S.A. Nova Equador Internacional,Ag.Viag.T, Ld Nova Equador P.C.O. e Eventos Novobord (PTY) Ltd. Oeste Retail Park – Gestão G.Comerc., S.A. Operscut – Operação e Manutenção de Auto-estradas, S.A. OSB Deustchland GmbH Paracentro – Gest.de Galerias Com., S.A. Pareuro, BV Park Avenue Develop. of Shop. Centers S.A. Parque Atlântico Shopping – C.C., S.A. Parque D. Pedro 1 B.V. </p>
---	---

Anexo (continuação)

Parque D. Pedro 2 B.V.	Proj.Sierra Portugal IV – C.Comerc., S.A.
Parque de Famalicão – Empr. Imob., S.A.	Proj.Sierra Portugal V – C.Comercial, S.A.
Parque Principado SL	Proj.Sierra Portugal VII – C. Comerc., S.A.
Pátio Boavista Shopping Ltda.	Proj.Sierra Portugal VIII – C.Comerc., S.A.
Pátio Campinas Shopping Ltda	Project 4, Srl
Pátio Goiânia Shopping Ltda	Project SC 1 BV
Pátio Londrina Empreend. e Particip. Ltda	Project SC 2 BV
Pátio Penha Shopping Ltda.	Project Sierra 1 B.V.
Pátio São Bernardo Shopping Ltda	Project Sierra 10 BV
Pátio Sertório Shopping Ltda	Project Sierra 2 B.V.
Peixes do Continente – Ind.Dist.Peixes, S.A.	Project Sierra 3 BV
Pharmaconcept – Actividades em Saúde, S.A.	Project Sierra 4 BV
PHARMACONTINENTE – Saúde e Higiene, S.A.	Project Sierra 5 BV
PJP – Equipamento de Refrigeração, Lda	Project Sierra 6 BV
Plaza Eboli B.V.	Project Sierra 7 BV
Plaza Eboli – Centro Comercial S.A.	Project Sierra 8 BV
Plaza Mayor Holding, SGPS, S.A.	Project Sierra 9 BV
Plaza Mayor Parque de Ócio B.V.	Project Sierra Brazil 1 B.V.
Plaza Mayor Parque de Ocio, S.A.	Project Sierra Charagonis 1 S.A.
Plaza Mayor Shopping B.V.	Project Sierra Germany Shop. Center 1 BV
Plaza Mayor Shopping, S.A.	Project Sierra Germany Shop. Center 2 BV
Ploi Mall BV	Project Sierra Italy 5 Srl
Ploiesti Shopping Center (Euro)	Project Sierra One Srl
Poliface Brasil, Ltda	Project Sierra Spain 1 B.V.
Poliface North America	Project Sierra Spain 2 – Centro Comer. S.A.
Porturbe – Edifícios e Urbanizações, S.A.	Project Sierra Spain 2 B.V.
Praedium II – Imobiliária, S.A.	Project Sierra Spain 3 – Centro Comer. S.A.
Praedium III – Serviços Imobiliários, S.A.	Project Sierra Spain 3 B.V.
Praedium SGPS, S.A.	Project Sierra Spain 5 BV
Predicomercial – Promoção Imobiliária, S.A.	Project Sierra Spain 6 – Centro Comer. S.A.
Prédios Privados Imobiliária, S.A.	Project Sierra Spain 6 B.V.
Predisedas – Predial das Sedas, S.A.	Project Sierra Spain 7 – Centro Comer. S.A.
Pridelease Investments, Ltd	Project Sierra Spain 7 B.V.
Proj. Sierra Germany 1 – Shop.C. GmbH	Project Sierra Three Srl
Proj. Sierra Germany 4 (four) – Sh.C.GmbH	Project Sierra Two Srl
Proj. Sierra Italy 2 – Dev.of Sh.C. Srl	Promessa Sociedade Imobiliária, S.A.
Proj.Sierra 1 – Shopping Centre GmbH	Prosa – Produtos e serviços agrícolas, S.A.
Proj.Sierra Germany 2 (two) – Sh.C.GmbH	Publimeios – Soc.Gestora Part. Finan., S.A.
Proj.Sierra Germany 3 (three) – Sh.C.GmbH	Puravida – Viagens e Turismo, S.A.
Proj.Sierra Italy 1 – Shop.Centre Srl	Racionaliz. y Manufact.Florestales, S.A.
Proj.Sierra Italy 2 – Dev. Of Sh.C.Srl	RASO, SGPS, S.A.
Proj.Sierra Italy 3 – Shop. Centre Srl	Resoflex – Mob.e Equipamentos Gestão, S.A.
Proj.Sierra Portugal III – C.Comerc., S.A.	Resolução, SGPS, S.A.

Anexo (continuação)

<p>Rio Sul – Centro Comercial, S.A. River Plaza Mall, Srl Rochester Real Estate, Limited RSI Corretora de Seguros Ltda S. C. Setler Mina Srl S.C. Microcom Doi Srl Saúde Atlântica – Gestão Hospitalar, S.A. SC – Consultadoria, S.A. SC – Eng. e promoção imobiliária,SGPS, S.A. SC Aegean B.V. SC Assets SGPS, S.A. SC Mediterraneum Cosmos B.V. SCS Beheer, BV Selfrio – Engenharia do Frio, S.A. Selfrio,SGPS, S.A. Selifa – Empreendimentos Imobiliários, S.A. Sempre à Mão – Sociedade Imobiliária, S.A. Sempre a Postos – Produtos Alimentares e Utilidades, Lda Serra Shopping – Centro Comercial, S.A. Sesagest – Proj.Gestão Imobiliária, S.A. Sete e Meio – Invest. Consultadoria, S.A. Sete e Meio Herdades – Inv. Agr. e Tur., S.A. Shopping Centre Colombo Holding, BV Shopping Centre Parque Principado B.V. Shopping Penha B.V. Siaf – Soc.Iniciat.Aprov.Florestais, S.A. SIAL Participações Ltda Sic Indoor – Gestão de Suportes Publicitários, S.A. Sierra Asset Management – Gest. Activos, S.A. Sierra Asset Management Luxemburg, Sarl Sierra Brazil 1 B.V. Sierra Charagionis Develop.Sh. Centre S.A. Sierra Charagionis Propert.Management S.A. Sierra Corporate Services – Ap.Gestão, S.A. Sierra Corporate Services Holland, BV Sierra Develop.Iberia 1, Prom.Imob., S.A. Sierra Development Greece, S.A. Sierra Developments – Serv. Prom.Imob., S.A. Sierra Developments Germany GmbH Sierra Developments Germany Holding B.V. Sierra Developments Holding B.V. Sierra Developments Italy S.r.l. Sierra Developments Services Srl Sierra Developments Spain – Prom.C.Com.SL Sierra Developments, SGPS, S.A.</p>	<p>Sierra Enplanta Ltda Sierra European R.R.E. Assets Hold. B.V. Sierra GP Limited Sierra Investimentos Brasil Ltda Sierra Investments (Holland) 1 B.V. Sierra Investments (Holland) 2 B.V. Sierra Investments Holding B.V. Sierra Investments SGPS, S.A. Sierra Italy Holding B.V. Sierra Man.New Tech.Bus. – Serv.Comu.CC, S.A. Sierra Management Germany GmbH Sierra Management Hellas S.A. Sierra Management II – Gestão de C.C. S.A. Sierra Management Italy S.r.l. Sierra Management Portugal – Gest. CC, S.A. Sierra Management Spain – Gestión C.Com.S.A. Sierra Management, SGPS, S.A. Sierra Portugal Fund, Sarl Sierra Property Management, Srl SII – Soberana Invest. Imobiliários, S.A. SIRS – Sociedade Independente de Radiodifusão Sonora, S.A. Sistavac – Sist.Aquecimento,V.Ar C., S.A. SKK – Central de Distr., S.A. SKK SRL SKKFOR – Ser. For. e Desen. de Recursos SMP – Serv. de Manutenção Planeamento Soc.Inic.Aproveit.Florest. – Energias, S.A. Sociedade de Construções do Chile, S.A. Sociedade Imobiliária Troia – B3, S.A. Société de Tranchage Isoroy S.A.S. Société des Essences Fines Isoroy Société Industrielle et Financière Isoroy Socijofra – Sociedade Imobiliária, S.A. Sociloures – Soc.Imobiliária, S.A. Soconstrução BV Sodesa, S.A. Soflorin, BV Soira – Soc.Imobiliária de Ramalde, S.A. Solaris Supermercados, S.A. Solinca – Investimentos Turísticos, S.A. Solinca III – Desporto e Saúde, S.A. Solinfitness – Club Malaga, S.L. Soltroia – Imob.de Urb.Turismo de Tróia, S.A. Sonae Capital Brasil, Lda Sonae Capital,SGPS, S.A.</p>
--	---

Anexo (continuação)

<p>Sonae Center Serviços, S.A. Sonae Centre II S.A. Sonae Financial Participations BV Sonae Ind., Prod. e Com.Deriv.Madeira, S.A. Sonae Indústria - SGPS, S.A. Sonae Indústria Brasil, Ltda Sonae Industria de Revestimentos, S.A. Sonae Investments, BV Sonae Novobord (PTY) Ltda Sonae RE, S.A. Sonae Retalho Espana - Servicios Gen., S.A. Sonae Serviços de Gestão, S.A. Sonae SGPS, S.A. Sonae Sierra Brasil Ltda Sonae Sierra Brazil B.V. Sonae Sierra, SGPS, S.A. Sonae Tafibra (UK), Ltd Sonae Tafibra Benelux, BV Sonae Turismo - SGPS, S.A. Sonae Turismo Gestão e Serviços, S.A. Sonae UK, Ltd. Sonaecenter Serviços, S.A. Sonaegest - Soc.Gest.Fundos Investimentos Sondis Imobiliária, S.A. Sontaria - Empreend.Imobiliários, S.A. Sontel BV Sontur BV Sonvecap BV Sopair, S.A. Sótaqua - Soc. de Empreendimentos Turist Spanboard Products, Ltd SPF - Sierra Portugal Real Estate, Sarl Spinveste - Gestão Imobiliária SGII, S.A. Spinveste - Promoção Imobiliária, S.A. Sport Zone - Comércio Art.Desporto, S.A. SRP Development, SA SRP-Parque Comercial de Setúbal, S.A. Tableros Tradema, S.L. Tafiber, Tableros de Fibras Ibéricas, SL Tafibras Participações, S.A. Tafisa - Tableros de Fibras, S.A.</p>	<p>Tafisa Canadá Societé en Commandite Tafisa France, S.A. Tafisa UK, Ltd Taiber, Tableros Aglomerados Ibéricos, SL Tarkett Agepan Laminate Flooring SCS Tavapan, S.A. Tecmasa Reciclados de Andalucia, SL Teconologias del Medio Ambiente, S.A. Terra Nossa Corretora de Seguros Ltda Textil do Marco, S.A. Tlantic Portugal - Sist. de Informação, S.A. Tlantic Sistemas de Informação Ltdª Todos os Dias - Com.Ret.Expl.C.Comer., S.A. Tool GmbH Torre Colombo Ocidente - Imobiliária, S.A. Torre Colombo Oriente - Imobiliária, S.A. Torre São Gabriel - Imobiliária, S.A. TP - Sociedade Térmica, S.A. Troia Market - Supermercados, S.A. Troia Market, S.A. Tróia Natura, S.A. Troiaresort - Investimentos Turísticos, S.A. Troiaverde - Expl.Hoteleira Imob., S.A. Tulipamar - Expl.Hoteleira Imob., S.A. Unishopping Administradora Ltda. Unishopping Consultoria Imob. Ltda. Urbisedas - Imobiliária das Sedas, S.A. Valecenter Srl Valor N, S.A. Vastgoed One - Sociedade Imobiliária, S.A. Vastgoed Sun - Sociedade Imobiliária, S.A. Venda Aluga - Sociedade Imobiliária, S.A. Via Catarina - Centro Comercial, S.A. Viajens y Turismo de Geotur España, S.L. Vuelta Omega, S.L. WELL W - Electrodomésticos e Equip., SA World Trade Center Porto, S.A. Worten - Equipamento para o Lar, S.A. Worten España, S.A. Zubiarte Inversiones Inmob, S.A.</p>
--	---

Empresas do Grupo FT

France Telecom, S.A.	Atlas Services Belgium, SA.
----------------------	-----------------------------

ADVERTÊNCIAS

Este documento pode conter informações e indicações futuras, baseadas em expectativas actuais ou em opiniões da gestão. Indicações futuras são indicações que não são factos históricos.

Estas indicações futuras estão sujeitas a um conjunto de factores e de incertezas que poderão fazer com que os resultados reais difiram materialmente daqueles mencionados como indicações futuras, incluindo, mas não limitados, a alterações na regulação, do sector das telecomunicações, condições económicas e alterações da concorrência. Indicações futuras podem ser identificados por palavras tais como “acredita”, “espera”, “antecipa”, “projecta”, “pretende”; “procura”, “estima”, “futuro” ou expressões semelhantes.

Embora estas indicações reflectam as nossas expectativas actuais, as quais acreditamos serem razoáveis, os investidores e analistas e, em geral, todos os utilizadores deste documento, são advertidos de que as informações e indicações futuras estão sujeitas a vários riscos e incertezas, muitos dos quais difíceis de antecipar e para além do nosso controlo, e que poderão fazer com que os resultados e os desenvolvimentos difiram materialmente daqueles mencionados em, ou subentendidos, ou projectados pelas informações e indicações futuras. Todos são advertidos a não dar uma inapropriada importância às informações e indicações futuras. Não assumimos nenhuma obrigação de actualizar qualquer informação ou indicação futura.

Relatório disponível no site institucional da Sonaecom
www.sonae.com

Contactos para os media e investidores

Isabel Borgas
Responsável pelas Relações Públicas
isabel.borgas@sonae.com
Tel: +351 93 100 20 20

Carlos Alberto Silva
Responsável pelas Relações com Investidores
carlos.alberto.silva@sonae.com
Tel: +351 93 100 24 44

A Sonaecom SGPS está admitida à negociação na Euronext Stock Exchange.

Informação sobre a sociedade pode também ser consultada na Reuters através do símbolo “SNC.LS” e na Bloomberg através do símbolo “SNC:PL”.

Sonaecom SGPS, SA
Rua Henrique Pousão, 432 – 7º
4460-841 Senhora da Hora
Portugal